

A ciência social também é negra! — O caso de Mário Pinto de Andrade.

António João de Sousa Rocha e Silva

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Dezembro, 2016

Resumo

A epistemologia científico-social terá sofrido uma série de mutações ao longo dos tempos, consoante os momentos conjunturais vividos. Tentarei demonstrar a sua elasticidade metodológica e, conseqüentemente, discursiva, de acordo com os interesses da escola que a produz. Analisarei, portanto, a forma como teria sido utilizada para a construção teórica da ideologia colonial e, posteriormente, para a sua desconstrução, mostrando, então, que a ciência social não foi um apanágio colonialista, ocidental e branco, mas, também, uma ciência produzida por e para negros, com o intuito de comprovar as suas especificidades caracterizadoras duma originalidade cultural esquecida pela produção académica colonialista. Irei, por fim, apresentar Mário Pinto de Andrade como exemplo paradigmático de negro que se serviria da metodologia sociológica para esvaziar de justificativas o complexo colonialista português, desvelando os seus défices ideológicos e práticos mais visíveis; servindo-se da disciplina em questão, Andrade exporia, também, as peculiaridades culturais dos povos sob jugo colonial português, auxiliando na criação duma ideologia própria e liberta de qualquer amarra colonialista imposta. Sublinhe-se ainda a importância de Amílcar Cabral, como figura de proa dos movimentos nacionalistas a actuar nas colónias portuguesas e referência incondicional de Mário Pinto de Andrade.

Abstract

The scientific-social epistemology underwent a series of mutations throughout time, according to the circumstantial moments. I shall try to demonstrate its methodological and, consequently, discursive elasticity according to the interests of the school that produces it. Therefore, I will analyse how it would have been used for the theoretical construction of colonial ideology, and later for its deconstruction, thus showing that social science was not a colonialist appanage, western and white, but also a science produced by and for blacks, with the purpose of proving their specificities characterizing a cultural originality forgotten by colonialist academic production. Finally, I shall present Mário Pinto de Andrade as a paradigmatic example of a black man who would use the sociological methodology to empty the Portuguese colonialist complex of justifications, revealing its more visible ideological and practical deficits; by using the discipline in question, Andrade would also expose the cultural peculiarities of the people under Portuguese colonial rule, aiding in the creation of their own ideology, freed from any imposed colonialist tyranny. The importance of Amílcar Cabral is also emphasized as the leading figure of the nationalist movements acting in the Portuguese colonies and an unconditional reference of Mário Pinto de Andrade.

Índice

1. Introdução.....	5
2. A ciência ao serviço do império.....	15
2.1. O império justifica-se: a desumanização do “outro” pela ciência.....	15
2.2. O caso português em análise.....	19
3. O binómio Ciências Sociais-Império em debate: o caso da antropologia e da sociologia.....	28
3.1. A Antropologia.....	29
3.1.1. O evolucionismo antropológico.....	30
3.1.2. A Antropologia Clássica.....	34
3.2. A Sociologia.....	43
3.3. O desmoronar da ideologia imperial nas ciências sociais.....	49
4. A ciência faz-se militância: a contribuição de Mário Pinto de Andrade para a libertação da África “lusófona”.....	55
4.1. A conjuntura por detrás da configuração teórica de Andrade.....	56
4.2. O papel do intelectual.....	61
4.3. Conhecer mais, interpretar melhor: a sociologia e a construção ideológica.....	65
4.4. A influência da teoria de Amílcar Cabral na concepção sociológica de Mário Pinto de Andrade.....	73
4.5. A sociologia de um sociólogo militante: Mário Pinto de Andrade e as particularidades dos povos colonizados	79

5. Conclusão.....	89
--------------------------	-----------

6. Bibliografia.....	99
-----------------------------	-----------

6.1. Fontes

6.1.1. Arquivo Mário Pinto de Andrade

6.1.2. Outras

6.2. Obras especializadas, artigos ou textos em obras colectivas e memórias

6.3. Artigos em revistas e dissertações

6.4. Biografias

1. Introdução

O caminho aberto para o estudo de uma qualquer tematização sobre o continente africano por cientistas sociais ocidentais poder-lhes-á colocar sinuosidades difíceis de transpor - independentemente da ciência e dos diversificados discursos analíticos com que cada uma delas descortina determinada problematização. Elencarei, sequentemente, alguns dos problemas em que poderei incorrer. Jean Copans¹ alerta-nos: *“Apesar das independências, a desigualdade cultural mantém-se nos factos: os estudos africanos são sempre o apanágio das antigas e novas metrópoles ocidentais. Além disso, a quase totalidade dos investigadores não vê que, pela simples existência, participa nessa desigualdade e contribui para a perpetuar. (...) Pela sua estrutura objectiva, a investigação científica actual participa na exploração cultural dos povos africanos; ela é um alibi e um instrumento para o imperialismo mundial.”*²

Copans exorta, ainda, a que todos os investigadores “africanistas” desmascarem a ideologia que manietta a ciência social e a sua função objectiva, alertando, contudo, que criticismos ideológicos não bastarão para erradicar o domínio exercido sobre a investigação africana pela investigação ocidental - já que, querendo ou não, aqueles mesmos estudiosos aí se encontram inseridos³. Consciencializado que estou da minha incapacidade de me desinserir do meio no qual pululo, tentarei, todavia, reestruturar os moldes da abordagem analítica que irei adoptar, permitindo-me, assim, uma melhor compreensão da temática em questão. Ainda que redigidas em 1970, as assunções daquele investigador francês parecem-me ausentes de muitos estudos que insistem em tratar as sociedades estudadas como se de um objecto ao qual terão sido alienadas vontades e especificidades próprias.

A periodização compreendida entre 1945 e 1960 na escola francesa⁴ concernente às ciências sociais discorrerá sobre novas formatações de pensar o objecto de estudo. De forma assaz visível, e, contrariamente ao verificado nas ilhas britânicas - ou, pelo menos, de forma não tão esclarecedora - operar-se-á uma importante “rupturo-mutação” na mencionada escola, refiro-me, bem entendido, à ascensão piramidal levada a cabo

¹ Antropólogo e sociólogo francês autor de propagandas obras que servirão de suporte para a boa prossecução do presente trabalho.

² Jean COPANS, *Críticas e políticas da antropologia*, Lisboa, Edições 70, 1981, pp. 101-102.

³ Idem, *Ibidem*.

⁴ Para uma melhor compreensão das diferentes especificidades da escola inglesa e francesa, respetivamente, ver: Idem, idem, pp. 93-99.

pela sociologia em detrimento da etnologia. A nova metodologia científica elevará o estudo da organicidade africana a um novo ordenamento analítico, rompendo com os anteriores estudos; como assente em Copans, a estrutura epistemológica até então vigente terá sido rompida. “*A criação de uma nova disciplina dedicada às sociedades africanas constitui um problema importante: a sociologia não é apenas uma nova especialização, ela constitui uma ruptura. Ruptura empírica: tomada em consideração da história concreta das populações africanas. Ruptura de escola: da monografia de aldeia passa-se aos grupos sociais nacionais (do micro ao macro). Ruptura teórica: o idealismo griauliano é substituído por uma explicação materialista e histórica.*”⁵

Renovados olhares sobre o outro, estreitando o objecto estudado -“o sector moderno e as consequências do fenómeno colonial”⁶- e, consequentemente, novas concepções metodológicas sobre o mesmo, franquearão distintas abordagens sobre as ditas “sociedades tradicionais”.

Tal permite-lhes concluir que o referido continente não seria desprovido de uma história própria, atribuindo-se-lhe especificidades caracterizantes de uma individualidade, onde pontificaria, concomitante, o par “tradicional-moderno” sob o qual, por sua vez, surgiriam movimentos de natureza ideológica e social - originados que são da complexa rede que intersecciona “passado tribal” e “presente colonial”. Sobre estes agrupamentos, que abalam de forma unívoca a edificação colonial, recairá, por parte daqueles investigadores, uma tentativa de os justificar, pondo em causa, dessa forma, todo o complexo colonialista.

Georges Balandier⁷ assumiria um papel de destaque na prossecução levada adiante pela nova ordem disciplinar; obras como *Particularisme et Evolution: les pêcheurs Lébou (Sénégal)*, ou *Sociologie actuelle de l'Afrique noire. Dynamique des changements sociaux en Afrique centrale* seriam disso um exemplo.

⁵ Idem, idem, p. 97. Sobre Marcel Griaule, conhecido etnólogo francês autor de conhecidas obras, tais como: Marcel Griaule, *Arts de l' Afrique Noire*, Paris, Éd. du Chêne, 1947; Idem, *Les Grands Explorateurs*, Paris, PUF, 1946; e, para uma melhor compreensão (resumida) de algumas das suas posições, ver: Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia: ensaio acerca da história do africanismo*, Lisboa, Estampa, 1973, pp. 143-146. Gerard Leclerc é um conhecido sociólogo francês.

⁶ Idem, *Ibidem*.

⁷ Georges Balandier foi um conhecido sociólogo, antropólogo e etnólogo francês conhecido pelas suas investigações relativas ao continente africano. Autor de inúmeras obras, tais como: Georges Balandier, *Antropologia Política*, Lisboa, Presença, 1980; Idem, *Sentido e Poder*, Mangualde, Pedago, 2014.

Assumindo uma posição cimeira entre os estudos científico-sociais, a sociologia africana acabaria por se impor na segunda parte do decénio de 1950 - altura coincidente com o início das independências ocorridas em solo africano.

O situacionismo investigativo a partir de 1960, em moldes generalizados, debruçar-se-ia sobre as variadas independências perpetradas em África; desta forma, não será de todo admirável o volte-face que se vislumbrará naquilo que concerne aos “termos da questão”.

Se é certo que a nível político a estreiteza relacional para com as antigas metrópoles desaparece, nivelada em termos puramente economicistas, essa estreiteza não só se mantém, como até se acentua tonitruantemente. Daqui derivado, perceber-se-á o porquê da ascensão discursiva marxista⁸ sobre o complexo interpretativo que às sociedades africanas diz respeito; o sistema económico mundial, impregnado por laivos imperialistas, é capitalista e se *“a economia capitalista pressupõe um certo desenvolvimento de classes sociais; as sociedades tradicionais possuem uma estrutura económica; as sociedades africanas são analisáveis em termos de modos de produção.”*⁹

A progressista ordem discursiva perpetrada nos estudos que ao “africanismo” diziam respeito não bastaria para que sobre eles se verificasse, por parte das elites grupusculares ascendentes nos novos países, um verdadeiro interesse. Justificadamente, aquela alta hierarquia, timoneira que era das novas aspirações africanas, vislumbraria traços conceptuais perniciosos nas variadas ciências sociais; enumerando uma série de tibiezas estruturais a nível nuclear, mais concretamente no tocante às bases ideológicas que suportariam a construção do discurso - onde uma perceptível cosmovisão ocidental prevaleceria, ataviada por uma suposta capa científico, subentendendo-se, daí, entre outras coisas, o olhar paternalista ocidental sobre o imberbe e incauto africano - os altos quadros hierárquicos mostrariam a sua desconfiança sobre o carácter funcional das ditas ciências, o que explicaria o reduzido número de sociólogos ou antropólogos oriundos do

⁸ Para uma melhor e mais detalhada percepção da patente carga de influência da metodologia marxista para as elaborações epistemológicas ao longo de todo o século XX, ora mais, ora menos acentuadamente, e no que à sociologia, sobretudo, concerne, ver: Goran THERBORN, “Teoria Crítica e o Legado Marxista do Século XX”, in Bryan S. Turner (Coord. de), *Teoria Social*, Miraflores, Difel, 2002, pp. 51-81; no tocante ao aparecimento de uma reflexão marxista direcionada ao continente africano a partir de 1960, ver: Jean COPANS, *Críticas e políticas da antropologia*, Lisboa, Edições 70, 1981, pp. 100-106.

⁹ Idem, idem, p. 99.

continente africano – não anulando, entenda-se, o papel desempenhado pela ciência, e, neste caso concreto, pela ciência social, na “descolonização” do pensamento.

À famosa premissa marxista que preconizaria a ideia de que os germes futuramente destruidores do sistema capitalista se encontrariam no seu próprio seio, justaporei uma analogia referente à ambivalência existente na organicidade interior da antropologia. Ao longo dos tempos, a ideia mistificadora de sociedades inferiores pejadas por caracteres primitivistas cairia por terra, já que a colonização teria permitido uma rotina laboral mais assídua, levando a novos assomos por parte dos investigadores; a suposta unicidade civilizacional europeia seria posta em causa, dadas as cada vez mais irrefutáveis assunções relativas à estruturação social de povos não europeus - também elas complexas e portadoras de identidade própria - e, dessas análises tributário, o antigo axioma que advogaria o lugar cimeiro daquela unicidade daria lugar a um pluralismo civilizacional no qual todas as distintas civilizações obteriam um estatuto semelhante, ou seja: a análise antropológica legitimadora da empresa colonial possuiria no seu núcleo fundacional as sementes que abalariam a sua funcionalidade justificativa da realidade colonial. *“As ciências do homem faziam tremar a distinção simplista entre sociedades superiores e inferiores e a divisão da terra entre povos civilizadores e povos a civilizar... a ideia motriz que animara a colonização europeia e dera forças a tantos homens do meio isolados no seu pequeno posto, perdera o seu conteúdo. A Europa já não era a depositária infalível e legítima transmissora de uma civilização ...”*¹⁰

A antropologia africana surgida nos anos imediatistas ao pós guerra encetaria uma árdua tarefa de desmistificar alguma da argumentária funcionalista; esta fase caracterizar-se-ia não tanto pela crítica veemente à metodologia clássica - que viria mais tarde -, mas somente uma crítica às suas asserções. Essa crítica faria nascer uma escola antropológica africana que em tudo se assemelharia na forma ao funcionalismo anglo-saxónico, destoando, contudo, no seu conteúdo conclusivo sobre algumas considerações obtidas através da análise dos diferentes organigramas sociais. *“Nesta primeira fase, a assimetria da situação do colonialismo e do colonizador em relação à antropologia não é criticada como tal, mas simplesmente apropriada, «interiorizada» por certos*

¹⁰ Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo*, Lisboa, Estampa, 1973, p. 146.

*colonizados que a partir de então consideram os seus compatriotas, os outros “indígenas”, com um olhar “antropológico.”*¹¹

As roupagens que revestiriam o olhar europeu sobre o outro caracterizar-se-iam por um etnocentrismo que se espalharia no decorrer duma extensíssima periodização; o colonialismo europeu, arauto dos “costumes civilizacionais”, mais não fez do que vãs obliterações das culturas existentes nos demais continentes. Independentemente da matiz antropológica, seja aquela debruada por contornos evolucionistas, ou, posteriormente, aquela que deflagraria a ideia colonial como fenómeno de aculturação, a dita ciência teria desempenhado um papel de activo destaque na construção e justificação do império. As abordagens reducionistas feitas pelo funcionalismo relativamente aos sistemas culturais “indígenas”, conceptualizando a cultura a partir do binómio “cultura-totalidade social concreta”, fazendo esvanecer a sua funcionalidade operativa à sua função enquanto componente instrumental social, levará a que muitos estudiosos “terceiro-mundistas” ponham em causa a antropologia e, conseqüentemente, as suas mundividências deficitárias.

Os gravames lançados sobre o olhar antropológico - onde se denota um claro “narcisismo ocidental”- pelo “terceiro mundo”, contrariamente a postulações feitas aprioristicamente pelo conhecimento não aprofundado sobre o alvo dessa mesma diatribe, que, dessa forma, julgaria natural a preeminência da crítica à teoria unilinear pré-clássica, debruçar-se-ão, sobremaneira, sobre a antropologia clássica; esta, imbuída pela ideia libertadora de renegação face ao etnocentrismo evolucionista, e de forma inconsciente, absorverá um discurso muito menos passível a mitigações concernentes à sua índole, também ela etnocentrista. Resta inquirir acerca das antinomias inoperantes entre os dois tipos de etnocentrismo em discussão e, dessa forma, suportar-me-ei na esclarecedora sumarização levada a cabo por Gerard Leclerc, *“Enquanto que o dos exploradores e teóricos de gabinete era consciente, de tal modo consciente que era ingénuo (não constituindo problema), o dos antropólogos clássicos (incluindo os relativistas culturais) liga-se à própria natureza e situação do discurso colonial sobre as culturas estrangeiras.”*¹²

À escola clássica, que encararia o colonialismo em moldes simplistas - não mais do que um processo activo de aculturação ou mutação social -, é-lhe atribuída um papel

¹¹ Idem, idem, p. 153.

¹² Idem, idem, p. 161.

de imputabilidade no tocante àquilo que seria a justificação do complexo colonial “(...) visto que põe entre parêntesis -voluntariamente ou não, conscientemente ou não- o aspecto político da realidade colonial, o domínio e o aspecto sob o qual se apresenta a “modernização” que é também explorado.”¹³

A tão famigerada “aculturação” não se trataria de uma linha processual mecanicista aonde haveria uma adaptabilidade recíproca entre a cultura indígena e a cultura ocidental. Como seria de esperar, seria a autoridade colonial a determinar os elementos concedíveis, não fosse a “suposta modernização” depender e basear-se numa elaborada rede de dominação.¹⁴

A génese discursiva contestatária no que ao “narcisismo ocidental” diz respeito ter-se-á apoiado na esteira plurivalente de figuras como Aimé Césaire, Fanon e da revista *Presence Africaine* que desvelariam os opróbrios executados pelo colonialismo e, acto contínuo, alguns dos manietados - de acordo com a necessária colonialista de dominação - conceitos antropológicos.

Os escritos “fanonianos” indiciam a crescente noção de si próprio e da ânsia de pertencer à história por parte do indígena, bem como a sua repulsa face ao vocábulo empregue pela empresa colonial. “ (...) a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. (...) esses rostos dos quais desapareceu toda a humanidade, esses corpos obesos que já não se assemelham a nada, essa coorte sem cabeça nem cauda, essas crianças que quase não pertencem a ninguém, esses preguiçosos estendidos ao sol, esse ritmo vegetal, tudo isso faz parte do vocabulário colonial. (...) O colonizado sabe tudo isso e ri cada vez que se descobre coo animal nas palavras do outro. Porque sabe que não é um animal. Ao mesmo tempo que descobre a sua humanidade, começa a polir as suas armas para as fazer triunfar.”¹⁵

As teóricas antropológicas e sociológicas funcionariam, muitas das vezes, para a justificação de certo modo “científica” da ocorrência colonial; todavia, como veremos mais adiante, aquelas ciências sociais suportariam inúmeros actores africanos no caminho longitudinal por eles traçado rumo à independência - reconhecida a natureza “ocidentalizada” da orgânica destas disciplinas, serviriam, contudo, de base para a construção de ideologias nacionais. A bicefalia analítica vislumbrada no carácter das

¹³ Idem, idem, p. 162.

¹⁴ Aimé CÉSAIRE, *Discurso Sobre o Colonialismo*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1978, p. 25.

¹⁵ Frantz FANON, *Os Condenados da Terra*, Lisboa, Ulisseia, 1961, p. 39.

mencionadas ciências - se, por um lado, podê-las-íamos adjectivar como sendo intrinsecamente favoráveis aos termos coloniais propugnados pelo ocidente e, dessa forma, extrínsecas às aspirações africanistas, por outro, e é aqui que se encontra o grande paradoxo, o processo anteriormente enunciado poderá ser diametralmente invertido, alterando o papel anteriormente preconizado pela antropologia e pela sociologia, assumindo estas, agora, um papel amplamente favorável à descolonização e lançando severas críticas à empresa colonialista - seria aproveitada por alguns agentes africanistas, como disso é exemplo paradigmático Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral ou Eduardo Mondlane¹⁶ (para o caso lusófono, entenda-se). Vespertinamente, Bakunin ter-se-á dado conta do binarismo existente no seio orgânico daquelas ciências, mais especificamente, no tocante à sociologia. “*O anarquista Bakunin (1873), criticando Comte de um lado e Marx de outro, reconheceu surpreendentemente cedo que a ciência da sociedade poderia racionalizar interesses de um grupo social particular.*”¹⁷ - ou, para o caso específico, a racionalização de interesses de povos integralmente colonizados.

O gramscianismo influirá, portanto, sobre as fundações do pensamento que guiarão a construção teórica com intuítos marcadamente políticos de Mário Pinto de Andrade e de outros intelectuais africanos; o discurso de António Gramsci, montado em redor das funcionalidades do intelectual enquanto “pastor” de povos, formataria o “modus operandi” daquele sociólogo angolano. O político e teórico italiano referir-se-ia ao intelectual orgânico, um intelectual que teria a sua génese num dado momento histórico, ao qual se atribuiria uma determinada matiz de conduta consoante o “grupo social” onde este se imiscuiria. “*O intelectual orgânico é um dos conceitos fundamentais defendidos por Gramsci. O intelectual orgânico é, segundo as suas*

¹⁶ Dados biográficos de Amílcar Cabral em: Patrick CHABAL, *Amílcar Cabral, Revolutionary Leadership and people's War*, London, Cambridge University Press, 1983.

Julião SOARES SOUSA, *Amílcar Cabral (1924-1973), Vida e morte de um revolucionário africano*, Lisboa, Vega, 2011. Relativamente a Eduardo Mondlane e a algumas das suas publicações, ver: Eduardo MONDLANE, *Lutar por Moçambique*, Lisboa, Sá da Costa, 1975; Idem; Samora MACHEL, *A Frelimo e a revolução em Moçambique*, Lisboa, Maria da Fonte, 1975; ver ainda o artigo de Lívio Sansone que visa demonstrar a influência da formação académica de Mondlane sobre o seu estilo político: Lívio SANSONE, “Eduardo Mondlane and the social sciences”, *Vibrant Brazilian Anthropology*, Brasília, v. 10, nº 2, Julh.-Dez. 2013.

António TOMÁS, *Fazedor de Utopias*, Lisboa, Tinta da China, 2007.

¹⁷ Texto publicado pela autora australiana Raewyn Connell constituindo o primeiro capítulo da obra *Southern Theory – The Global Dynamics of Knowledge in Social Science*, Cambridge, Polity Press, 2007. A tradução portuguesa em: Raewyn CONNELL, “O Império e a criação de uma Ciência Social, Contemporânea”, *Revista de Sociologia da UFSCar.*, São Carlos, vol. 2, nº 2, Jul-Dez 2012, p.320.

próprias palavras, o que emerge no terreno das exigências de uma função necessária no campo da produção económica.”¹⁸

Kate Crehan fala-nos da postura alegada por Gramsci quanto ao obrigacionismo por parte dos intelectuais na produção do conhecimento mas, “(...) *para os intelectuais interessados na transformação revolucionária da sociedade, o conhecimento deve basear-se num entendimento genuíno das condições de vida do “elemento popular.”*¹⁹

Seguindo a linha de pensamento gramsciana, o processo formativo de intelectuais em África teria a sua efervescência num processo carregado de particularidades subtis²⁰ que marcariam indelevelmente a sua postura enquanto agente interventivo e construtor ideológico; independentemente de particularismos próprios, veremos como os intelectuais negros produzirão conhecimento baseados nas tais “condições de vida do elemento popular” e, dessa forma, influir directamente no percurso atractivo exercido sobre as massas de forma a engajá-las na luta pela libertação. De notar ainda, que na sua grande parte, esta miríade de intelectuais pertenceria a determinado partido o que, em Gramsci respaldados, permite-nos concluir que após o momento da aderência partidária, o intelectual ligar-se-ia intimamente às aspirações do grupo social que constituiria essa força político-libertadora e, consequentemente, aos seus intelectuais orgânicos, encetando uma produção teórica em abono daqueles interesses. O próprio partido político, encarado como “intelectual orgânico colectivo”, seria responsável pela ruptura epistemológica existente em diversos sistemas sociais e fator de novas aspirações para o grupo que representa; não seria portanto de admirar que, para o caso concreto das lutas pela libertação em África, quer o intelectual individual, quer o colectivo, se fundiriam num só, de forma a unificar discursos a uma só voz, alcandorando-se, dessa maneira, ao grupo massificado pelo qual lutavam e do qual dependeria o sucesso da sua luta. Pois bem, veremos de que forma o

¹⁸ Referência retirada das notas de rodapé em: António GRAMSCI, *A formação dos intelectuais*, Amadora, Ed. Fronteira, 1976, p. 20. Sobre o tema em questão, e ainda nas notas de rodapé: “(...) o tipo de intelectual que Gramsci simboliza é o intelectual ligado organicamente ao desenvolvimento da organização política da classe operária. Este novo tipo de intelectual dirigente nada tem a ver com algumas figuras inventadas de chefes políticos que confiavam de preferência na oratória e na emoção. Pelo contrário, o conhecimento dos problemas de produção, da técnica e da economia devem acompanhá-lo, juntamente com uma visão geral histórico-humanista da realidade a modificara.”, em: Idem, idem, p. 26.

¹⁹ Kate CREHAN, Gramsci, *Cultura e Antropologia*, Lisboa, Campo de Comunicação, 2004, p. 156.

²⁰ Suportando-se na linha de pensamento de Gramsci, Mário Pinto de Andrade faria de Amílcar Cabral o exemplo de intelectual africano numa lógica gramsciana. Ver: Mário Pinto de ANDRADE, “Formação e papel do intelectual africano: o exemplo de Amílcar Cabral”, *Palestra no Instituto Amílcar Cabral* Mário Pinto de Andrade”, Praia, 1988, pp. 1-14. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04358.005.008>, consultado em Abril de 2016.

intelectual africano, bem como os partidos políticos ao qual eles pertenciam, criariam um conhecimento de “práxis”.

Entender este documento como se de uma árvore se tratasse, e partindo do pressuposto acima enunciado que as raízes emanantes de vida dizem respeito à problemática dos estudos relativos ao continente africano, perscrutaremos em seguida as diferentes ramificações que irão dar forma ao presente trabalho e, espero eu, como objectivo último, as flores e os frutos pretendidos.

*

Numa fase matutina, o objectivo primacial desta tese de mestrado seria escarpelar até “ao tutano” o papel da elaboração científico-social de Mário Pinto de Andrade na luta pela libertação do jugo colonialista, dada a evidente intencionalidade política que caracterizaria os seus objectos de estudo e, consequentemente, compreender as intersecções óbvias de relacionalidade entre a sua teórica e a de figuras “patriarcais” como Amílcar Cabral, Fanon ou Césaire; e, finalmente, compreender, também, a influência que sobre eles recairia, advinda do sustentáculo discursivo gramsciano. Todavia, e embora julgue ter alcançado as propostas anteriormente mencionadas, a evolução investigativo-laboral levar-me-ia por outros caminhos - em termos objetivos: a percepção por mim verificada ao longo do processo construtivo-expositivo da maleabilidade metodológica e epistemológica da ciência social e a sua utilização consoante as distintas realidades dos mais diversos agentes ter-me-á suscitado um grande interesse, aquele de tentar destrinçar as reais potencialidades “semióticas” daquela ciência; razão pela qual, e como mais adiante se verificará, grande parte do presente trabalho tentará descortinar o percurso multiforme da ciência social e os seus mais diversificados resultados teleológicos: numa primeira parte elencarei os diferentes parâmetros que revestiriam a ciência enquanto produção científica ao serviço das necessidades e das realidades imperiais, mencionando a carga psicologicamente activa de alguns conceitos que pululariam nas investigações levadas a cabo a ocidente, como, a título de exemplo, a oposição “nós-outros”, e as óbvias consequências dessas conceptualizações na psique do colonizado, levando a que alguns deles, de certa forma, despertassem e tomassem consciência da conjuntura de submissão em que viviam; analisarei, ainda, de forma mais concreta e, em alguns casos, meramente descritiva, o caso português.

Numa segunda parte, debruçar-me-ei analiticamente sobre as mutações ao nível conceptual relativas ao objecto estudado - os povos colonizados - perpetradas no seio das ciências sociais ao longo do século XX e, dessa forma, tentarei compreender melhor as suas diferentes variantes teoricistas sob cada qual, de forma mais ou menos acentuada, haveria uma clara condicionante de cariz político-ideológico, fosse para justificar o fenómeno colonialista, fosse para o condenar em toda a sua amplitude; demonstrar, portanto, o dinamismo orgânico bicéfalo da ciência social, dinamismo esse que a tornaria arauta de discursos e conclusões opostas, consoante o autor e, acto contínuo, os objectivos políticos do mesmo, e perceber os moldes em que tal percurso se teria destrinchado, abrindo caminho a novas escolas e teoréticas, constituirá um dos meus principais objectivos. Não poderia deixar de incluir nesta tese, como ponto último, um dos casos mais paradigmáticos de intelectual, cientista social e militante político africano ocorrido na África lusófona e a cabal demonstração de como a ciência que ora tratamos poderia absorver métodos distintos de trabalho e de utilização prática, dependendo dos interesses do investigador. Mário Pinto de Andrade terá sido um deles, um sociólogo angolano que se teria servido da ciência social para fazer “ouvir” a alma dos povos esmagados pelo peso do colonialismo português e, objectivando uma melhor elucidação relativa aos diferentes pontos constitutivos da sua formação teórica enquanto sociólogo, sem esquecer nunca o seu “comprometimento” político, apresentá-lo-ei como um dos inúmeros exemplos passíveis de inverter a funcionalidade metodológica intuitivamente colonialista da ciência social, colocando-a, por sua vez, ao serviço do colonizado; assim sendo, pretenderei desvelar faseologicamente o seu percurso teórico-discursivo, para que melhor possa entender a construção do homem enquanto agente de militância activa, e a forma como se terá acoplado e servido da sociologia no decorrer do processo de libertação nacional em que se encontraria inserido. A par de Andrade, outros exemplos abundarão de intelectuais negros, também eles ideologicamente comprometidos, que se teriam servido duma ciência “fundada” a ocidente igualmente dignos de serem apresentados como “elos de ligação” entre um método criado sob a bandeira do colonialismo, e, posteriormente, utilizado com uma ordem motivacional abertamente distinta. Um exercício mais localizado em protagonistas chave e no seu papel enquanto reconstrutores de discurso ficará em “banho-maria” para uma eventualidade laboral futura.

2. A ciência²¹ ao serviço do império

*“A violência colonial não se propõe manter apenas em atitude respeitosa os humanos submetidos, trata também de os desumanizar.”*²²

2.1. O império justifica-se²³: a desumanização do “outro” pela ciência

Idiossincrasias relativas à forma sobranceira de olhar os de fora, aqueles que por alguma peculiaridade destoriam dos demais, seria uma constante ao longo da história das diferentes organizações sociais.²⁴ Todavia, tais demonstrações avaliativas difeririam de sociedade para sociedade, onde putativas especificidades da ordem dos valores moldaria o modo de encarar a diferença. Se, por um lado, a desigualdade (que é como quem diz inferioridade) justificar-se-ia recorrendo à cultura, por outro, recorrer-se-ia à natureza - tese assazmente propagandeada até meados do século XX por apologistas imperiais e, acto contínuo, advogados de hierarquizações racialistas²⁵ onde a raça

²¹ Sobre a filosofia da ciência e respectivo debate semântico em redor da concepção de “ciência” para a ciência natural e para a ciência social, ver: William OUTHWAITE, “A filosofia da Ciência Social”, in Bryan S. Turner (Coord. de), *Teoria Social...*, pp 83-106; Boaventura de Sousa SANTOS, *Um Discurso sobre as Ciências*, Lisboa, Afrontamento, 1987, pp. 34-40.

²² Jean Paul SARTRE, “Prefácio”, in Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra*, ..., p. 15.

²³ Sobre a ideia auto-assumida pelas metrópoles europeias de que seriam elas as únicas portadoras da concepção de progresso, o que, segundo as mesmas, serviria de justificação às suas aspirações coloniais, ver: Victor KIERNAN, *The Lords of Human Kind: European attitudes towards the outsider world in the imperial age*, Londres, Weindfeld and Nicolson, 1969.

²⁴ O famoso psicólogo social britânico Henri Tajfel narraria um caso de laboratório onde teria sido possível perceber os mecanismos humanos passíveis de os levar a desprezar membros de um outro grupo: “Um dos nossos objectivos era simular em laboratório (...) uma situação, onde membros dum grupo agissem para com membros de outro desprezando inteiramente as diferenças individuais entre eles. O anonimato (imposto) dos “estranhos” permitia-nos assegurar a ausência de variações durante as experiências, na maneira como eram tratados; este anonimato não impediu (e até contribuiu seguramente para isso) que eles fossem tratados menos favoravelmente do que os “membros”. O denominador comum de todos estes exemplos (...) é a despersonalização dos membros do grupo alheio. A etapa seguinte é, muitas vezes, a sua desumanização.”, em: Henri TAJFEL, *Grupos Humanos e Categorias Sociais: estudos em psicologia social*, Vol. 2, Lisboa, Livros Horizonte, 1983, p. 274.

Sobre o assunto, ver ainda: Joana MIRANDA, *A Identidade Nacional do Mito ao Sentido Estratégico*, Lisboa, Celta Editora, 2002, pp. 44-58.

²⁵ Sobre o aparecimento de teorias raciais científicas e o seu posterior descrédito a seguir à II Guerra Mundial, ver: Anthony GIDDENS, *Sociologia*, Lisboa, Fund. Cal. Gulbenkian, 2009, pp. 319-320.

branca assumiria o papel de destaque face à amplamente difundida ideia que preconizaria a inferioridade indígena.

A apologética imperial, partindo aprioristicamente da ideia inequívoca da diferenciação entre “o nós” e “os outros”, traria aí implícito a ideia da não neutralidade relativamente a essa obviação, onde o nós assumiria uma posição de indubitável superioridade face à sua oponente conceptual, os outros, isto é, os indígenas a colonizar. A discriminação tácita envolvida naquela oposição, e suportando-me no trabalho desenvolvido por Rosa Cabecinhas, que terá recorrido a investigadores como Tajfel, subentende “(...) *um processo de diferenciação simbólica que se traduz na “desumanização” do outro, já que os membros desse grupo não são percebidos enquanto pessoas, com a sua individualidade e a sua “singularidade subjectiva”, mas enquanto representantes indiferenciados do grupo. Neste sentido os outros tornam-se um outro indiferenciado, um verdadeiro alter. A exclusão simbólica dos outros retira-lhes o estatuto de sujeito e impõe-lhes um destino comum.*”²⁶

A dominação colonial sugeriria todo um novo “modus faciendi” por parte das autoridades metropolitanas, de modo a justificá-la; aquele incidiria sobre a utilização operante das ciências na sua generalidade. A premência de exercer uma dominação cientificamente comprovada levaria a agência colonialista a servir-se dos cientistas sociais que terão contribuído “(...) *à l’élaboration de certaines de ces “pseudo-raisons” et elles ont été assez systématiquement convoquées par les discours de légitimation d’une domination que se drapait volontiers dans les oripeaux de la rationalité et de la modernité.*”²⁷

Como já seria de prever, os intervencionismos científicos alargar-se-iam a arguências advindas de outros campos: do campo da poliginia chegar-nos-iam diversas teorizações sobre o carácter hierarquizante e de evidente não igualdade das raças, dadas as suas distintas origens, onde a branca, como não poderia deixar de ser, assumiria uma proeminência totalizante, ou seja: a raça mais intelectualizada e evoluída, face aos negros, por exemplo, a quem seria endereçada uma maior capacidade de labor físico.

²⁶ Rosa CABECINHAS, “Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias”, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, 2002, p. 41.

²⁷ Tr: “(...) *para a elaboração de algumas dessas “pseudo-razões” e elas foram sistematicamente convocadas para os discursos de legitimação de uma dominação que se ostentava de bom grado nas roupagens de racionalidade e da modernidade.*” in:

Georges Balandier, cit. Por Emmanuelle Sibeud in “Les sciences sociales à l’épreuve de la situation coloniale”, *Revue d’histoire des sciences humaines*, nº 10 (2004), p.3.

Outras teorias racialistas preconizariam uma origem comum para a diversidade de raças; neste caso - manifestamente inspirado na teorética evolucionista - a diferença assentaria numa distinção etapista da evolução humana, “(...) em que umas ter-se-iam aperfeiçoado mais do que outras no percurso evolutivo. E alegava-se, como o fez Paul Broca²⁸, que os brancos eram mais inteligentes, apresentando-se um dado supostamente objectivo: o volume da caixa craniana.”²⁹ Concluiu Broca que “ (...) o cérebro é maior nos homens que nas mulheres, nos homens eminentes do que nos de talento medíocre, nas raças superiores do que nas inferiores. Como noutras coisas, existe uma relação notável entre o desenvolvimento da inteligência e o volume do cérebro.”³⁰

O determinismo ocidental buscava o “selo da cientificidade” de forma a destrinçar algumas das inconsistências da teoria da superioridade racial; daí a alavancagem verificada relativamente ao trabalho de médicos e psicólogos que demonstrariam a superioridade branca baseando-se em testes concernentes à medição do Q.I. (Quociente de Inteligência), franqueando, dessa forma, a explicação de determinados teoremas que demandavam aquele selo comprovativo.

Como nos diz Joana Miranda, no final do século XIX, a circunscrição intelectualizada europeia, de forma generalizada, acreditaria inequivocamente na superioridade racial em que incorreria a raça branca. Esta óptica da mundividência dita culta europeia espalhar-se-ia em doutrinas inquestionavelmente racistas, atingindo o seu auge durante a II Guerra Mundial.³¹ Finalizada esta efeméride, a prossecução laboral levada a cabo pela ciência relativa à temática das distinções hierarquizadas das raças cairia por terra, para além de que “(...) no domínio da Genética vieram questionar muitas das “verdades” anteriores.”³²

Grosso modo, terá ficado demonstrada a compacidade estrutural que teceria as malhas do império recorrendo a computações suportadas por uma suposta cientificidade capaz de corroborar a famigerada “missão” europeia de cultivar sociedades em estado

²⁸ Conhecido anatomista e antropólogo francês; ficariam conhecidos os seus trabalhos sobre a relacionalidade consequente entre a anatomia craniana e a inteligência humana que, segundo o mesmo, variaria consoante a raça.

²⁹ Manuela CUNHA, “A natureza da raça”, Rep. Sdum.uminho, 2000, p. 3. Disponível em : < <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5245/3/A%20natureza%20da%20ra%C3%A7a'.pdf> >, consultado em Março de 2016.

³⁰ Paul Broca, cit. Por Stephen Jay Gould, in *O Polegar do Panda: reflexões sobre história natural*, Lisboa, Gradiva, 1986, p. 168.

³¹ Joana MIRANDA, *A Identidade Nacional do Mito ao Sentido Estratégico...*, pp. 51-52.

³² Idem, idem, p. 53.

“primitivo”; aquelas teses da dita “superioridade” metropolitana contribuiriam indesmentivelmente para a fundamentação da gradual alienação dos povos colonizados.

Seguindo o fio condutor desenhado pela teoria fanoniana, “(...) *que justifica toda a análise da sua obra sobre o ângulo da alienação*”³³, a prática alienante levada a cabo pela empresa colonial obliteraria do “objecto” alienado qualquer resquício antigo que lhes pudesse restar relativo a noções próprias de natureza civilizacional e histórica. Segundo Fanon, a alienação debruçar-se-ia a nível económico e intelectual; imputa à índole descaracterizante da alienação intelectual dos colonizados, que potencializa na psique destes uma série de complexos que se vão auto-impondo, o motivo que os furtava à compreensão das injustiças cometidas no sector económico, impossibilitando, dessa forma, a sua organização em classe portadora de uma consciencialização revolucionária capaz de apagar os constrangimentos montados pelas reificações inteligentemente elaboradas pelo império. “ (...) *alienação intelectual*” dos colonizados *que se manifesta especialmente na identificação de um estereótipo racista e implica frustrações e complexos, deforma nos explorados a visão dos factos económicos e impede-os de pensar em termos de consciência de classe. Enquanto a sua consciência for estruturada pelas categorias racistas, serão incapazes de desenvolver uma consciência revolucionária de classe.*”³⁴

A quase ubiquidade das teses colonialistas no quotidiano colonial incidiria psicossomaticamente sobre os colonizados, “ (...) *leva o povo dominado a perguntar-se constantemente: Quem sou eu na realidade?*”³⁵

A demanda por respostas podê-los-á levar a uma progressiva politização e, subsequentemente, ao desferimento de actos de violência que visem directamente o inimigo colonialista. O colonizado entra então numa fase musculada que, devido à sua matiz legitimista, perderá todo o seu carácter criminal. O contorno inelutável da alienação imposta perderá nesta fase de auto-consciência a sua sustentabilidade. “ (...) *A partir do momento em que a reação dos colonizados se politiza e se organiza em actos de violência contra o inimigo real, o colono, a violência perde o seu carácter criminal: é um meio de emancipação que tende a eliminar a alienação.*”³⁶

³³ Renate ZAHAR, *Colonialismo e Alienação: contribuição para a teoria política de Frantz Fanon*, Lisboa, Ulmeiro, 1976, p. 49.

³⁴ Idem, ibidem.

³⁵ Frantz FANON, *Os Condenados da Terra...*, p. 244.

³⁶ Renate ZAHAR, *Colonialismo e Alienação: contribuição para a teoria política de Frantz Fanon...*, p. 112.

A ciência fundeara nos espíritos dominados uma ideologia de submissão, porém, essa mesma ideologia levaria ao questionamento por alguns daqueles que, tal como Fanon, trariam a debate a disfuncionalidade operante da alienação que recairia sobre os colonizados. A teórica fanoniana teria, em certa medida, desconstruído e desmistificado alguns dos postulados que povoariam a oratória científica apaniguada pelo império ao estudar as oscilações e ambiguidades psiquiátricas num qualquer estado alienante, onde descobriria uma série de mecanismos passíveis de inverter aquela situação de insustentabilidade.

2.2. O caso português em análise

As teses racialistas desembocariam de igual modo em Portugal; também aqui pululariam discursos que poriam em evidência as distinções biológicas desigualitárias entre as diferentes raças. Elencarei, sequentemente, alguns dos discursos em voga no Portugal colonial ao longo dos tempos, onde, em concomitância, se espraariam oratórias que corroborariam o fenómeno de dominação, recorrendo a metodologias emanadas da epistemologia da ciência-natural e da ciência social.

As teses evolucionistas arautas da unilinearidade da história encontrariam um abrangente amplexo entre as elites pensantes portuguesas; Andrade Corvo sublinharia a relevância da propagação civilizacional sobre as sociedades deficitárias de África, papel incumbido à Europa cristã, possuidora do estandarte do progresso e da modernidade. Todavia, a diferenciação hierárquica percebida por Corvo entre os dois continentes, que posicionaria o continente europeu no topo piramidal, teria como principal causa justificativa as distintas fases evolutivas em que as respectivas histórias se encontrariam, diferentemente de premissas ulteriormente desenvolvidas que recolocariam o sema dessa diferenciação em redor de questões de natureza racial.

Assim sendo, tamanha altivez face ao “outro”, e em consonância para com outras teóricas destrinchadas fora de Portugal, lançar-se-ia a semente para que também aqui amadurecesse uma ideologia pejada por laivos racialistas que justificaria, baseando-se na dita “superioridade branca”, entre outras coisas, a violência imposta ao

trabalhador “indígena”³⁷; insinuariam, sobre o etos das fundações sociais africanas, constantes olhares de soslaio fundamentados numa arguência retirada do darwinismo social, em que Oliveira Martins, destacado membro da famigerada “geração de 70”, seria o principal representante dessa ala preconizadora da ideia de “racismo científico” sustentada por muitas das teorias propagandeadas por diferentes poligenistas. *“É o tempo, também na cena portuguesa, do “darwinismo social” (...) O seu mais eminente representante em Portugal é Oliveira Martins, com todo o peso da autoridade intelectual de que já então gozava e se prolongará por todo o século XX. Partindo da ideia de que as raças de características mais favoráveis, entrando em competição com as inferiores, tenderiam a eliminá-las (...)*”³⁸

A investigação científica em vigor no encerrar do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte seria o momento-charneira que relacionaria as meditações conclusivas de Oliveira Martins e outros sub-estudos daí serpenteados; variadíssimos trabalhos dedicados à pureza bioquímica dos portugueses ocupariam o labor de variadíssimos médicos, tal como Mendes Correia, que, em unísono, concluiriam pela impermeabilidade da raça portuguesa a influências africanas e indianas.³⁹

Não sendo necessário recorrer a mecanicismos dialécticos, facilmente se compreenderá a necessidade tonitruante posta em redor de imperativos concernentes à filiação genética portuguesa; numa altura em que imperam teorias racialistas, urge atestar a “pureza” lusitana, de forma, e em consentâneo com tais teorizações, a fundamentar a penetração daqueles nos trópicos.

A penetração europeia em África criaria a alavancagem capacitada para possibilitar a reificação de algumas das ideias relativas à fundamentação da dominância metropolitana; a ciência encarregar-se-á de, sob o jugo imperial, desenvolver uma série

³⁷ Como exemplo, o caso paradigmático dos roceiros que justificariam a imposição violenta do trabalho servindo-se das preconizadas teorizações da hierarquização racial, ver: Marta MACEDO, “Império do Cacau” in Miguel Bandeira Jerónimo (Coor. de), *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições*, Lisboa, Edições 70, 2012, p. 306. Ver também: Augusto NASCIMENTO, “Escravidão, trabalho forçado, e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX: sujeição e ética laboral”, *Africana Studia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nº7, 2004, pp. 183-217. Ainda sobre o regime de trabalho forçado nas colónias portuguesas e a sua evolução ao longo dos tempos, ver: CABECINHAS, Rosa, “Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias”..., p. 77. Valdemir ZAMPARONI, “Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas”, *Africana Studia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nº 7, 2004, pp. 299-325.

³⁸ Valentim ALEXANDRE, *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império, 1808-1975*, Porto, Afrontamento, 2000, p. 237.

³⁹ Rosa CABECINHAS, “Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias”..., p. 75.

de pontos utilitários à utilização pela empresa colonial de modo a que esta se possa justificar a si e às práticas por ela impostas naquele continente. Depois do opróbrio ultrajante passado às mãos da coroa britânica na polémica e discutida questão do *ultimatum*, Portugal servir-se-ia do tabuleiro africano, de modo a resgatar o carácter glorificante de antigos cenários agora perdidos e esquecidos. Dado o período em análise, onde imperariam momentâneos discursos de exacerbadas ondulações de um vivente e acentuado nacionalismo que irromperia pelo país adentro na sua integralidade, após a derradeira contenda face à coroa inglesa, Portugal ver-se-ia frequentemente instado, pela pressão nele posta pelas demais potências coloniais, a comprovar a sua capacidade geral em termos logísticos de colonizar o quinhão de terras que lhe teria cabido na distribuição verificada em Berlim.

Urgiria, antes de mais, levar avante um processo de absorção conhecedora dos costumes das sociedades tradicionalistas por parte da empresa colonial portuguesa de modo a melhor e mais capazmente franquear os artifícios de dominância naqueles territórios⁴⁰; dessa forma, compreender-se-á a assunção da etnografia, e tentativas de a institucionalizar por parte dos agentes coloniais, nos finais do século XIX. *“Usando da linguagem de Foucault, o «desbloqueamento epistemológico» que permitiu individualizar e dar visibilidade aos nativos terá decorrido do resultado positivo de uma associação tecnológica entre poder e conhecimento - o que pode apelidar-se de tecnologias de governo, isto é, o conjunto de técnicas e procedimentos político - cognitivos destinados a calcular e dirigir a conduta humana de indivíduos e colectividades.”*⁴¹

O sucesso da colonização portuguesa passaria, antes de mais, pela capacidade atractiva de gentes para as colónias; porém, a turba europeia aí sedentarizada atingiria ainda cifras humildes e claramente insuficientes para a prossecução de uma colonização efectiva e inquestionável. Daí terá decorrido a premência da criação de uma disciplina autónoma que visasse o término da problemática relativa à insalubridade; a medicina tropical teria sido a resposta a essa questão:

⁴⁰ A este respeito ver: Rui Mateus Pereira, “Conhecer para dominar: o desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959”, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL, 2005.

⁴¹ Ricardo ROQUE, *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*, Lisboa, ICS, 2001, p. 296.

“ (...) em 1902 foi criado o Hospital Colonial e a Escola de Medicina Tropical, em Lisboa que funcionaria como hospital-escola (...) Com a criação desta instituição estavam criadas as condições para tornar a medicina tropical uma área de especialização médica ao serviço do Império, numa conjugação de interesses entre a política do Império, a especialização das ciências biológicas e o misticismo inerente à cultura dos povos ocupados ”⁴²

O estado português reconheceria a importância da ocorrência de missões médicas em África, enviando a Angola, para esse efeito, uma miríade de investigadores da área da microbiologia e da medicina tropical para que pudessem estudar a doença do sono; os resultados desse périplo seriam publicados na imprensa nacional, apresentando-os, posteriormente, numa conferência pública. Sequentemente, e a “expensas” do estado, publicar-se-ia em 1902 na *Revista Portuguesa de Medicina e Cirurgias Práticas* “ (...) um relatório mais completo que incluía peças anatómicas, culturas e preparações microscópicas”. Em 1903, uma última versão seria ainda editada em francês, intencionando “ (...) ostentar, interna e externamente, a competência científica da missão portuguesa vista como uma medida de capacidade do Estado português de ocupar e administrar os seus territórios em África. A missão foi assim convertida num elemento importante na recuperação do orgulho nacional, ferido após a humilhação do Ultimato inglês. ”⁴³

Nos começos do século XX a engrenagem colonial funcionaria em torno da ideia de supremacia europeia sobre fundações societárias deficitárias onde imperaria a incivilização; daqui derivariam as intrínsecas protuberâncias coloniais que preconizariam a necessidade capital de sedentarizar distintas leis para distintas raças em diferentes estados civilizacionais. Haveria, contudo, um já acentuado amplexo em redor de premissas que vislumbrariam, ainda que a médio/longo-trecho, uma potencial civilização e, subsequentemente, assimilação da raça negra. Individualidades coloniais como Paiva Couceiro, ou Norton de Matos, vozeariam sobre a possibilidade almejada de um integracionismo gradual nativo numa equitativamente bem harmonizada “grande província portuguesa”. Diversas medidas alcandorar-se-iam aos pilares coloniais objectivando a construção em África de verdadeiras circunscrições portuguesas, isto é:

⁴² Isabel Maria AMARAL, “A medicina tropical e o império português em África: diálogo entre política, ciência e misticismo (1887-1935)”, in Maria Paula Diogo e Isabel Amaral Dias (Coord. de), *A Outra face do império: ciência, tecnologia e medicina (sécs. XIX-XX)*, Lisboa, Colibri, p.134.

⁴³ Idem, idem, pp.134-136.

desdobramentos territoriais da nação portuguesa, uma verdadeira exalação da cultura lusa nos trópicos; ter-se-ia verificado, para esse efeito, uma maior exortação à emigração metropolitana, de forma a mais expeditamente fazer chegar às colónias a essência cultural portuguesa. Essa tentativa de mesclar sob uma mesma bandeira territórios sem continuidade geográfica através da absorção de determinados valores que constituiriam a dita portugalidade pelas populações europeias e africanas, atestariam, de forma indelével, a capacidade portuguesa em possuir uma extensão de terra em muito superior às suas reais capacidades económicas e, dessa forma, afastar os olhares ávidos lançados pelas potências estrangeiras. Como não poderia deixar de ser, as ciências ocupariam aqui um papel de relevo inegável já que a “ (...) *necessidade de consolidar o espaço colonial e de o desenvolver economicamente teria estado na origem da promoção de um inquérito etnográfico em 1912 ou, no mesmo ano, a criação do Museu Etnográfico de Angola e Congo. Nessa linha, a acção de Norton de Matos em Angola (...) parece ter contribuído para estimular o interesse pelo conhecimento dos nativos das colónias.*”⁴⁴

Dessa forma, e de maneira a reificar a natureza da fraseologia colonial, as entidades responsáveis pela emissão discursiva do império servir-se-iam abundantemente e de forma arrivista da índole resiliente das ciências sociais ao longo dos tempos de dominação; estas estruturar-se-iam ao processo de acção política, de forma a fundamentar a desautenticação atribuída às sociedades colonizadas, e, acto continuado, à legitimação da dominância imperial.⁴⁵ Um certo maniqueísmo intrínseco às ciências sociais apaniguadas ao complexo colonialista verificar-se-ia igualmente em Portugal.

A necessidade de justificar o império imposta pela opinativa internacional saída do pós guerra, cada vez mais lancinante face a cenários de dominação colonialista, levaria a que o estado português recorresse impreterivelmente a novos suportes científicos; esse seria o motivo-mor que levaria a que na Escola Superior Colonial, e em sincronia com a nova ordem conjuntural, as ciências sociais fossem assumindo cada vez mais uma indubitável função de destaque. Sob a direcção de Mendes Correia realizar-se-ia o primeiro curso de Sociologia naquela escola, onde, e analogamente ao praticado

⁴⁴ Rosa CABECINHAS, “Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias”..., p. 80.

⁴⁵ Cláudia CASTELO, “Ciência, estado, e desenvolvimento no colonialismo português tardio” in Miguel Bandeira Jerónimo (Coor. de), *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições...*, p. 355.

nos meios académicos internacionais, a vetusta dominância vislumbrada relativa a proeminência “(...) *de uma ciência do Homem naturalista na Escola Superior Colonial*”⁴⁶ seria posta de parte em detrimento da exponencial fundação da escola científico-social. Como nos diz Frederico Ágoas, explicações relativas à implementação em força da ciência social na Escola Colonial portuguesa a despeito de visões científicas mais naturalistas que possam cair em simplismos, como aquelas que escarpam esse assunto reduzindo-o “a uma qualquer tendência geral”, ou ao “percurso intelectual de um cientista” elidiriam “(...) *a própria evolução institucional daquela escola, que num curto espaço de tempo passaria a designar-se Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (...) (ISEU, em 1954) e, apenas oito anos mais tarde, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas (...). E se esta última designação é particularmente expressiva quanto ao papel que as ciências sociais efectivamente tiveram na evolução da “questão colonial” em Portugal, a anterior remete para a importância que a evolução política do regime viria a ter na transformação científica daquela escola (...)*”⁴⁷

A feição paradigmática da ideologia colonial portuguesa dos anos 30, marcada pelo famigerado acto colonial que lançaria as linhas da política imperial, vincadamente nacionalista e centralizadora, não se perpetuaria, sofrendo um redondo volte-face com o advento dos anos 50.

Na alvorada do novo regime, a propaganda elaborada relativa à mística imperial espalhar-se-ia sobre a consciencialização de todos os portugueses; sob o cunho do ministro das colónias, Armindo Monteiro, o império sacralizar-se-ia, constituindo-se como algo que se consubstanciaria à própria essência da nação. “*Pelo empolamento retórico e pela manipulação da história, Monteiro coloca o império “acima das finanças da economia e da política”, em comunhão com o passado, a moral e o sentimento nacionais (...)*”⁴⁸

A teórica da hierarquização racial em vigor nos anos 30 articular-se-ia à ideologia colonial portuguesa, motivo pelo qual a tese freyriana, já conhecida em Portugal nessa década, tenha sido posta de parte pela elite por detrás da construção

⁴⁶ Frederico ÁGOAS, “Estado, Universidade e Ciências Sociais: a introdução da sociologia na Escola Superior Colonial (1952-1972)” in Miguel Bandeira Jerónimo (Coord. de), *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições...*, pp. 324-325.

⁴⁷ Idem, idem, pp. 325-326.

⁴⁸ Cláudia CASTELO, “O modo português de estar no mundo: o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, 1933-1961”, Tese de Mestrado, FCSH, 1996, p. 59.

ideológica; porém, o pós-guerra faria prorromper o desdém diante teorias que justificassem a empresa dominadora, recorrendo a suposições baseadas na supremacia racial, razão que possibilitaria a utilização da terminologia lusotropicalista pelo império português, ainda para mais numa altura em que lhe seriam lançadas inúmeras invectivas, dado o cada vez maior afinamento discursivo entre nações recentemente independentes que, imbuídas pelo espírito de solidariedade nascido da emergência terceiro-mundista e da sua reivindicação enquanto agente interventivo no processo histórico mundial, circunscrever-se-iam no mesmo lado da barricada de forma a combater os resquícios colonialistas sobranceiros no mundo. De forma a mitigar o poderio inegável da retórica monovalente do “terceiro-mundo” - que, e graças ao estilo tribunício adoptado em plena ONU, ia chamando a si um magote mais e mais considerável - as nações colonizadoras ver-se-iam “obrigadas” a recorrer a operações mutacionais de fundo a nível orgânico.

Para o caso português em particular, o final da guerra abalaria seriamente os alicerces onde se filiaria o regime “estado novista”; as ondas de democratização exaladas pela vitória aliada esperançariam o meio oposicionista, porém, e nas palavras de Fernando Rosas, a “arte de saber durar”⁴⁹, intrínseca ao presidente do conselho, alcandorá-lo-ia, incontestável, no poder. Oliveira Salazar, pressionado que foi pela opinião pública internacional, ver-se-ia obrigado a levar a cabo algumas modificações de carácter “desfascizante”, modificações essas altamente cosméticas, já que, e na prática, as continuidades serão evidentes.

Face a variadíssimas pressões externas, e de forma a melhor aceder ao integracionismo político-económico verificado entre as potências capitalistas, Portugal teria de recorrer a alterações modificadoras da sua corporização debruada por contornos colonialistas. Relativamente ao complexo colonial português, as pantomímicas levadas a cabo pelo regime far-se-iam notar logo no despertar da década de 50 com a revogação do *Acto Colonial*: a passagem de colónias a províncias ultramarinas revelaria muito das aspirações portuguesas, isto é: construir uma imagética em redor da ideia do não-império, e sim, de um país pluricontinental e multirracial; este “novo” quadro ultramarino não estaria completo sem o respaldo “freiriano” luso-tropicalista.

⁴⁹ Sobre a conjuntura pós guerra em Portugal ver: Fernando ROSAS, *Salazar, a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China, 2012, pp. 221-235; Idem (Coord. de), “O Estado Novo – 1926-1974”, Vol. VII de *História de Portugal*, (dir.) José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 419-501; Idem (Coord. de), “Portugal e o Estado Novo – 1926-1960”, Vol. XII de *Nova História de Portugal*, (dir.) Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Presença, 1992, pp. 55-77 e 378-390.

Desta forma, assistir-se-ia, também, a reformas laborais no que ao indigenato dizia respeito, para que se pudesse, pelo menos do ponto de vista legalista, pôr termo ao recrutamento de mão-de-obra compulsiva daquelas “gentes”; e, ainda, em relação à população nativa: “(...) nos anos 50 procurou-se (...) considerar como possível e desejável a elevação dos povos autóctones de Timor, São Tomé, Guiné, Angola e Moçambique à condição de cidadãos assimilados.”⁵⁰ - porém, e como é sabido, o fim da discriminação racialista chegaria somente em 1961, aquando da aprovação das propostas de Adriano Moreira, ministro do Ultramar.

Possuidores de um intrínseco histrionismo relativamente à natureza da empresa colonial portuguesa, a alta hierarquia “estado novista” apregoaria a ideia de uma colonização moldada em traços beatificantes, diferente das demais.

Como já terá sido referido, estas modificações revestir-se-iam de um carácter largamente “cosmeticista”; as reformulações terminológicas em torno da nomenclatura imperial já mencionadas visariam sugerir a ideia de um Portugal territorialmente uno e não-imperial, porém, e como veremos, fosse qual fosse a nominalização posta aos territórios portugueses em África, as características dessa dominação continuariam a ser amplamente marcadas por uma fortíssima e patente componente colonialista.

A ordem conjuntural do período cronológico em análise favoreceria a adopção das teses do sociólogo Gilberto Freyre⁵¹ por parte das entidades situacionistas. Diz-no Freyre que a colonização portuguesa, contrariamente às demais, revestir-se-ia por roupagens cristocêntricas - em detrimento dos pestíferos andrajos que estruturariam a colonização feita em moldes etnocêntricos - que se assenhoreariam do processo colonizador, baseando o seu *modus operandis* numa difusão abrangente de valores universalistas de cariz cristão; fala-nos ainda da “singular predisposição” portuguesa para lidar com a população dos trópicos e também da “ (...) sua aceitação dos valores culturais das populações que colonizou.”⁵² - segundo Gilberto Freyre, daí resultaria a existência de sociedades racialmente harmónicas, onde existiria uma reciprocidade

⁵⁰ Idem, “O Estado Novo – 1926-1974”, Vol. VII de *História de Portugal...*, p. 486.

⁵¹ Timoneiro da famigerada tese lusotropicalista, ficaria para a história a sua conhecida obra que em seguida enuncio: Gilberto FREYRE, *Casa grande e senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, 1974.

⁵² Rosa CABECINHAS, “Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias”..., p. 92.

relativamente às trocas culturais, bem como uma patente interpenetrabilidade biológica, potenciando a “mestiçagem”.⁵³

Cláudia Castelo refere a exponencial acuidade do discurso luso-tropicalista nos trabalhos científico-sociais de alguns círculos académicos; aí, a figura tutelar de Adriano Moreira iria desempenhar um papel de preeminência óbvia. Concomitantemente professor e director do ISCSPU e director do CEPS (Centro de Estudos Políticos e Sociais), introduziria em 1955-56, numa cadeira por si administrada, o estudo das teorias freyrianas. Estas teses iriam balizar muitos dos trabalhos científicos produzidos nesta época que fariam penetrar no seu discurso muitas das prerrogativas luso-tropicais de forma a justificar a actividade política da alta hierarquia colonial. *“Estamos perante a produção e reprodução de um discurso científico, que incorpora os pressupostos conceptuais e ideológicos do luso-tropicalismo sem os pôr causa, com o intuito de legitimar a acção política.”*⁵⁴

Partindo do estudo levado a cabo por Donatto Gallo, constataria que Adriano Moreira possuiria um posicionamento privilegiado face à informação antropológica disponível existente no meio académico português “ (...) *na medida em que pode recorrer à leitura dos relatórios confidenciais, das teses de final de curso, aos professores do seu ISCSPU ou às fichas organizadas pelos seus colaboradores (...)*”⁵⁵ dela se servindo para fundamentar em abono de Portugal alguns dos cenários sócio-antropológicos vislumbrados em Angola. A título de exemplo, e relativamente aos ritos de circuncisão, diz-nos ainda Gallo: *“De facto, Adriano Moreira apresenta como uma concessão portuguesa a existência dos ritos de circuncisão que, pelo contrário, se deve entender como uma forma eficaz de resistência africana.”*⁵⁶

Podemos, então, concluir sobre o arrivismo inerente à empresa colonial: aparentemente, os fins justificariam os meios, levando a que muitos académicos abdicassem do bom rigor científico, em prole de análises mais utilitaristas que o estado português pudesse manietar e utilizar como base do seu discurso político. *“A nível ideológico, a mentira é e foi muitas vezes utilizada para a organização de um consenso*

⁵³ Valentim ALEXANDRE, *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império, 1808-1975...*, pp. 227-228.

⁵⁴ Cláudia CASTELO, “O modo português de estar no mundo: o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, 1933-1961”..., p.151.

⁵⁵ Donato GALO, *O saber português: antropologia e colonialismo*, Lisboa, Heptágono, 1988, p. 105.

⁵⁶ Idem, ibidem. Galo acrescentaria ainda que “O procedimento é de tal maneira subtil que pode enganar o leitor mais bem intencionado”, referindo-se às supostas concessões lusas nas colónias, em: Idem, ibidem.

geral de massa relativamente a objectivos que se pretendiam alcançar ou reprimir (...)"⁵⁷

3. O binómio Ciências Sociais-Império em debate: o caso da antropologia e da sociologia⁵⁸

*“Le racisme de l’intelligence est ce par quoi les dominants visent à produire une «théodicée de leur propre privilège», comme dit Weber, c’est-à-dire une justification de l’ordre social qu’ils dominent. Il est ce qui fait que les dominants se sentent justifiés d’exister comme dominants; qu’ils se sentent d’une essence supérieure.”*⁵⁹

Um olhar de soslaio sobre as diversificadas elucubrações produzidas pela academia sobre o assunto que dá o título a este capítulo facilmente vislumbrará o carácter irmanado pela constante premência de justificar a natureza imperial recorrendo à metodologia científico-social. A essência colonial ribombaria patentemente na formação académica de muitos cientistas que formulariam as suas teses de epistemologia imperial favoráveis à penetração metropolitana, recorrendo à ciência social e seus mecanismos resilientes; tal conduta traria implícita uma noção de engenharia social que passaria pelo patente desequilíbrio e carácter não igualitário ao nível das relações raciais, isto é: entre colonos e colonizados.

Porém, e como veremos, o discurso que teria visado corroborar a inautenticidade da estrutura societária seria também a alavancagem por detrás da desconstrução

⁵⁷ Idem, idem, p. 108.

⁵⁸ Para uma melhor percepção dos câmbios verificados ao nível das ciências sociais relativamente aos estudos africanos, ver: Jean COPANS, *Críticas e políticas da antropologia...*, p. 90.

⁵⁹ Tr: “O racismo da inteligência é aquele pelo qual os dominantes visam produzir uma “teodiceia do seu próprio privilégio”, como diz Weber, ou seja, uma justificação de ordem social de que eles dominam. É aquilo que faz com que os dominantes se sintam justificados a existir como dominantes; que se sintam de uma essência superior.” in: Pierre BOURDIEU, *Questions de sociologie*, Paris, Les Éditions de minuit, 1984, p. 264.

processual operada nas ciências sociais - que desvelaria a crueza de determinadas análises apaniguadas do império - no âmbito da descolonização.⁶⁰

3.1. A Antropologia⁶¹

A funcionalidade privilegiada da antropologia permite-lhe configurar pujantemente toda a organicidade do saber. Uma análise distanciada, seu suposto apanágio anunciador da sua objectividade, tê-la-ia debruado por contornos de virtuosismo face aos défices da sociologia enunciados pelos críticos desta disciplina. Todavia, e seguindo o fio condutor destrinchado Jean Copans: “*A candura do saber antropológico é um engano, pois a antropologia é filha do imperialismo e do colonialismo.*”⁶²

De forma a desmistificar o olhar laudatório em seu redor, diz-nos Copans que em boa altura teria surgido a obra de Gérard Leclerc, *Anthropologie et Colonialisme*. Esta obra, de facto, faz assomar a feição de ampla contundência relativamente à oratória intrinsecamente apologética propugnada pela antropologia em defesa do estado colonial.

Segundo Copans, uma leitura atenta de Leclerc permite-nos verificar a inseparabilidade entre aquela disciplina, a história colonial e a fermentação da própria ideologia que sustenta o fenómeno imperial. “*Não só não se pode separar a antropologia da história colonial, como também é necessário admitir que foi esta que a tornou possível e que a antropologia recompensou, participando na elaboração da ideologia colonial.*”⁶³

Assim, a não participação na elaboração ideológica das várias fases que marcariam o colonialismo vigente seria algo extrínseco à antropologia, já que, e como temos vindo a constatar: “*A evolução do fenómeno colonial (a descoberta, a conquista, a valorização) é acompanhada de diferentes discursos ideológicos que corroboram teorias (e práticas específicas da antropologia).*”⁶⁴

O processo longitudinal por ela percorrido - do evolucionismo ao funcionalismo - não seria alheio às mudanças verificadas a nível ideológico, ora vejamos: “*Quando se «civiliza», é preciso justificar a sua superioridade e, por conseguinte, teorizar a*

⁶⁰ Cláudia CASTELO, “Ciência, estado, e desenvolvimento no colonialismo português tardio” in Miguel Bandeira Jerónimo (Coord. de), *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições...*, p. 355.

⁶¹ Para uma breve sumarização das mutações de método epistemológico e, consequentemente, conceptual operadas na disciplina antropológica, ver: Jean COPANS, S. TORNAY, M. GODELLIER, Backés CLÉMENT, *Antropologia. Ciência das Sociedades Primitivas?*, Lisboa, edições 70, 2015, pp. 19-23.

⁶² Jean COPANS, *Críticas e políticas da antropologia...*, p. 111.

⁶³ Idem, *ibidem*.

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

*evolução histórica que a produz. Posteriormente, a exploração dos recursos coloniais dispensa o lirismo do conquistador e contenta-se com a «objectividade» funcional da investigação de campo.”*⁶⁵

3.1.1. O evolucionismo antropológico⁶⁶

A emissão da esquematização conceptual da escola antropológica que antecederia a antropologia clássica coincidiria com os primeiros lampejos do colonialismo contemporâneo; ao não olvidar tal simultaneidade factual, facilmente se compreenderá a plausibilidade da intromissão da ideologia colonialista no organismo daquela escola.

O evolucionismo pontificaria com relevante acuidade o término do século XIX, o que levaria a que as suas teses biológicas fossem decalcadas pelo evolucionismo humano; dessa forma, um recrudescer da evolução gradual e faseada das sociedades humanas mapearia a construção do palavreado antropológico.

Os evolucionistas propagandeariam a unilinearidade da história, isto é: embora subsistam num mesmo mundo em cognoscível concomitância sociedades diametralmente opostas, os construtores antropológicos conclamariam a pertença dessas opostas estruturas sociais a uma mesma árvore que teria no topo as organizações societárias ocidentais. Numa escala ascendente, todas as sociedades existentes no mundo, independentemente do seu grau evolutivo, percorreriam o mesmíssimo percurso até atingirem o estado social organizativo visualizado a ocidente, que estaria, segundo a teórica evolucionista, num estado evolutivo superior relativamente aos demais organigramas sociais apelidados de “primitivos”. *“Os remotos ancestrais das nações arianas presumivelmente passaram por uma experiência similar à das tribos bárbaras e selvagens existentes.”*⁶⁷

A rede lexical utilizada pela antropologia de raiz positivista é sobrejamente etnocêntrica: o “outro”, parte constituinte de “sociedades primitivas e inferiores”, e o “nós”, senhores do modelo estrutural ocidental “moderno e superior”, povoariam o discurso antropológico, intencionando como fim derradeiro a comprovação *ipso facto* da preeminência social ocidental, e, conseqüentemente “ (...) o direito e o dever que a

⁶⁵ Idem, idem, p. 112.

⁶⁶ Para uma brevíssima noção do paradigma evolucionista em voga na altura mencionada, ver: Murray LEAF, *Uma história da antropologia*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, pp. 106-118.

⁶⁷ Lewis H. Morgan, cit. por Celso Castro in *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*, Rio de Janeiro, Zahar Editor, 2005, p. 55.

Europa tem de abrir a África à civilização, ao comércio internacional (mais concretamente europeu) (...) ”⁶⁸

Independentemente de determinados etnocentrismos utilitaristas ao complexo colonial recorrentes na linguagem antropológica, o evolucionismo advogaria, portanto, e em linha com o que tem sido dito, a unidade do homem num percurso homogeneizado da história fragmentado por diversas fases evolutivas a que a nova antropologia reduziria a momentos específicos da evolução técnico-económica. *“As investigações mais recentes sobre a condição primitiva da raça humana tendem a demonstrar que a humanidade iniciou a sua carreira no ponto mais baixo da escala, abrindo caminho, do estado selvagem até à civilização, através da lenta acumulação de saber empírico.”⁶⁹*

Morgan dividiria por sete essas “fases de avanço”⁷⁰:

- I- Período Inicial de Selvajaria
- II- Período Intermediário de Selvajaria
- III- Período Final de Selvajaria
- IV- Período Inicial de Barbárie
- V- Período Intermediário de Barbárie
- VI- Período Final de Barbárie
- VII- *Status* de Civilização

A unilinearidade patente na antropologia evolucionista ao pressupor uma uniformização na história humana, pressuporia, subsequentemente, unicidade na origem, na experiência e no progresso que derivaria de uma causa-efeito uniforme e, portanto, extensível a todos os organigramas sociais; conhecer a causalidade do momento presente, isto é, de determinada fase evolutiva, através dum racional conhecimento dos efeitos passados, é não somente reconhecer a fulcralidade prática das credências selvagens para a compreensão e elaboração dos costumes adoptados na periodização presente, bem como um auxílio de capital preponderância para uma melhor compreensão dos mecanismos que possam preparar o futuro.

⁶⁸ Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p.31.

⁶⁹ Lewis H. MORGAN, *A Sociedade Primitiva*, Vol. 1, Lisboa, Ed. Presença, 1980, p. 13.

⁷⁰ Idem, idem, pp. 23-24.

Tylor seria peremptório quanto à presente tematização; acerca das “superstições”, por exemplo, às quais se referiria como “sobrevivências” duma época já vivida, explanaria a sua imperial relevância para que muitos dos costumes presentes, aparentemente desprovidos de senso lógico, fossem bem compreendidos e contextualizados, ao invés de serem encarados como “ (...) *puros actos de loucura espontânea*”⁷¹ - actos que ele verberaria veementemente.

Asseveraria, contudo, ao longo da sua obra, a imperial importância em capitalizar esforços para o estudo de determinadas questões emanadas de estados evolutivos ditos selvagens ou primitivos “ (...) *como um tema curioso de pesquisa, mas como um importante guia prático para a compreensão do presente e a modelagem do futuro, a investigação de origem e do desenvolvimento primitivo da civilização deve ser zelosamente levada adiante. Toda possível via de conhecimento deve ser explorada; toda porta, experimentada para ver se está aberta. Nenhum tipo de evidência precisa ser deixada intocada em nome de sua distância ou complexidade, de sua insignificância ou trivialidade.*”⁷²

Convirá ressaltar, contudo, que, para a escola evolucionista, os complexos socio-culturais das sociedades primitivas não seriam racionais *per si*, racionalizante seria a teórica antropológica que sobre eles se teria desenvolvido e que “ (...) *seria tornada possível pela diferença do que enuncia e o que é o mito. Concretamente o mito nada sabe.*”⁷³ Para além de que estas “racionalidades mortas” observadas, sobrevivências duma fase anterior, logo, menos evoluída relativamente à presente, deveriam ser dizimadas das práticas quotidianas e reduzidas a uma racional cientificidade e, “ (...) *uma vez «compreendida» pela análise, a cultura primitiva deve desaparecer.*”⁷⁴

O percurso delineado pela estreita metodologia unilinear e etnocêntrica da antropologia pré-clássica⁷⁵ entrelaçar-se-ia à ideologia colonial; baseando a sua conduta comportamental em prerrogativas crivadas à escola evolucionista, o colonialismo diluiria na sua ideologia o direito de colonizar: perscrutando nas sociedades primitivas

⁷¹ Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p.25.

⁷² Celso ANDRADE, *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*, Rio de Janeiro, Zahar Editor, 2005, p. 97.

⁷³ Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p.27.

⁷⁴ Idem, Idem, p. 28.

⁷⁵ Leclerc remete para a antropologia pré-clássica a escola vitoriana evolucionista.

uma sua fase anterior no risco evolutivo, legitimariam as suas aspirações colonizadoras através da ideia de que lhes seria incumbida a tarefa de as trazer para a civilização.

Estas ordens societárias vislumbradas no “mundo colonizado”, encaradas como uma fase já ultrapassada no barómetro evolutivo pelo ocidente colonizador, seriam, por esse exacto motivo e pela unicidade da história, a demonstração indelével da exequibilidade de também elas, que viveriam uma fase já vivida pelo ocidente, poderem vir a engrossar a turba civilizacional; algo que mais expeditamente se concretizaria sob o “carimbo” da colonização. Tal teorética, como tão bem se denotará, faria com que o ocidente monopolizasse a história, auto-denominando o seu estado como o derradeiro fim a atingir pelos demais; ou seja: a unilinearidade do evolucionismo antropológico, ao alinhar as metrópoles à cabeça do trilho homogéneo e único percorrido pelas sociedades, posicionar-se-ia ao serviço das potências, já que, se estas seriam o fim a atingir, estariam, também, prontas a colonizar e, dessa forma, acelerar o processo civilizacional. “ (...) a vida primitiva (...) é abolida na destruição pela colonização de todas as práticas «aberrantes», conservada na medida em que a sociedade passou pelas mesmas fases que a sociedade colonizada e se apresenta como a sua verdade, constituindo-a como um dos seus momentos ultrapassados. A colonização contemporânea é a prática de uma sociedade que detém, que é a verdade da história.”⁷⁶

Observa Lecler que, destarte, não seria de todo despiciendo deduções originadas da ideia de que a entidade colonial creria de forma peremptória fundamentar a sua superioridade recorrendo ao saber científico, especialmente científico-social; isto é dizer que acreditariam eles que as conclusões advindas da ciência social sobre o tema em discussão serviriam de pretexto para proscrever, de forma arrivista, as sociedades “nativas”, apelidadas de “inferiores”.

Numa perspectiva evolucionista, a cooptação das gentes nativas à cultura ocidental - isto é: a assimilação, constituiria o objectivo último da colonização.

⁷⁶ Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p.30.

3.1.2. A Antropologia Clássica⁷⁷

O último decénio do século XIX desvelaria algumas das desarticulações existentes no seio da ideologia colonial fundeada sobre a escola antropológica pré-clássica; a assunção inequívoca relativa à óbvia aceitação da cultura ocidental pelos povos colonizados mostrar-se-ia, empiricamente, insustentável. A efervescência articular anteriormente verificada que consagraria a civilização ocidental esmorece “ (...) e começa-se mesmo a duvidar da validade do sacrossanto princípio, segundo o qual a sociedade ocidental seria o modelo de civilização. ”⁷⁸

Concepções funcionalistas reverberariam sobre a escola evolucionista logo no início do século XX; figuras tutelares como Girault ou Durkheim⁷⁹ ter-se-ão debruçado sobre a problemática relativa à famigerada “missão civilizadora”. Questionariam a infalibilidade atribuída por alguns à teórica de unilinearidade preconizada pelo evolucionismo e, sincronicamente, a sua obra far-se-ia pejar igualmente por inquirições várias endereçados ao axioma surgido do processo auto-avaliativo perpetrado pelo ocidente que matizaria a superioridade das suas protuberâncias estruturais próprias de complexos societários civilizados.

Durkheim avilta, de certo modo, a auto-consciencialização etnocêntrica reinante na metrópole; nas suas reflexões imperaria a logicidade que propagandearia a plurivalência da evolução humana: “*A palavra civilização tem para nós um valor único. Não percebemos que as nações se possam desenvolver paralelamente, segundo formas sociais e políticas diferentes.*”⁸⁰

Autores vários alertariam para a necessidade de adaptar os órgãos institucionais locais tendo em conta as peculiaridades nativas. “ (...) Durkheim conclui a necessidade

⁷⁷ Doravante, e segundo Leclerc: “Nas análises que se seguem, entender-se-á por «funcionalismo» não tanto uma teoria, um corpo de doutrina unificado, antes uma inspiração, uma aproximação comum a numerosos investigadores quaisquer que sejam as suas divergências metodológicas” em: Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p. 49.

⁷⁸ Idem, idem, p.36.

⁷⁹ A. Girault terá sido um conhecido jurista francês. Para um melhor entendimento das suas tomadas de posição, ver: Idem, idem, p. 37. Sobre algumas questões e problemáticas trabalhadas por Durkheim, ver: E.E. EVANS-PRITCHARD, *História do Pensamento Antropológico...*, pp. 203-220; Bernard LACROIX, *Durkheim et le politique*, Montreal, Presse de l’ université, 1981; Steven LUKES, *Émile Durkheim: his life and work: a historical and critical study*, London, Penguin Books, 1981.

⁸⁰ Durkheim, cit. Por G. Leclerc in *Crítica da antropologia: ensaio acerca do africanismo...*, p. 38.

de uma adaptação da colonização às instituições locais, de uma espécie de «política indígena» esclarecida e preocupada com as particularidades.»⁸¹

A teoria evolutiva esmoreceria exponencialmente devido à arbitrariedade levada a cabo por algumas pesquisas: *“Mas a pesquisa das leis de evolução das sociedades levou frequentemente a extrapolações e a generalizações abusivas: as sínteses elaboradas acabam por silenciar as lacunas da documentação ou os factos que contrariam a demonstração.”⁸²*

A mutação paradigmática na antropologia far-se-ia de modo gradual: a nível discursivo vislumbrar-se-ia uma pendência incisiva sobre a apologética assimilacionista - tanto em França como na Grã-Bretanha - durante as últimas duas décadas do século XIX. A transposição para os anos de noventa, porém, arrastaria consigo uma série de questionamentos semânticos em torno de concepções profusamente difundidas pela escola evolucionista: reformular-se-iam conceitos anteriormente tidos como certos e inquestionáveis; conceitos elaborados pela escola ocidental que os utilizaria para se referir à suposição da “superioridade” metropolitana. Dentre tamanha prodigalidade vocabular operada em moldes meditados pelo e para o ocidente, “civilização” parece-me o caso mais gritante; contudo, a ideia de que aquele signo seria apanágio ocidental mitigar-se-ia à medida que a escola evolucionista se ia desmanivando e, em concomitância, “outras” civilizações reificar-se-iam também elas como agentes portadoras de especificidades próprias e válidas. A corroborar a minha análise, diz-nos Delafosse⁸³: *“Se por “civilização” entendermos o estado de cultura geral, social, moral e material a que chegaram as grandes nações da Europa e da América, é bem certo que seremos forçados a considerar os indígenas do Sudão como não fazendo parte daquilo que habitualmente é designado por mundo civilizado. (...) Mas se foi atribuído à palavra “civilização” o seu verdadeiro sentido, isto é, se por essa palavra se entende o estado actual da cultura de qualquer sociedade ou nação, (...) somos obrigados a admitir que, apesar de possuírem uma cultura e uma condição social muito diferentes das nossas, os habitantes do Sudão nem por isso deixam também de possuir civilizações que merecem ser estudadas e descritas.”⁸⁴*

⁸¹ Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p.38.

⁸² Jean COPANS, S.TORNAY, M. GODELLIER e Backés CLÉMENT, *Antropologia. Ciência das Sociedades Primitivas?*..., p. 20.

⁸³ Maurice Delafosse foi um conhecido administrador colonial francês, etnólogo e africanista.

⁸⁴ Delafosse, cit. Por G. Leclerc in *Crítica da antropologia: ensaio acerca do africanismo...*, p. 41.

A refutação do ocidental “despotismo da palavra” ilustraria a renovada concepção metodológica que se ia desenhando no interior da escola antropológica; em visível ebulição, a nova antropologia tornar-se-ia impermeável a teses monopolistas da história em que o ocidente seria o legitimado depositário dos valores “civilizacionais”, face a sociedades “primitivas” nas quais pululariam tradições aberrantes desprovidas de qualquer tipo de logicidade racional.

Doravante, e na esteira de Clozel⁸⁵, Girault ou Delafosse, seria dada uma maior atenção ao “outro” enquanto objecto pejado por alguns caracteres socio-culturais diferentes na forma, mas próximos no conteúdo, relativamente aos moldes ocidentais e, portanto, igualmente válidos, logo, passíveis de serem adaptados pela colonização de forma a mais facilmente se impor entre as populações colonizadas, a despeito da simplista e arbitrária imposição de costumes ocidentais alheios às gentes “nativas”; todavia, e como diria Clozel, respeitar e valorizar a diferença não significaria subtraí-la aos acrescentos susceptíveis de potencializar costumes locais rumo a uma cada vez maior uniformização em relação, não “ (...) às nossas doutrinas jurídicas metropolitanas, que podem ser opostas, mas aos princípios fundamentais do direito natural, origem de todas as legislações.”⁸⁶

Não tanto por motivações espoletadas pela avidez dum mais elevado rigorismo científico, e sim por pragmatismo ideológico, a política colonial britânica poria de parte o *modus operandi* autocrático emanado da teorética evolucionista coisificada - isto é, posta em prática - e adoptaria, através da famigerada instalação regimental da *indirect rule*⁸⁷, uma colonização mais respeitadora da organicidade local e, consequentemente, mais bem recebida pela colectividade dali proveniente. “ (...) o governador da época sir Frederick Lugard (...) pretendia atingir um duplo objectivo: evidentemente, manter e desenvolver o sistema colonial britânico, instaurar novas relações entre o colonizador e os colonizados (...) Segundo a sua óptica, de modo algum se tratava de preparar qualquer “independência”, mas sim conservar o que era «válido» nas instituições indígenas, durante um lapso de tempo não determinado mas limitado”⁸⁸

⁸⁵ Governador da África Ocidental francesa no início do século XX.

⁸⁶ Clozel, cit. Por G. Leclerc in *Crítica da antropologia: ensaio acerca do africanismo...*, p. 39-40.

⁸⁷ Sobre a “Indirect Rule”, ver: Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p. 99-107.

⁸⁸ Idem, idem, p.44.

A antropologia de campo ou aplicada imporia as suas análises empíricas às elaborações de gabinete perpetradas pelas entidades vitorianas; conhecer o “outro” e a sua orgânica estrutural desempenharia um papel de imperial relevância no processo que visaria uma mais fácil dominância do europeu sobre o nativo, o que teria possibilitado uma valorização prática da funcionalidade da teórica clássica para que, de forma lépida e imediatista, pudesse ser posta ao serviço do administrador colonial, permitindo-lhe uma maior compreensão concernente à melhor atitude a tomar relativamente ao dominado. “ (...) *a antropologia aplicada nasceu da vontade dos funcionalistas em aplicarem o seu saber à política administrativa. O estudo do contacto cultural sob a colonização, da aculturação colonial, não possui apenas um valor teórico, «académico», (...) mas um valor prático e imediato para o administrador.*”⁸⁹

Figuras como Lugard⁹⁰ inspirariam uma miríade larga de administradores que veriam na antropologia funcional e nas suas valências⁹¹ uma necessidade básica para uma mais conhecedora compreensão da consciência local e, dessa forma, o exercício de um maior controlo através de uma melhor preparação antropológica. “*De facto, nos anos de 1920-1930, tendo numerosos funcionários mostrado esse «interesse» e «compreensão», tornaram-se membros do “Royal Anthropological Institute”, nome que terá daí em diante a “Ethnological Society” de Londres.*”⁹² - de assinalar que se verificaria o mesmo em França, mas de forma mais atenuada; porém, enquanto que a escola anglo-saxónica substituiria esses “administradores antropólogos” por “antropólogos de profissão”, no mundo gaulês persistiria o “funcionário esclarecido” na esteira de Delafosse.

Haveria oposições perceptíveis entre escola inglesa e francesa; Copans dá-nos conta desse carácter diferencial: “*De um modo empírico, os ingleses vão definir os grandes ramos da antropologia e da sociologia “avant la lettre” (...) O funcionamento do sistema colonial implica um conhecimento mínimo das sociedades locais e dos seus próprios efeitos sobre estas. (...) Ao contrário do pragmatismo e do empirismo anglo-*

⁸⁹ Idem, idem, p. 81.

⁹⁰ Frederick Lugard foi um administrador colonial e explorador britânico.

⁹¹ Falemos, a título de exemplo, das monografias funcionalistas: “Descrevendo, já não somente um género de vida, mas um verdadeiro modo de existência, a monografia funcionalista torna-se um ultrapassar do etnocentrismo vitoriano (...)” em: Idem, idem, p. 132.

⁹² Idem, idem, p. 46.

saxónico, a etnologia francesa (...) investiga os «princípios» da vida social e não a natureza das relações ou dos sistemas que a constituem.”⁹³

O utilitarismo britânico pragmatista coisificado através da *indirect rule* levá-los-ia à antropologia aplicada; o caso francês, e a sua política de assimilação e associação, nunca institucionalizaria a investigação com tamanha acuidade.

A atestar a diferença entre as duas escolas temos o exemplo, em Inglaterra, do *International African Institute* e a sua incessante demanda por resultados práticos já em 1926, enquanto que em França, somente em 1931-1933, o continente africano assumiria a sua funcionalidade de campo científico com o lançamento expedicionista a Dacar-Djibuti de M. Griaule. “Esta expedição inscreve-se naturalmente, não o esqueçamos, na série de missões Citroen, Paris-Saigão, o deserto de Gobi, etc. Dacar-Djibuti é a travessia da África “francesa”, a supremacia do poder ocidental. Estamos longe da simples curiosidade etnográfica.”⁹⁴

A teórica inglesa do funcionalismo enfatizaria a relevante funcionalidade do ajuntamento de instituições, que seriam os ecos duma qualquer premência biológica, num determinado conjunto social; a resposta a essas premências derivadas constituiria a cultura. Há, por parte dos estudiosos funcionalistas, uma visível tendência para apreensões “todificadas” da sociedade enquanto estrutura produtiva e relacional interligada. “Em certo sentido, o funcionalismo representa um progresso, porquanto apresenta uma visão geral e integrada do sistema social. Mas, visto que tudo o que existe desempenha uma função, a transformação torna-se mecânica. É o conteúdo da função que se transforma, e não o conjunto das relações da totalidade social.”⁹⁵

Segundo Lévi-Strauss, o grande défice desta ordem de ideias residiria na falsa pressuposição de que numa sociedade tudo funcionaria; segundo Strauss, crer de maneira indubitável em transformações mecanicistas, resolutas e constantes despoletadas por necessidades biológicas, seria incorrer numa evidente inocência. “Comment analyser le costume moderne sans y reconnaître des vestiges de formes antérieures? Raisonner autrement, c’est s’interdire tout moyen d’opérer une distinction pourtant essentielle: celle entre fonction primaire, répondant à un besoin actuel de l’organisme social, et fonction secondaire, qui se maintient seulement en raison de la

⁹³ Jean COPANS, *Críticas e políticas da antropologia...*, p. 96.

⁹⁴ Idem, idem, p. 94.

⁹⁵ Jean COPANS, S.TORNAY, M. GODELLIER e Backés CLÉMENT, *Antropologia. Ciência das Sociedades Primitivas?...*, p. 21.

résistance du groupe à renoncer à une habitude. Car dire qu'une société fonctionne est un truisme; mais dire que tout, dans une société, fonctionne, est absurdité."⁹⁶

A antropologia aplicada e funcionalista britânica cerziria os parâmetros discursivos do complexo ideológico colonial inglês; os seus fundadores⁹⁷, Bronislaw Malinowski e A. R. Radcliffe-Brown, refutariam veementemente o modelo insustentável da unilinearidade evolucionista nos moldes em que seria projectado pelos seus apaniguados.

Ao longo de um retesado período temporal, as diatribes direccionadas à escola evolucionista e às suas saliências miasmáticas denunciariam a sua não cientificidade mais do que o seu atavio "imperial"; segundo Leclerc, "*(...) a crítica do evolucionismo não é uma consequência do funcionalismo, mas das suas próprias tendências, que denunciam as suas insuficiências e pretensões, e sobretudo da escola americana, com os seus chefes de fila Boas, Kroeber, e mais tarde Lowie.*"⁹⁸

Radcliffe-Brown e Franz Boas invectivariam a metodologia simplista da unicidade histórico-evolutiva dos vitorianos, valorizando a análise das particularidades da história de cada sociedade encaradas como um todo autonomizado; para eles, a antropologia deveria ser uma teórica cientificamente suportada e comprovada através de bases analíticas, ao invés de se diminuir a uma recolha de dados factuais em bruto constituintes duma "totalização especulativa". "*O novo comparativismo não mais se baseará sobre uma profundidade histórica única, mas sim sobre modelos de tipos sociais, de que importa precisamente fazer a análise.*"⁹⁹

O reconstrucionismo histórico oriundo de metodologias evolucionistas propulsoras de análises evidentemente sincrónicas seria, portanto, insuficiente; ainda assim, os timoneiros do funcionalismo britânico nunca elaborariam um discurso integralmente crítico da matriz da escola sequaz do ideal da unilinearidade.

⁹⁶ Tr: "Como analisar o fato moderno sem aí reconhecer vestígios de formas anteriores? Raciocinar de outra maneira é impedir todo o meio de operar uma distinção essencial: aquela entre função primária, respondendo a uma necessidade actual do organismo social, e função secundária, que se mantém somente em razão da resistência do grupo a renunciar a um hábito. Dizer que uma sociedade funciona é um truismo; mas dizer que tudo, numa sociedade, funciona, é absurdo." in: Claude LÉVI-STRAUSS, *Anthropologie structural*, Paris, PLON, 1958, p.17.

⁹⁷ Alguns dados biográficos e da obra de Malinowski e Radcliffe-Brown, ver: E.E. EVANS-PRITCHARD, *História do Pensamento Antropológico...*, pp. 251-257.

⁹⁸ Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p.56.

⁹⁹ Idem, idem, p. 59.

Para Malinowski e Radcliffe-Brown uma sistematização evolucionista que corrigisse algumas insustentabilidades emanadas da sua monovalente visão do processo único que enfatizaria a linha evolutiva da história, e sob certas circunstâncias, não deveria ser totalmente excluída; muito pelo contrário, “ (...) *entendem que o evolucionismo, um evolucionismo «aberto», permanece útil como ferramenta geral. Um tal conjunto estaria aberto a uma investigação empírica respeitadora dos detalhes, das diferenças.*”

Malinowski, na sua obra *Uma Teoria Científica da Cultura*, dar-nos-ia conta do carácter um quanto *depassé* das interpretações darwinistas na ciência social; contudo, e respeitando determinadas condicionantes, as excrescências basilares da teoria evolutiva permaneceriam. “*Le concept de «phases» demeure tout aussi valide que celui d’origines. Toutefois, si l’on s’avise de tracer un profil d’évolution énumérant les couches successives de la sédimentation, de deux choses l’une: ou il devra être extrêmement général, ou il devra au contraire se restreindre à certaines régions et à certaines conditions précises. Toutefois le principe général de l’analyse évolutive demeure. Il ne fait pas de doute que certaines formes précèdent d’autres formes (...)*”¹⁰⁰

Brown e Malinowski declinariam a conjectural história de Tylor e Morgan não baseados no corolário dali surgido, isto é, a legitimação do processo colonialista, e sim na sua nítida insustentabilidade teórica. “*É claro que a recusa da ideologia vitoriana não é explicitamente uma recusa do imperialismo vitoriano. Não foi pelo menos neste campo que se operou o debate evolucionismo-funcionalismo. Este debate concretizou-se em termos estritamente «científicos» (legitimidade da construção histórica, concepção das sociedades primitivas em termos de fase e sobrevivência, etc...) (...)*”¹⁰¹

Daqui concluímos que, para a nova escola, o imperialismo não estaria em causa: as géneses do funcionalismo não seriam uma qualquer resposta que fizesse face à ideologia imperialista visivelmente diluída no evolucionismo; o seu nascimento prender-se-ia com a necessidade de pelejar as “enormidades teóricas” da teorética pré-clássica através duma nova metodologia epistemológica.

¹⁰⁰ Tr: “O conceito de “fases” subsiste também válido como aquele das origens. Todavia, se se atreve a traçar um perfil de evolução enumerando as camadas sucessivas da sedimentação, das duas uma: ou deverá ser extremamente geral, ou deverá, ao contrário, restringir-se a certas regiões e a certas condições precisas. Todavia, o princípio geral de análise evolutiva permanece. Não restam dúvidas que algumas formas precedem outras formas (...)” in: Bronislaw MALINOWSKI, *Une théorie scientifique de la culture*, Paris, Maspero, 1968, p. 20.

¹⁰¹ Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p.65.

Na década de 1930, as especificidades das “sociedades primitivas” constituiriam já o centro molecular duma nova disciplina; o antecedente estudo que as antagonizava face a agrupamentos sociais ocidentais, sustentando-se numa construção conceptual maniqueísta que as coisificava em algo desprovido de caracteres idiossincráticos, teria sido abandonado. Exaurida a opinativa actuante do evolucionismo, o colonialismo não seria já vislumbrado como último acto da história onde as sociedades colonizadas macaqueariam inteiramente a organicidade ocidental num automatizado processo assimilativo; a partir dos anos 30, o processo colonialista encarar-se-ia como “aculturação” ou simples “mutação cultural”.

O funcionalismo perscrutaria a estatutária imperialista em moldes diferenciados relativamente à especulativa vitoriana: *“O imperialismo deixa de ser encarado como sistema ideológico passando a ser encarado como uma realidade empírica dada, como uma situação contemporânea.”*¹⁰²

Desde o principiar do século XX, exposições oratórias várias preconizariam, mormente através de derivações procedidas da escola difusionista, a premissa de que o fenómeno colonial poder-se-ia conjecturar como sendo um contacto estabelecido entre diferentes sociedades; diria o difusionismo que se operaria uma transferência de determinados elementos culturais duma sociedade central para outras periféricas. *“L’autre grand courant de l’anthropologie de naguère insistait sur la diffusion, c’est-à-dire l’adoption ou l’emprunt des procédés, des outils, des institutions, des croyances d’une culture par une autre.”*¹⁰³

Parece haver uma clara engrenagem tácita entre os “estudos de aculturação” e o colonialismo, já que, aqueles se apresentariam como uma estendida elucubração sobre determinados aspectos da dominação ocidental. Porém, e como sustenta Leclerc: *“Não devemos por isso, apressadamente, acusar os antropólogos clássicos de maquiavelismo. O uso de um termo específico no interior da antropologia, pareceu-lhes motivado por considerações metodológicas. O problema é evidentemente saber se as «considerações metodológicas» lhes não ocultaram o sistema.”*¹⁰⁴

¹⁰² Idem, idem, p. 71.

¹⁰³ Tr: “A outra tendência dominante da Antropologia mais antiga punha ênfase fundamentalmente na difusão, isto é, no processo de adopção ou empréstimo, por uma cultura de vários inventos, implementos, instituições e crenças de outra.” In: Bronislaw MALINOWSKI, *Une théorie scientifique de la culture...*, p. 20.

¹⁰⁴ Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p.73.

Malinowski defendia que o percurso de relacionalidade humana traçado ao longo da história teria propiciado uma série de encadeamentos culturais - derivantes dos mecanismos da aculturação - entre diferentes sociedades. Justificaria, ainda, o porquê de tal terminologia conceptual pulular com tamanha assiduidade variadíssimos trabalhos levados a cabo pela antropologia: segundo ele, tal ocorrência prender-se-ia com o facto de ser o colonialismo - conceito directa ou indirectamente mencionado aquando do estudo das sociedades colonizadas - um dos fenómenos mais paradigmáticos de aculturação.

Herskovits fundamentaria a proeminência dada pelos estudos de aculturação ao contacto cultural assentado entre o ocidente e as culturas ditas “primitivas”, asseverando que tal aconteceria não “ (...) *porque pensamos que as forças em acção nos povos primitivos sejam diferentes das que actuam nos contactos entre os povos com escrita (“literate”), mas sim porque o autor, enquanto antropólogo, julgou sensato discutir apenas os dados que pertenciam ao seu domínio de competências.*”¹⁰⁵

A concepção pré-clássica de colonialismo, justificava-o; por sua vez, o funcionalismo encará-la-ia como uma das muitas mutações de cariz socio-cultural, não a corroborando, nem a anulando. “*Enquanto que os vitorianos tinham concebido o colonialismo em termos que o justificavam, e enquanto neles a linguagem descritiva e a linguagem normativa e voluntarista se confundiam, os funcionalistas agarraram-se a uma linguagem puramente descritiva, que coloca entre parêntesis os móveis e motivos do colonialismo, o qual chega a desaparecer como sistema. Os antropólogos (...) não têm de julgar um sistema que não entendem como sistema, mas sim, como uma forma particular de mudança.*”¹⁰⁶

Convirá, todavia, fazer a ressalva de que, embora se propagandeasse pela antropologia clássica o carácter generalizante da aculturação a diversos períodos históricos onde pontificariam específicas conjunturas que potenciasses a interacção cultural e, conseqüentemente, facilitassem a mudança, sob o manto daquele processo desvelar-se-ia o colonialismo contemporâneo; para além de que, ao não fitar convenientemente as particularidades desta aculturação propalada pelo funcionalismo - que seria regulada conforme as conveniências ocidentais -, não obteríamos uma clarificada e bem estruturada concepção sobre a formatação peculiar da colonização

¹⁰⁵ Herkovitz, cit. Por G. Leclerc in *Crítica da antropologia: ensaio acerca do africanismo...*, p. 75.

¹⁰⁶ Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p.76-77.

contemporânea. Conceitualizar a *práxis* colonial como simplificada propulsora da mutação operada nas sociedades dominadas seria puerilizar o seu *modus operandi* úbere em destruir e desarticular especificidades culturais prolíficas, apanágio das populações dominadas.

Durante o período temporal compreendido entre as duas grandes confrontações bélicas ocorridas durante o século XX, a antropologia reinante, a funcionalista, embora preconizasse uma ideologia que toldaria simplisticamente o colonialismo como se fosse uma das muitas formatações de mutação cultural verificadas ao longo do processo historicista, e, portanto, uma ruptura face ao assimilacionismo evolucionista, faria abundar na sua metodologia muitas continuidades conceptuais sobrevividas daquela escola. *“De facto, na ideologia do período de entre as duas guerras, a teoria do contacto cultural era apenas um elemento da concepção das sociedades «indígenas». Atrás dela perfila-se a concepção do «indígena» como homem objecto e todo o sistema de sinais herdado do imperialismo”*¹⁰⁷

3.2. A Sociologia

Qualquer obra que trate a génese da sociologia remeter-nos-á às figuras tutelares de Marx, Durkheim e Max Weber; outros nomes, tais como Comte, Spencer, Tonnies e Simmel poderão também ser elencados entre aqueles que figurariam no topo piramidal que aglomera os pais da disciplina sociológica.

A sociologia teria sido uma consequência imediatista derivada da tentativa de melhor explanar os mecanismos operatórios emergidos do processo de modernização exalado do momento de industrialização capitalista; a reflexão sobre a ordem social prorrompida pelo novo método epistemológico seria a autonomização nada titubeante face à filosofia social e política, bem como um assumir peremptório do seu estatuto disciplinar dissemelhante das ciências naturais. A comprová-lo, diz-nos Robert Holton que a sociologia “ (...) surgiu no século XIX e no início do século XX como um comentário crítico aos principais processos socio-económicos e políticos que moldaram

¹⁰⁷ Idem, idem, p. 80.

o mundo moderno”, acrescentaria ainda que “ (...) de um ponto de histórico, a teoria social pode ser considerada como a fase durante a qual a reflexão sobre a sociedade se autonomizou da filosofia social e política e assegurou uma pretensão efectiva ao estatuto de disciplina científica distinta das ciências naturais. O objecto desta nova ciência era a própria sociedade.”¹⁰⁸

Todavia, as análises perpetradas pela Sociologia até à I Guerra Mundial pouco se debruçariam sobre a temática concernente à modernização conjuntural das sociedades da altura; pelo contrário, um olhar mais minudente seria endereçado ao estudo extensivo respeitante aos mecanismos organizacionais de sociedades antigas e medievais, ou sociedades coloniais, entre outras.

Independentemente da fuga ao tema de investigação supostamente central da disciplina sociológica por parte dos seus membros e da amplitude vastíssima dos objectos por eles estudados, já para não falar da alargada baliza cronológica lobrigada entre os seus temas trabalhados, um ponto basilar homogeneizaria todas as metodologias de trabalho: “ (...) a diferença entre a civilização da metrópole e outras culturas cuja característica principal era o seu primitivismo. (...) Apresentada em muitas formas diferentes, esse contraste atravessa a sociologia do final do século dezanove e do começo do século vinte.”¹⁰⁹

Raewyn Connel apelidaria de diferença global o axioma tácito existente nas obras sociológicas deste período que preconizaria as especificidades diametralmente opostas entre sociedades desenvolvidas metropolitanas e culturas primitivas das colónias; aquele dado, do qual partiriam todos os discursos contruídos pela sociologia, direccionaria a disciplina em questão para a problemática da origem das sociedades e a especulações que visariam explicar as alavancagens que permitiram o desembocar de todo e qualquer organigrama social mais arcaico em formatações mais modernas e “civilizadas”. Tal concepção de método seria apanágio da conjuntura evolucionista do momento no seio da comunidade científica e os sociólogos aplicá-la-iam simplesmente pela familiaridade que essa terminologia teria sobre o seu público leitor. *“A fórmula do desenvolvimento da origem primitiva para uma forma avançada foi amplamente difundida no pensamento vitoriano.”¹¹⁰*

¹⁰⁸ J. Robert HOLTON, “Teoria Social Clássica”, in Bryan S. Turner (Coord. de), *Teoria Social...*, p. 23.

¹⁰⁹ Raewyn CONNEL, “O Império e a criação de uma Ciência Social”..., p.313.

¹¹⁰ Idem, idem, p. 314.

Figuras como Durkheim ou Fairbanks architectariam uma trajetória similar nas suas obras; o primeiro discorreria sobre a linha evolutiva traçada pela instituição matrimonial e o quão teria influído, gradualmente, e cada vez mais activamente, na divisão do trabalho social numa sociedade: “ (...) *Em Cuba, no Daomé (...) o casamento está num estado completamente rudimentar. (...) faziam-se e desfaziam-se à vontade as relações sexuais sem que nenhuma obrigação jurídica ligasse os pares. Em todo caso, conhecemos um tipo familiar que é relativamente próximo de nós e em que o casamento ainda está no estado de germe indistinto: é a família materna. As relações da mãe com as suas crianças são aqui muito definidas, mas a de dois esposos são muito vagas. (...) O casamento, ou o que se chama assim, consiste unicamente em obrigações de extensão restrita (...) O estado do casamento nas sociedades onde os dois sexos são fracamente diferenciados testemunha portanto que a própria solidariedade conjugal é muito fraca. Ao contrário, na medida em que se avança rumo aos tempos modernos, vê-se o casamento desenvolver-se. A rede de elos que ele cria estende-se cada vez mais, as obrigações que ele sanciona multiplicam-se.*”¹¹¹

Os grandes centros urbanizados dos países imperialistas seriam o ponto nevrálgico a partir de onde se espraiaria a escola sociológica; o processo relacional aqui verificado não seria despiciendo, e em muito menor grau aleatório, seria, pelo contrário, uma consequência óbvia sobrevinda da necessidade pressurosa de cientificamente fundamentar o império. “*Seria surpreendente se a nova ciência da sociedade tivesse escapado do impacto da maior mudança social do mundo do período (colonialismo). Na verdade, a relação era íntima. A sociologia era formada dentro da cultura do imperialismo e incorporou uma resposta intelectual ao mundo colonizado.*”¹¹²

O período que alicerçaria a instituição disciplinar em questão teria sido o último decénio do século XIX; nessa época, a comprovação da existência de progresso no mundo - e, acto contínuo, o cenário sobre o qual a sociologia se pronunciaria - seria a gritante disparidade perceptível entre a organicidade das sociedades “primitivas” e das metrópoles ocidentais.

A relevância daquela disparidade não seria afluída; os estudiosos da sociologia lançar-se-iam, antes, à tentativa da sua interpretação: seria causa do efeito derivado do percurso evolutivo exponencial da ordem física de uma humanidade inferior a uma

¹¹¹ Émile DURKHEIM, *Da Divisão do Trabalho Social*, São Paulo, Martins Fontes, 1999, pp. 24-25.

¹¹² Raewyn CONNELL, “O Império e a criação de uma Ciência Social”..., p. 316.

superior ou, quem sabe, uma derivação da evolução dos caracteres socio-mentais de uma sociedade face a outra.

A noção de progresso seria intrínseca à disciplina e, consequentemente, ajudaria a constituir as bases teóricas da sociologia; análises que possam, eventualmente, desleixar a ideia de progresso na ciência fariam da oratória argumentista de Durkheim, Spencer ou Comte um aglomerado de premissas descabidas. A título de exemplo, vejamos as fundações do pensamento spenceriano: *“Las ideas de Spencer, que dieron lugar a lo que se llamó «darwinismo social», se basaban en la tesis de que si se deja que las personas compitan libremente, los más inteligentes, ambiciosos y esforzados terminarán destacando sobre los demás. Spencer estaba a favor de una competencia sin trabas de ningún tipo, bajo la idea de que, permitiéndose así el predominio de los mejores, la sociedad experimentaría desarrollos y mejoras continuas.”*¹¹³

Uma ciência social que se pronunciaria enfaticamente sobre parâmetros concernentes às relações sociais do império e que igualmente se preocupasse com hierarquizações populacionais e progresso traria implícitas a si, certamente, questões alusivas à problemática racial e de género. Tamanha correlação conceitual seria um reflexo explícito exalado pelas malhas do imperialismo que se dissolveria na metodologia da sociologia. *“A “etnografia” de Letourneau pretendia-se uma ciência de diferenças raciais, e sua obra “Sociology” abriu com uma enumeração das raças humanas, com preta, amarela e branca distinguidas pelo tamanho do crânio. Ward (1897) era confiante que o conflito racial global reflectia a superioridade das raças europeias e que o progresso universal era dependente de seu triunfo universal.”*¹¹⁴ - ressalve-se, contudo, que haveria no meio científico sociólogos que não seriam apologistas de teóricas racialistas, Du Bois¹¹⁵, por exemplo.

No tocante à problematização das questões de sexualidade e de género, a sua intromissão no discurso sociológico dever-se-ia, sobremaneira, a preocupações de natureza evolutiva que adviriam das possibilidades de miscigenação entre colonos e

¹¹³ Tr: *“As ideias de Spencer, que deram lugar ao que se chamou “darwinismo social”, baseavam-se na tese de que se deixa que as pessoas compitam livremente, os mais inteligentes, ambiciosos e esforçados acabam por se destacar sobre os demais. Spencer estava a favor duma disputa sem qualquer tipo de impedimentos, tendo a ideia de que ao se permitir assim o predomínio dos melhores, a sociedade experimentaria desenvolvimentos e melhoras contínuas.”* in:

John J. MACIONIS e Ken PLUMMER, *Sociología*. Madrid, Prentice Hall, 2001, p. 20.

¹¹⁴ Raewyn CONNELL, *“O Império e a criação de uma Ciência Social”*..., p. 317.

¹¹⁵ Figura destacada do pan-africanismo e autor de inúmeras obras, a destacar: W. E. B. Du Bois, *The souls of black folk*, New York, W. W. Norton, 1999.

colonizados; haveria, portanto, uma tendência que irmanaria num contexto conjuntural imperial os problemas de ordem racial, de género e sexualidade. “Giddings, expondo seu tema da “consciência da espécie”, observou que: “seres vivos não se acasalam comumente com outros que não de sua própria espécie”. Seu primeiro exemplo foi: “homens brancos usualmente não se casam com mulheres negras”.”¹¹⁶

Agremiar uma série de distintos e específicos agrupamentos sociais e perceber as suas variações evolutivas através de uma alargada correlação conceptual servindo-se de um recrudescido respaldo informativo, ainda que, para alguns caos, um quanto sinóptico, seria a base da sociologia comparada. O escopo de tal metodologia prender-se-ia com o facto desencadeado pela necessidade de mais amplamente conhecer o grau de desenvolvimento de um grande número de sociedades - tal demanda faria denotar o dedo do domínio colonial.

Determinadas crenças idiossincráticas do liberalismo, tais como a variada amplitude de liberdades por ele propaladas, fosse a liberdade civil, económica, doméstica, racial, fiscal ou política, manter-se-iam relacionalmente estreitas face ao público consumidor da sociologia. Todavia, a natureza desigualitária e de constante violação daquelas liberdades que se verificaria no interior do império, desafiaria abertamente esses compromissos alvitados pela ideologia liberal. A disciplina em análise solucionaria a contradição em que se encontrava inserida: “*A sociologia deslocou o poder imperial sobre os colonizados dentro de um espaço abstracto da diferença. O método comparativo e a grande etnografia apagaram a verdadeira prática do colonialismo do mundo intelectual construído em proveito do Império.*”¹¹⁷

O advento da I Grande Guerra faria emergir uma indizível conjunção de factores que iriam abalar fortemente as fundações do velho sistema imperialista, desencadeando uma série de mutações político-globais. A inversão perpetrada sobre o tabuleiro do poderio mundial após o desfecho das hostilidades ataviaria com novas ornamentações as diversas modalidades constitutivas do saber; sobre a sociologia assistir-se-ia a uma exponencial mudança paradigmática: a conflitualidade bélica e as elevadas cifras relativas a baixas humanas mostrariam a inexequibilidade da permanência sobre a disciplina do discurso comteano relativo ao progresso (visivelmente marcado por um

¹¹⁶ Idem, idem, p. 318.

¹¹⁷ Raewyn CONNELL, “O Império e a criação de uma Ciência Social”..., p. 323.

total encobrimento concernente às atrocidades cometidas no interior colonial) que poria total ênfase sobre o “inquestionável” tríptico «evolução social-crescimento da razão-conduta civilizada».

Várias iniciativas houve por parte de uma sociologia ascendente europeia objectivando uma definitiva ruptura para com a velha escola, todavia, nenhuma delas impor-se-ia institucionalmente como sua substituta.

Seria nos Estados Unidos da América que se criariam, devido a uma amplidão de factores decorrentes da nova ordem conjuntural - num traçado cronológica iniciada no decénio de 1920, espraiando-se até aos anos 50 -, as condicionantes passíveis de espoletar o aparecimento de uma nova metodologia que sobrelevaria a perquirição empirista e que fosse capaz de se estabelecer definitivamente. O novo foco esmiuçado seria a organicidade das sociedades metropolitanas em detrimento das diferenciações entre estas e os complexos sociais primígenos que o estudo do antigo método privilegiaria. “ (...) depois do colapso do evolucionismo, a formação da cânone clássico começou. Uma condição para este desenvolvimento foi uma mudança no público da sociologia. Não havia mais o antigo público leitor liberal vitoriano. Entretanto, o enorme bem-estar acumulado nos Estados Unidos tornou possível, pela primeira vez na história, um sistema de educação superior de massa. (...) Um público de massas de estudantes requeria um programa de treinamento de professores, o qual foi provido pela expansão de programas de doutorado em sociologia. Foi neste meio e neste momento que a pedagogia dos textos clássicos se desenvolveu.”¹¹⁸

3.3. O desmoronar da ideologia imperial nas ciências sociais

Até aqui temos visto como a ordem metodológica científico-social teria fundado as bases do poderio colonialista; sequentemente, veremos como é que esse mesmo

¹¹⁸ Idem, idem, p. 328.

destrinçar metodológico teria contribuído para a desconstrução dessas premissas que serviriam de sustentáculo à colonização e, conseqüentemente, contribuído para o seu esboroar.

Os funcionalistas, contrariamente aos evolucionistas, creriam já na funcionalidade das sociedades estudadas, não as encarando como articulações inorgânicas e disfuncionais, ou melhor: não as encarando como ultrapassadas fases de desenvolvimento; esta ruptura epistemológica faria abalar, de certo modo, algumas das prerrogativas do discurso intrinsecamente imperial.

Porém, seria mormente do seio do relativismo cultural americano - onde se lobrigariam evidentes resquícios conceptuais da escola inglesa - que surgiria uma nova tipologia discursiva que concorreria para a ruína da ideologia do império; uma diferença conceptual assinalável relativa à política colonial apartaria as duas escolas: o funcionalismo advogaria um quadro favorável à “indirect rule” num cenário imperial; o culturalismo americano, por sua vez, enfatizaria sobremaneira as saliências da “indirect rule” que pudessem ser coextensíveis a uma “self rule” que preconizasse uma autonomia político-cultural, ou seja, passível de negar o império.

Partindo da análise levada a cabo por Ruth Benedict, a diversidade cultural efectiva entre diferentes sociedades é resultado imediatista derivado da escolha de caminhos diversos; tais mundividências refutariam a própria noção comparativista entre diferentes estruturações societárias já que, e partindo daquele pressuposto que enfocaria a diferença como exalação de distintas escolhas levadas adiante, nenhum organigrama social poderia aparelhar-se pela falsa ideia jactante de poder julgar os demais. A identidade de sentido e a universalidade das instituições do homem viabilizariam, segundo Malinowski e Radcliffe-Brown, o sustentáculo duma teórica comparativa; todavia, para Benedict seria despiendo demonstrar a universalidade das instituições se não se tivessem em conta as suas reais significâncias no seio de uma cultura específica para a qual seriam elaboradas. *“Las três culturas, Zuñi, Dobu y Kwakiutl, no son meros agrupamientos heterogéneos de actos y creencias. Cada una de ellas tiene ciertos fines a los que está dirigida su conducta y a los que tienden sus instituciones. Difieren entre sí, no solamente porque cierto rasgo esté acá presente y ausente allá, y porque outro rasgo se encuentre en formas diferentes en dos regiones. Difieren aún más porque, como conjunto, están orientados en direcciones diversas. Marchan a lo largo de caiminos distintos en persecución de fines distintos, y los fines e los médios de una*

sociedad no pueden ser juzgados en términos de los de otra sociedad, porque son esencialmente inconmensurables.”¹¹⁹

O culturalismo americano mitigaria o alcance da ideologia colonial ao salientar as singularidades das instituições de determinados complexos sociais; segundo esta escola, muitos destes ordenamentos institucionais apresentar-se-iam muito mais bem estruturados relativamente à organização análoga de países portadores da famigerada cultura ocidental. Ao dessacralizar as práticas socio-culturais ocidentais, o culturalismo contribuiria para a gradual derrocada do discurso colonialista.

Os africanos rebateriam o discurso alienador das ciências sociais que faria deles e das suas organizações socio-culturais simples objectos de estudo; esta contestação dividir-se-ia em etapas diversas sobre as quais recairiam de forma exponencial, mutações significativas relativas ao percurso analítico traçado.

Iniciada nos anos 30 do século XX, a primeira dessas fases impugnaria menos causticamente a oratória funcionalista do que os seus resultados conclusivos últimos: com o intuito de legitimar o seu papel no sistema colonial, a intelectualidade africana elaboraria uma série de obras antropológicas¹²⁰ capazes de revalorizar o seu passado cultural; aquelas obras seriam também a demonstração cabal da avidez africana em se apoderar de um instrumento que até então os constituía em objectos. Como acima terá sido dito, esta antropologia não refutaria a metodologia clássica, pelo contrário, e ingenuamente dela se arrogaria com o intuito de através das suas protuberâncias modificar o conteúdo das teses até então reinantes sobre o continente em questão. *“A crítica das análises anteriores não se limita a uma contestação do conteúdo aparente de certas teses, mas visa implicitamente a do tipo de linguagem reificante introduzido*

¹¹⁹ Tr: “As três culturas, Zuñi, Dobu e Kwakiutl, não são meros agrupamentos heterogêneos de atitudes e crenças. Cada uma delas tem certos fins para os quais está dirigida a sua conduta e para onde tendem as suas instituições. Diferem entre si, não somente porque determinada característica está presente aqui e ausente lá, mas também porque outras características se encontram em formas diferentes nas duas regiões. Diferem ainda mais porque, como conjunto, estão orientadas em direcções diversas. Marcham por caminhos distintos, perseguindo fins distintos, e os fins e os meios de uma sociedade não podem ser julgados nos mesmos termos dos de outra sociedade, porque são essencialmente incomensuráveis.” in: Ruth BENEDICT, *El hombre y la cultura*, Buenos Aires, CEAL, 1971, p. 192.

¹²⁰ Obras nas quais o investigador africano poderia advogar a sua cultura, fundamentando certos valores e práticas face a interpretações deformantes e normalmente interesseiras pela análise ocidental; autores como Kenyatta ou Cheikh Anta Diop abordariam questões que refeririam o carácter democrático das instituições africanas pré-coloniais, bem como a relevância do matriarcado e de alguns benefícios daí exalados e vislumbrados nas sociedades africanas. Para o efeito, ver as seguintes obras dos autores mencionados, respectivamente: Jomo Kenyatta, *Facing Mount Kenya*, London, Secker and Warburg, 1938. Cheikh Anta Diop, *A Unidade Cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica*, Luanda, Ed. Mulemba, 2014.

na mesma altura pelo funcionalismo. Esta contestação, no entanto, opera-se no próprio interior da linguagem da antropologia funcional. Ela não vê, portanto, o elo entre esta linguagem e as teses que combate, isto é, «a situação colonial da antropologia clássica»”¹²¹

A segunda fase poria em evidência a contestação à antropologia clássica e à sua tese mitómana e ilusória da aculturação e da modernização. “ (...) *Falam-me de progressos, de «realizações», de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios. Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. Lançam-me à cara factos, estatísticas, quilometragens de estradas, de canais, de caminhos-de-ferro. Mas eu falo de milhares de homens sacrificados no Congo-Oceano. Falo dos que, no momento em que escrevo, cavam à mão o porto de Abidjan.*”¹²²

Não obstante as visíveis rupturas face ao etnocentrismo evolucionista, constatar-se-ia, por parte da antropologia clássica, e em linha de conta com aquilo que temos visto, um olhar reducionista sobre aquilo que teria sido o fenómeno colonial; diminuí-lo a um trivial processo de aculturação ou mutação social - que seria favorável aos colonizados -, ao qual rapidamente se chegaria pondo em prática a teoria científica derivada do conhecimento antropológico de campo, ocultaria a verdadeira face da colonização perpetrada pelo ocidente. Isso motivaria a crítica do terceiro mundo que mais amplamente se espalharia sobre a antropologia clássica, a quem acusaria de ataviar com máscaras ilusórias o verdadeiro rosto do colonialismo. “*Não vendo no colonialismo mais do que a aculturação ou a mudança social, ou, em última análise, a «modernização», a antropologia é acusada de justificar o colonialismo visto que põe entre parêntesis - voluntariamente ou não, conscientemente ou não - o aspecto político da realidade colonial, o domínio e o aspecto sob o qual se apresenta a «modernização» que é também explorado.*”¹²³

A recusa africana perante os alicerces redutores da antropologia clássica fá-los-ia almejar pelo surgimento de uma escola própria onde o carácter úbere das culturas do terceiro mundo pudesse ser realçado.

¹²¹ Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p. 153.

¹²² Aimé CÉSAIRE, *Discurso Sobre o Colonialismo...*, p. 26.

¹²³ Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p. 162.

Até ao primeiro grande confronto belicista do século XX, a sociologia focaria as suas linhas interpretativas na oposição orgânica entre sociedades primitivas e metropolitanas com o intuito de tornar exequível a ordem analítica que elencaria os mecanismos que conduziriam o processo evolutivo de uma fase menos avançada ao progresso.

Encerradas as hostilidades, a guerra teria demonstrado a fatuidade do discurso que encararia o imperialismo como o triunfo da civilização e que enfatizaria copiosamente a teoria da evolução social - onde tacitamente se colocariam prolificamente noções etnocêntricas - esgarçando-o de forma exponencial e irremediável; ulteriormente, e em reacção, vislumbrar-se-ia em obras como no “fatíloquo” *Declínio do Ocidente* de Oswald Spengler uma sociologia condenatória da cultura e do etnocentrismo exacerbado da intelectualidade europeia. “*Eis o que falta ao pensador ocidental e o que não deveria faltar justamente a ele: a compreensão da natureza histórico-relativa das suas conclusões, que não passam da expressão de um modo singular de ser, e somente dele. (...) Ignora que suas “verdades inabaláveis” e suas “percepções eternas” são verdadeiras só para ele e eternas unicamente do ponto de vista da sua visão do mundo. Não se recorda do dever de sair da sua esfera, para procurar outras verdades, criadas com a mesma certeza por homens de culturas diferentes;*”¹²⁴

No respeitante àquilo que concerne à sociologia africana propriamente dita, analisarei, sequentemente, e em exclusivo, os desbravamentos levados a cabo pela escola gaulesa¹²⁵, motivado pelo facto de ali se ter dado a génese de uma nova metodologia sociológica dedicada às especificidades operatórias daquele continente.

¹²⁴ Oswald SPENGLER, *Decadência do Ocidente*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973, p. 41. Na mesma obra, Spengler elencaria uma série de motivos que fariam do imperialismo a fase final da história do homem ocidental, ver: Ide, idem, pp. 50-53.

¹²⁵ Depois dos anos 30 do século XX, Griaule e seus sequazes enfatizariam já as especificidades das culturas africanas e a sua legítima pertença ao ramo dos saberes universais. “*Hoy en día no nos podemos permitir ignorar la existencia de otros pueblos que no son aquéllos, nobles, de las orillas del Mediterráneo. Ninguno debe quedar fuera de la consideración de una cierta filosofía soberbia que a veces parece sustraerse al deber de comparar a los ricos y venerados clásicos con los llamados, con algún desdén, los primitivos. (...) Cada población presenta sempre una faceta original que pueden aprovechar las distintas ciencias del hombre.*” in: Marcel GRIAULE, *El método de la etnografía*, Buenos Aires, Editorial Nova, 1969, pp. 10-11. Segundo Griaule, o espírito humano fundamentaria as bases nucleares do social; este idealismo teórico, contrariamente ao funcionalismo inglês, não vislumbraria as alavancagens mecanicistas da aculturação, o que teria possibilitado uma visível ruptura, isto é: a passagem da etnologia para a sociologia, in: Jean COPANS, *Críticas e políticas da antropologia...*, p. 96-97.

O aparecimento de uma nova disciplina a partir de 1945 constituiria uma franca ruptura empírica, de escola e de teórica: antes de mais, assistir-se-ia a uma concreta e relevante aceitação e valorização da história das populações africanas; sequentemente, um olhar analítico mais redutor, apanágio das monografias de aldeia, daria lugar a uma observância mais alargada e mais abrangente dos grupos sociais nacionais e, por fim, uma explicação idealista da orgânica socio-cultural cairia, impondo-se, gradualmente, uma fundamentação materialista e histórica.

Novas minudências que aludissem às sociedades tradicionais africanas tornar-se-iam possíveis, já que a nova metodologia se debruçaria sobre um novo objecto circunscrito o máximo possível: “ (...) o sector moderno e as consequências do fenómeno colonial.”¹²⁶

Georges Balandier assumiria o papel de charneira na transposição levada a cabo pela nova disciplina dedicada à problemática africana; a atestá-lo temos as suas obras produzidas entre 1950 e 1955 como *Particularisme et Evolution: les pêcheurs Lébou (Sénégal)*, ou *Sociologie actuelle de l'Afrique noire. Dynamique des changements sociaux en Afrique centrale*, entre outras.

A escola sociológica devotada a África apoiar-se-ia em três princípios apriorísticos que serviriam de base à concepção do discurso teórico: 1- as organizações sociais africanas têm em simultaneidade uma história tradicional e moderna; 2- os agrupamentos socio-ideológicos seriam em concomitância emanações da estrutura passada e de mutações brotadas do momento colonial; 3- a dominação colonial desdobrar-se-ia em moldes globais e desigualitários.

A nova forma de perscrutar o dinamismo das “sociedades tradicionais” ao almejar fundamentar os seus ajuntamentos políticos e ideológicos abalaria os alicerces do processo colonial. “Esta nova problemática põe em causa o fenómeno colonial porque pretende explicar os movimentos concretos que o põem em causa: messianismo, sincretismos, ideologias e partidos políticos.”¹²⁷

A proeminência teórica dada à nova disciplina coincidiria não inocentemente com a ascensão do terceiro mundo e com a imiscuição do fenómeno colonial enquanto parte constituinte e activa do objecto estudado; para isso, não seria de todo despiciendo

¹²⁶ Idem, ibidem.

¹²⁷ Jean COPANS, *Críticas e políticas da antropologia...*, p. 98.

o papel contributivo desempenhado pelo desencadeamento das hostilidades bélicas na Argélia que fariam despertar um centuplicado número de estudantes e intelectuais, contribuindo indelevelmente para a penetração da sociologia africana nas universidades europeias - facto que se verificaria em meados dos anos 50. *“Ao nível político e ideológico, a guerra da Argélia sensibiliza directamente os estudantes e os intelectuais para os problemas coloniais, de libertação nacional e do subdesenvolvimento.”*¹²⁸

¹²⁸ Idem, idem, p. 99.

4. A ciência faz-se militância: a contribuição de Mário Pinto de Andrade para a libertação da África “lusófona”

“Para volver a definir para el pueblo el lugar de la cultura en el proceso de formación de las naciones, los intelectuales interpretan los cambios engendrados por la lucha armada, y todas las manifestaciones, mediante las cuales los pueblos captan su situación específica (...) Se ve aparecer la personalidad cultural que dará un sentido a la exigencia de la nación.”¹²⁹

A leitura retrospectiva de Andrade assumirá uma aparência visivelmente catártica; o seu conhecimento permite-nos concluir, entre outras coisas, a abrangência temática da sua extensa obra e, sobremaneira, o seu carácter analítico em nada titubeante, muito pelo contrário, intimorato na assertividade das suas premissas peçadas por assomos fatiloquentes, o que seria, inegavelmente, a comprovação da sua indubitável mundividência. Mário Pinto de Andrade subtrair-se-ia à opinativa evasiva e tergiversante, optando pelo comentário lúcido e muitas das vezes inexorável, face àquilo que seria a *praxis* irreflectida, fruto de algum circunstancialismo e empirismo, exercida por alguns dos seus pares; não seria por acaso que Aristides Pereira o apelidaria de “eterno dissidente”. *“Eterno dissidente, ora com a universidade, ora com Lisboa, ora com a “Présence Africaine” em Paris e amiúde com um certo discurso e com uma certa prática política, M.P.A. (Mário Pinto de Andrade), porém, nunca se afastou dos círculos da luta pela independência dos povos das antigas colónias portuguesas e do*

¹²⁹ Tr: *“Para voltar a definir para o povo o lugar da cultura no processo de formação das nações, os intelectuais interpretam as mudanças engendradas pela luta armada, e todas as manifestações, mediante as quais os povos captam a sua situação específica (...) Vê-se aparecer a personalidade cultural que dará um sentido à exigência da nação.”* in: Mário Pinto de ANDRADE, “Cultura y Lucha Armada”, Congresso Cultural de Havana – Painel Cultura e Independência Nacional, 1968, p. 2. Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10197.007.008>> , consultado em Julho de 2016.

MPLA¹³⁰ (*Movimento Pela Libertação de Angola*), de que foi um dos fundadores e primeiro presidente.”¹³¹

O discurso andradiano manter-se-ia harmónico e homogeneizado ao longo de toda a sua vida, diferentemente das posturas indelevelmente proteiformes de muitos dos seus anteriores congéneres de luta.

4.1. A conjuntura por detrás da configuração teórica de Andrade

Denotar-se-ia, nos anos 50, por parte de uma certa intelectualidade negra ascendente, uma grande vontade de lançar a semente que potencializasse o aparecimento de uma nova morfologia conceptual operante nas ciências sociais, contrária à visão redutora e etnocêntrica da antropologia clássica. Deflagrariam novos sustentáculos estruturais com o intuito de melhor adjectivar as culturas africanas até então alvo de uma óptica externa, impondo-se, por parte daquela *intelligentsia*, uma visão de dentro, isto é: um cômputo analítico que resultaria no subentendimento de “pertença” e de mútua proximidade entre investigador e objecto estudado.

As teses pestíferas, segundo a intelectualidade negra, perpetradas pela teorética ocidental sobre o fenómeno colonial ao longo dum extensível período cronológico, iam-se mitigando com o avançar dos tempos. Variadíssimas remodelações discursivas derivadas de novas abordagens epistemológicas iam emergindo em determinados momentos conjunturais cada vez mais favoráveis à desconstrução de algumas das linguagens até então dominantes na investigação ocidental que, por sua vez, servir-se-ia não poucas vezes de tergiversações que auxiliassem na fundamentação do fenómeno colonial, ou que, pelo menos, não o denegrissem e o injustificassem; aquelas teses, todavia, seriam mitigadas somente na crueza violenta e na “incientificidade” de certos axiomas que deixariam de pulular, e não nas suas saliências etnocêntricas que, mais ou menos acentuadamente, permaneceriam.

¹³⁰ Para um melhor conhecimento da história deste partido angolano, ver: Marcelo BITTENCOURT, *Estamos Juntos: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*, Vol. I e II, Luanda, Ed. Kilombelombe, 2008, Paris, Ed. Etc., 1975.

¹³¹ Aristides PEREIRA, “10º Aniversário do passamento de Mário Pintos de Andrade”, in Laura Cavalcante Padilha e Inocência Mata, *Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política*, Lisboa, Colibri, 2000, p. 45.

Isto é dizer, portanto, que este etnocentrismo por vezes latente na ciência social, ainda que patente a mais das vezes, encorajaria o terceiro mundo a auto reflectir conscientemente sobre si próprio e a cavar as fundações daquilo que seria um caminho alternativo face ao discurso até então reinante de dominância etnocêntrica. *“A vontade que os africanos têm de fazer a sua própria antropologia junta com a recusa da antropologia clássica, condu-los portanto a tentar elaborar uma achega nova em que as culturas do terceiro mundo já não seriam vistas de um ponto de vista reducionista, mas sim na significação que se dão a si próprias.”*¹³²

Assomos contingentes tocantes ao aparecimento de “novas achegas” teórico-práticas pelo terceiro mundo surgiriam do circunstancialismo momentâneo potenciado pela ascensão de um escol assaz crítico da escola europeia; alguns dos conceitos por ele destrinchados desvelariam uma ambivalência plurívoca de discursos condenatórios da ordem propalada pelo colonialismo e dos seus resquícios inculcados em algumas das dinâmicas quotidianas das sociedades sob dominação. Tal plurivocidade discursiva espalhar-se-ia em teses ora marcadas por uma seráfica equanimidade, ora enfatizadas por uma linguagem amplamente encarniçada, confluindo, contudo, na condenação veemente do factor colonial e na exaltação ufanosa das especificidades culturais negras.

Um bom exemplo disso seria a noção de “negritude”¹³³, que mais não seria do que um despertar consciêncio-racial, por parte de alguma intelectualidade negra, visando um exponencial interesse cognitivo concernente às suas especificidades socio-culturais, que deveriam legitimamente ser parte constitutiva das diversas ramificações do saber universal; a negritude seria também um obliterar das peias impostas pela colonização que, entre outras coisas, e nas palavras de Césaire, coisificariam o indivíduo.¹³⁴

Ainda a negritude, e segundo uma óptica sartriana¹³⁵, seria uma “progressão dialéctica” em que aquela conceptualização assumiria o papel de antítese, face à tese que seria a suposta supremacia do homem branco, culminando, finalmente, na assunção

¹³² Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p. 168.

¹³³ Sobre o assunto, ver: Jean Paul SARTRE, *Reflexões sobre a questão judaica ; Orfeu negro : reflexões sobre o racismo*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1965, p.126; Rosa Sil MONTEIRO, *C.E.I., Ceileiro do Sonho: Geração da Mensagem*, Braga, U.M., 2001, pp. 43-45; Maria CARRILHO, *Sociologia da Negritude*, Lisboa, Edições 70, 1976; Fernando, NEVES, *Negritude, Independência, Revolução*, Paris, & Etc, 1975.

¹³⁴ Eduardo dos SANTOS, *A Negritude e a luta pela independência na África Portuguesa*, Lisboa, Minerva, 1975, p. 20.

¹³⁵ Maria CARRILHO, *Sociologia da Negritude...*, p. 170.

maturada numa sociedade destituída de hierarquizações racialistas (síntese). Portanto, imaginemos um pequeno opúsculo que conteria em si as funcionalidades da negritude, os respectivos dados referentes à sua efemeridade prática e a solução para a obtenção numa estrutura social não racialista onde o conceito de “racismo anti-racista” proposto e propugnado por Sartre auxiliaria a uma melhor compreensão dos moldes transitórios daquela conceptualização, isto é: as prerrogativas da negritude serviriam de porta-estandarte afirmativo para grande parte do movimento negro que rejeitaria todas as protuberâncias emanadas pelo dominador, e, conseqüentemente, solidarizar-se-ia com os demais povos oprimidos do mundo, fossem de que parte fossem; não seria, por acaso, que na sua maioria, os protagonistas da negritude figurassem concomitantemente entre as hostes marxistas. Todavia, parte daquele movimento estaria ciente do carácter deficitário e de progressivo definhamento da negritude quanto à sua perenidade, bem como da sua óbvia transitoriedade para a obtenção da síntese acima referida. *“Na realidade, a Negritude aparece como o tempo fraco de uma progressão dialéctica: a afirmação teórica e prática da supremacia do branco constitui a tese; a posição da Negritude como valor antiético é o momento da negatividade. Mas este momento negativo não possui auto-suficiência e os negros que o usam sabem-no muito bem; sabem que visa preparar a síntese ou a realização do humano numa sociedade sem raças. Assim a Negritude é para se destruir, é passagem e não término, meio e não fim último.”*¹³⁶

Fanon diria que o movimento negritudista e as suas teses raciais, ao invés de se lançarem na senda sistematizada de perspectivas histórico-nacionais, seguiriam, irracionalmente, a mesmíssima logística conceptual europeia que preconizaria a cultura negra como um todo, em detrimento das naturezas peculiares nacionais¹³⁷, destruindo, destarte, as potencialidades de libertação, políticas e culturais que só poderiam advir de um território possuidor de uma amplificada auto-consciencialização e que agregasse o seu magote populacional ao redor de um mesmo ideal, isto é: a luta de libertação nacional, ela própria um acto de cultura. *“O intelectual colonizado dará conta (...) de*

¹³⁶ Jean Paul SARTRE, *Reflexões sobre a questão judaica ; Orfeu negro : reflexões sobre o racismo...*, p. 126.

¹³⁷ Ver crítica de Fanon à concepção abrangedora e generalista da negritude em: Frantz FANON, *Os Condenados da Terra...*, p. 208-210.

*que não se prova a nação com a cultura, mas que esta se manifesta na luta que o povo realiza contra as forças de ocupação.”*¹³⁸

No seu entender, o carácter não nacional intrínseco à negritude torná-la-ia uma conceptualização invisivelmente instrumentalizada pelo neocolonialismo. *“O movimento da negritude, não correspondendo à função de ideologia nacional, não podia deixar de cair no compromisso e na colaboração com o neocolonialismo.”*¹³⁹

Fanon entenderia a impossibilidade de simultaneidade na ocorrência de uma luta pela libertação nacional por um lado e, paralelamente, uma outra peleja que visasse a valorização dos costumes negro-africanos que, segundo a sua óptica, ter-se-ia reduzido *“ (...) ao exame de algumas peças ou a comparar alguns sarcófagos.”*¹⁴⁰; o combate pela cultura nacional, portanto, dever-se-ia posicionar no seio da própria luta de libertação.

O meu até agora discurso excursivo não será despidendo, muito pelo contrário, já que, a expensas dele poderemos melhor compreender as tomadas de posição de Mário Pinto de Andrade e as suas mutações teórico-práticas verificadas diacronicamente; se, numa primeira fase, abraçaria a morfologia da negritude, acabaria, mais tarde, como veremos em seguida, por se afastar.

Embora acentuasse o papel de extremada relevância da negritude que enfaticamente teria influído na sua tomada consciencial das dinâmicas negras e da sua própria pertença à raça¹⁴¹, Andrade, irmanando-se em termos cognoscentes à teórica fanoniana, haveria de dar primazia ao combate nacional e, tal como o martiniquense, imiscuir o combate cultural na própria luta pela libertação dos povos. Em entrevista concedida a Michel Laban a este respeito, Andrade frisaria: *“Disse-lhe, no último encontro, que a minha vida estava cada vez mais voltada para a acção política: já não tinha lazeres, nem possibilidades de me entregar a actividades literárias. Mas a preocupação cultural permanecia, sob uma outra forma: inscrever o cultural no político; pesava que era preciso dar um sentido operacional à cultura, a própria práxis*

¹³⁸ Idem, idem, p. 217.

¹³⁹ Maria CARRILHO, *Sociologia da Negritude...*, p. 176.

¹⁴⁰ Frantz FANON, *Os Condenados da Terra...*, p. 229

¹⁴¹ Sobre a sua proximidade ao pensamento de Césaire naquilo que concerniria a uma tomada de posição relativamente à “sua” negritude e aos opróbrios que a mesma teria sofrido as mãos do colonialismo, ver: Maria Nazareth Fonseca, “Mário Pinto de Andrade e a questão das literaturas nacionais”, in Laura Cavalcante Padilha e Inocência Mata, *Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política...*, pp. 74-75.

política era uma obra cultural por excelência. Eis um pensamento de Fanon que o nosso grupo vai aprofundar.”¹⁴²

Mário Pinto de Andrade concluiria a sua formação académica em Paris; cursaria sociologia sob a égide intelectual de Roger Bastide, especializando-se em sociologia religiosa na *École Pratique des Hautes Études*.

Apesar da inegável ruptura em alguns aspectos da sua obra face à metodologia ocidental, sobre o *modus faciendi* sociológico andradiano, ainda que resiliente e multívoco no conteúdo e distinto nas conclusões, lobrigar-se-iam inúmeras continuidades metodológicas advindas daquela escola científico-social; a sua concepção sociológica sobre a cultura desvelaria a óbvia influência de duas figuras tutelares daquela instituição científica, Franz Boas e Durkheim. “ (...) *há na concepção sociológica de Mário Pinto de Andrade sobre a cultura, uma tentativa de reconciliar duas posturas teóricas diametralmente opostas: o objectivismo sociológico de Durkheim e o relativismo cultural de Franz Boas.*”¹⁴³

Independentemente de permanências óbvias, Andrade desconstruiria o discurso ideológico colonial, ajudando, conseqüentemente, na construção de uma nova oratória a utilizar pelos partidos que lutariam pela independência dos seus territórios africanos.

O *modus operandi* do sociólogo angolano, e de acordo com a normativa gramsciana, seria, de forma assaz indubitável, um exemplo visível para toda a intelectualidade africana; sequentemente, procederei à análise introspectiva e extrospectiva da teórica andradiana e o papel por ela desempenhado para uma melhor prossecução da luta pela libertação do jugo colonial.

¹⁴² Michel LABAN, *Mário Pinto de Andrade: Uma entrevista dada a Michel Laban*, Lisboa, Sá da Costa, 1997, p. 155. Sobre a superação da negritude na obra de andrade, ver também: Víctor KAJIBANGA, *A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade: uma introdução ao estudo da vida e obra do primeiro sociólogo angolano*, Luanda, Instituto Nacional das Indústrias Culturais, 2000, pp. 58-60.

¹⁴³ Idem, idem, pp. 34-35.

4.2. O papel do intelectual

Apesar do influxo do seu papel preponderante na formatação morfológica da teórica de alguns autores posteriores, Gramsci e Andrade seriam vítimas de alguns tolhimentos advindos, maioritariamente, do interior do próprio partido; Carlos Lopes abordaria algumas das diversas analogias lobrigadas entre as duas figuras: *“É impressionante o paralelo que se pode estabelecer entre o percurso de Gramsci e Mário Pinto de Andrade. Este último também sofreu de incompreensões múltiplas porque não acreditava na facilidade, que via como um instrumento de poder, o vínculo perpetuador de uma liderança distanciada das ideias mais genuínas de equidade social.”*¹⁴⁴

Seria notória a subjacência gramsciana que estaria por detrás da formulação conceptual de intelectual e do respectivo papel socio-activo na teórica de Mário Pinto de Andrade; o famigerado e reflectido conceito incluso na linguagem proliferada por António Gramsci relativo à organicidade do intelectual¹⁴⁵ fundaria longas e articuladas raízes na generalidade do pensamento andradiano. *“Uma leitura de Gramsci fornece o quadro conceptual para apreender a acepção em que formamos o termo “intelectual”.*¹⁴⁶

Ao longo do texto de Mário Pinto de Andrade, *“Formatação e papel do intelectual africano: o exemplo de Amílcar Cabral”* é patente e directa aquela influência conceptual gramsciana que actuaria na veiculação levada adiante pelo discurso andradiano concernente à funcionalidade activa do intelectual. Andrade reconheceria a especificidade geo-temporal daquela oratória de Gramsci - a Itália dos anos 30 -, porém, chamaria a atenção para as potencialidades adaptativas que dali se poderiam inferir relativamente ao momento então vivenciado pelas estruturas sociais africanas; a este respeito diria: *“Várias são as implicações operatórias que se podem inferir da démarche adaptada na sua investigação, para o tempo presente das nossas sociedades.*

¹⁴⁴ Carlos Lopes, “Bibi, o intelectual orgânico”, in Laura Cavalcante Padilha e Inocência MATA, *Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política...*, pp. 33-34.

¹⁴⁵ “O intelectual orgânico é o que emerge no terreno das exigências de uma função necessária no campo da produção económica.” Em: António GRAMSCI, *A formação dos intelectuais*, Amadora, Fronteira, 1976, p. 20. (notas de rodapé)

¹⁴⁶ Mário Pinto de ANDRADE, “Formação e papel do intelectual africano: o exemplo de Amílcar Cabral”..., p. 2. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04358.005.008#!2>>, consultado em Abril de 2016.

Mas o horizonte de conhecimentos disponíveis no período histórico em que escreve (Gramsci), limita naturalmente a universalidade de certos aspectos da sua análise.”¹⁴⁷

Uma série de tolhimentos oriundos da marginalização a que estaria votado o continente africano ocultaria da teorética gramsciana uma correcta percepção das verdadeiras dinâmicas internas de movimentação socio-cultural perpetradas em África; ao sugerir a preeminência da intelectualidade negro-americana como porta-estandarte do ressurgimento dos valores dos negros e agente capaz de inculcar no coração de todos eles um sentimento patriótico concernente ao seu continente, Gramsci incorreria, e como afirmaria Andrade, numa visão que olvidaria as especificidades do homem africano enquanto actor principal e activo da sua própria história.¹⁴⁸

Segundo o sociólogo angolano, contudo, tais asseverações procederiam das teses emergidas e adoptadas no IV Congresso da III Internacional (no qual o italiano participaria) e, para que melhor se possa compreender o porquê da adopção de tais premissas, ter-se-á de ter em conta a ordem conjuntural momentânea, isto é: *“Compreende-se que no contexto da época a III Internacional se tenha determinado em função dos dois movimentos unitários “pan-africanismo” e “garvejismo”¹⁴⁹ - que mobilizavam então as consciências em todo o mundo negro. O que explica o juízo de subalternização do continente.*”¹⁵⁰

Mário Pinto de Andrade denominaria Amílcar Cabral como o caso mais paradigmático de intelectual orgânico na onda gramsciana. *“Plenamente inserido de responsabilidades técnicas na Guiné, conduz a investigação sobre a agricultura numa perspectiva sociológica da compreensão da relação do binómio homem-terra. E, coerente com o projecto embrionário de Libertação concebido anteriormente no colectivo africano de Lisboa, empenha-se na tarefa de fazer existir o instrumento de*

¹⁴⁷ Idem, idem, p. 3. Disponível em: < <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04358.005.008#!3>>, consultado em Abril de 2016.

¹⁴⁸ Idem, Idem, pp. 4-5. Disponível em: < <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04358.005.008#!4>>, consultado em Abril de 2016.

¹⁴⁹ Sobre estes dois movimentos, ver: Mário Pinto de ANDRADE, *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*, Lisboa, D. Quixote, 1997, pp. 161-174.

¹⁵⁰ Mário Pinto de ANDRADE, "Formação e papel do intelectual africano: o exemplo de Amílcar Cabral"..., p. 6. Disponível em: < <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04358.005.008#!6>>, consultado em Abril de 2016.

mediação revolucionária - o Partido. Emerge então a figura do novo intelectual que, da óptica de Gramsci, se torna dirigente, simbiose de especialista e do político.”¹⁵¹

A óptica de Gramsci diz-nos que assim que determinado grupo adquirisse capacidades mundividentes que o permitisse pensar auto-conscientemente, expeliria do seu núcleo um conjunto de intelectuais inerentemente ligados e funcionalmente unidos ao grupo como um todo; a luta pela libertação das colónias africanas faria surgir, deste modo, uma turba inenarrável de intelectuais pejados pela tal característica gramsciana de “organicidade”.

Um deles, Frantz Fanon, influiria sobejamente sobre o pensamento conceptual relativo à figura do intelectual desenhado por Mário Pinto de Andrade; a teórica de Fanon, que sofreria um agudizado influxo da obra de Gramsci, contrariamente ao autor de *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*, estaria moldada por e para o contexto de libertação do jugo colonialista, o que explicaria a sua patente penetração no discurso e na prática de muitos militantes africanos.

A principal herança fanoniana que gradualmente se diluiria na oratória de Andrade diria respeito à premência de circunscrever o cultural no político, isto é: tal como Fanon, Mário Pinto de Andrade preconizaria a ideia de que a luta pelas independências nacionais seria ela própria um acto cultural de extrema relevância e que seria somente após o momento libertador que estariam criadas as condicionantes que tornariam possível a assunção real dos valores culturais negro-africanos, ressaltando, ainda, a preponderância desempenhada pelo partido político neste processo. “*La significación última del combate por la cultura, en el seno del Partido político, vuelve a relacionarse pues, al combate por la liberación de la nación “matriz material a partir de la cual, la cultura se hace posible*”¹⁵²

Matizaria, para o efeito, que a ordem motivacional bélica, que pugnaria pela reconquista identitária e igualitária para a totalidade do povo, ancoraria na essência do intelectual uma vontade gritante de pôr a “caneta” ao serviço da luta e daqueles que

¹⁵¹ Idem, idem, p. 11. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04358.005.008#111>>, consultado em Abril 2016.

¹⁵² Tr: “*O significado último do combate pela cultura, lógica do partido político, volta a relacionar-se pois, ao combate pela libertação da nação “matriz” material a partir da qual, a cultura se faz possível.*” In: Idem, “Cultura y Lucha Armada”..., p. 2. Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador.php?pasta=10197.007.008&pag=2>>, consultado em Julho de 2016.

Também a este respeito, ver: Frantz FANON, *Os Condenados da Terra...*, p. 228.

constituíriam as futuras nações, dando origem à literatura de combate. *“Una nueva literatura surge en el fuego del combate. Los escritores que hasta entonces recogían en sus obras las realidades de la noche colonial, actualizan su temática. La nota dominante de la expresión poética deja de ser el rechazo a la asimilación del outro para convertirse esencialmente en la exaltación de la emergencia de la lucha armada. Despertador de las conciencias, es el poeta quien plasma, para la historia, el encuentro entre el Pueblo y su combate.”*¹⁵³

A penetração conceptual gramsciana sobre o conjunto de premissas de Mário Pinto de Andrade seria uma constante indubitável; assim sendo, também para o sociólogo angolano o papel de induzir conhecimento às massas e, sequentemente, proceder à produção de uma nova cultura representativa das classes emergentes e potenciadora de dinâmicas capazes de unir o grupo em torno de uma finalidade unívoca, seria verosimilmente apanágio da intelectualidade. *“A vocação própria do intelectual é de situar os problemas essenciais que orientam os destinos do público do seu tempo. Os acontecimentos do século em que vivemos são de tal modo rápidos e apaixonantes que a consciência de cada intelectual se encontra dia a dia engajada em definir uma posição. Acontecimentos que se colocam no plano humano, social, ou político –três aspectos da cultura. Daí o sentimento de todos nós que manejamos uma pena.”*¹⁵⁴

O relevo “discrecional” atribuído ao partido político nascente enquanto infraestrutura dos povos dominados, e sobre o qual o intelectual se deveria colocar em posição de vanguarda, pulularia os escritos andradianos; respaldado pela arguência gramsciana, também ele enfatizaria a função partidária enquanto agente pluralizado destinado, ele também, à produção cultural e à ordenação da luta armada, e, mormente, à moldação do consciente colectivo que culminaria com o aparecimento do tão almejado homem novo. *“El partido político lanza la consigna de la resistencia total, en los planos político y armado, económico, cultural y físico. Se desarrollan una serie de dobles procesos de destrucción y de construcción: economías, sociedades, e*

¹⁵³ Tr: “Uma nova literatura surge no fogo do combate. Os escritores que até então recorriam nas suas obras às realidades da noite colonial, actualizam a sua temática. A nota dominante da expressão poética deixa de ser a rejeição à assimilação do outro para converter-se essencialmente na exaltação da emergência da luta armada. Despertador das consciências, é o poeta quem regista, para a história, o encontro entre o povo e o seu combate.” In: Idem, idem, p. 3. Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador.php?pasta=10197.007.008&pag=2#13>>, consultado em Julho de 2016.

Também a este respeito, ver: Frantz FANON, *Os Condenados da Terra...*, p. 235.

¹⁵⁴ Mário Pinto de ANDRADE, “Cultura negro-africana e assimilação”, Paris, 1958, p. 7. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04306.002.002#11>, consultado em Junho de 2016.

instituciones políticas que constityuen el surgimento del nuevo hombre. (...) El partido, que domina todos los planos de lo real, hace entrar en la escena histórica nacional las nociones y las costumbres que permitan la eclosión y la promoción cultural."¹⁵⁵

Uma interpretação cuidada e minuciosa do que acima terá sido dito permite-nos verificar, coadjuvados pela pertinácia de Kate Crehan, que, seguindo a logicidade gramsciana, também o partido político seria um intelectual orgânico, só que, desta feita, colectivo e não individualizado.¹⁵⁶

Recorrendo a Mário Pinto de Andrade, concluo: *"Voici la grand tâche qui pese sur les epaules des nouveaux intellectuels africains: être la conscience africain vivante des peuples africains."*¹⁵⁷

4.3. Conhecer mais, interpretar melhor: a sociologia e a construção ideológica

Iremos ver em seguida a importância capital atribuída por Mário Pinto de Andrade à ciência social e às suas funcionalidades operantes passíveis de formatar a ideologia dos povos que arengavam pela obliteração dos freios coloniais; utilizar a ciência objectivando um mais alargado conhecimento generalizado das especificidades socio-culturais das populações permitiria uma práxis mais consciente, efectiva e eficaz por parte das entidades competentes, isto é: o partido e os intelectuais. Mais uma vez, iremos encontrar paralelo no discurso de António Gramsci. *"Os intelectuais têm a tarefa de produzir conhecimento mas, para os intelectuais interessados na*

¹⁵⁵ Tr: *"O partido político lança os princípios da resistência total, nos planos político e armado, económico, cultural e físico. Desenvolvem-se uma série de projectos de destruição e de construção: economias, sociedades e instituições políticas que constituem o surgimento do novo homem. (...) O partido, que domina todos os planos do real, faz entrar em cena histórica nacional, as noções e os costumes que permitem a eclosão e a promoção cultural."* in: Idem, "Cultura y Lucha Armada"..., p. 2. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador.php?pasta=10197.007.008&pag=2>, consultado em Julho de 2016.

¹⁵⁶ Kate CREHAN, Gramsci, *Cultura e Antropologia*..., p. 175.

¹⁵⁷ Tr: *"Eis a grande tarefa que pesa sobre os ombros dos novos intelectuais africanos: ser a consciência viva dos povos de África."* in: Mário Pinto de ANDRADE, "L' Étudiant Africain et la Civilisation Occidentale", *Les Étudiants Noirs dans le Monde*, Paris, Présence Africaine, 1953, p. 229. Disponível em: < <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04330.008.002#!2>>, consultado em Agosto de 2016.

*transformação revolucionária da sociedade, o conhecimento deve basear-se num entendimento genuíno das condições de vida do “elemento popular”.*¹⁵⁸

Andrade propalaria a premência de uma quase “omnividência” por parte da estrutura empenhada em conduzir os povos às independências nacionais; a seu ver, a libertação desenrolar-se-ia mais expeditamente apenas e só se diversas variáveis metodológicas fossem concretamente observadas e verdadeiramente tidas em conta pelo aparelho guindado na vanguarda do movimento libertador. A real consideração por tais variáveis possibilitaria a observância verosímil das realidades concretas, tornando exequível o objectivo de melhor conhecer as especificidades da guerra e da revolução; daí a relevância por ele atribuída à sociologia do conhecimento da guerra do povo que alinharia a sua análise perscrutadora, tendo em conta os seguintes princípios:

- “a) observar os factos sociais que influenciam a guerra e reflectir sobre eles;*
- b) estudar as condutas colectivas e individuais dos actores envolvidos na guerra;*
- c) partir da análise concreta da realidade histórica, económica, social, cultural e seu impacto no curso da guerra;*
- d) comparar uma dada situação local com outras experiências guerreiras: nacionais e internacionais;*
- e) ligar o pensamento estratégico à acção militar e vice-versa ou, dito de outra maneira, pensar para melhor agir e agir para melhor pensar.”*¹⁵⁹

O MPLA (Movimento pela Libertação de Angola) impor-se-ia como movimento combatente sobre o terreno sobretudo a partir de 1964. Até então (1961-1963) teria sido alvo de uma inenarrável quantidade de ataques desferidos pelos agrupamentos antagonistas que seriam fortemente debruados por contornos explicitamente étnicos.¹⁶⁰

Uma das organizações onde enfaticamente abundaria uma sublinhada identidade étnica, a UPA (União das Populações de Angola), que contingentaria a sua rede de implantação a uma circunscrição geo-tribal bastante reduzida, não açambarcaria no seu seio as aspirações da globalidade do povo. Tal ocorrência estaria por detrás da

¹⁵⁸ Kate CREHAN, Gramsci, *Cultura e Antropologia...*, p. 156.

¹⁵⁹ Victor KAJIBANGA, *A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade: uma introdução ao estudo da vida e obra do primeiro sociólogo angolano...*, pp. 155-156.

¹⁶⁰ A este respeito: Mário Pinto de ANDRADE, “AFRIQUE- LES GUERRILLEROS, LE PORTUGAL ET L’AFRIQUE DU SUD”, *Politique Aujourd’hui*, s.n., 1969. Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04357.008.001#11>>, consultado em Setembro de 2016.

acrimónia discursiva endereçada pelas forças do MPLA à UPA, cunhando-os de “racistas” e “tribalistas”; levando-os, também, a preconizar a necessidade de formação de uma frente unitária capaz de reunir ao seu redor as diversas sensibilidades tribalistas de Angola, e que, acto contínuo, as diluísse, gradualmente, numa consciencialização univalente, isto é: nacional.

A noção crescente por parte da cúpula do MPLA relativamente aos défices que poderiam advir decorrentes da formação de frentes de luta puramente e integralmente tribalistas, tolhendo um bom espraio do conflito belicoso, bem como o conhecimento relativo das forças do inimigo, levá-los-ia à adopção de um discurso guerrista dinâmico, unitária e agremiador.

Todavia, e como sugere Mário Pinto de Andrade, a ocorrência de diversos bloqueios concomitantes no seio das estruturas societárias intervenientes no esforço armado, desvelaria, pondo a descoberto, inúmeras contradições operantes fruto da ausência patente e fundamental de uma conscientizada sociologia de guerra.

A explosão de variadíssimas situações de conflitualidade, características das muitas diferenciações socio-étnicas existentes no núcleo do MPLA, assumiria a médio longo prazo uma postura assaz pestilenta passível de infestar abruptamente toda a organização e, conseqüentemente, a própria *praxis* levada a cabo. Andrade elencaria as principais causas que estariam detrás daquele manancial de precariedades que abalariam, de forma indubitável, as fundações em que assentaria o complexo partidário:

- a) antes de mais, uma nítida insuficiência concernente à compreensão geral das características intrínsecas das forças sociais existentes em Angola;
- b) haveria, também, uma notada ausência ideológica que deveria ter em conta as funcionalidades derivadas da própria dinâmica de guerra e que fosse igualmente susceptível de corporizar os mais fulcrais obectivos bélicos na sua matriz;
- c) ausência de um fluxo corrente e constante de directivas à escala da organização;
- d) visível exiguidade relativa à penetração de uma engrenagem política no quadro dos organismos sob controle popular (comités de acção, comissários políticos, activistas ;
- e) pouquidade de mecanicismos claramente democráticos actuantes ao nível das instituições;

f) propalação errónea sobre o verdadeiro grau relacional entre as forças militares e o poder político.¹⁶¹

Tamanhas contradições explicariam, diz-nos Andrade, o porquê da impossibilidade e das enormes dificuldades sentidas pelo MPLA em levar avante a guerra generalizada. *“Será pois necessário ter em conta aqueles problemas para compreender as contradições em curso: urge proceder à auto-crítica revolucionária, para reconhecer que o MPLA carece actualmente dos instrumentos ideológicos e estruturais para levar a cabo a guerra generalizada, popular e prolongada de libertação nacional.”*¹⁶²

Segundo o sociólogo angolano, aqueles “instrumentos ideológicos” deveriam ser concebidos em plena praxis: *“Se tais instrumentos devem ser forjados na acção prática dos militantes, eles devem ser o produto da capacidade cognitiva do real, noutros termos, da apreensão da situação objectiva.”*¹⁶³

O absentismo ideológico visivelmente percepcionado seria consequência natural e evidente duma total desconsideração daquilo que constituiria a essência das peculiaridades lobrigadas somente através do conhecimento das realidades extraídas dos factos sociais. *“ (...) as soluções ideológicas devem apoiar-se num conhecimento objectivo da realidade social. Em suma, a sociologia é uma força ideológica activa, do mesmo modo que a ideologia é uma potente alavanca social.”*¹⁶⁴

A sociologia de guerra assumiria, de facto, uma posição privilegiada como fonte de variadíssimos elementos potenciadores de meditações teóricas e, acto contínuo, aptos a auxiliarem a constituição morfológica do corpo de uma potencial ideologia agregadora.

Assim sendo: *“A composição social dos primeiros motores de contestação da ordem colonial, as motivações que levariam os grupos sociais a empenhar-se na guerra, o papel desempenhado por uns e outros no seu desencadeamento e ao longo do*

¹⁶¹ Para uma melhor compreensão das condicionantes que estariam por trás de algumas debilidades enfrentadas pelo partido, ver: Mário Pinto de Andrade, “Sociologia da guerra e ideologia do movimento de libertação nacional- manuscrito”, 1971, p. 3. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04333.009.001#14>, consultado em Agosto de 2016.

¹⁶² Idem, “Sociologia da guerra e ideologia (Contribuição ao debate sobre a crise actual do MPLA)”, 1971, p. 2. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04338.005.001#12>, consultado em Agosto de 2016.

¹⁶³ Idem, ibidem.

¹⁶⁴ Idem, idem, p. 7. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04338.005.001#17>, consultado em Agosto de 2016.

seu desenvolvimento histórico, os fenómenos de conscientização por eles engendrados, ao nível da sociedade global, os conflitos nascidos da mobilidade vertical no seio dos grupos, a questão da integração nacional face à atenuação ou ao revigoração dos particularismos de carácter étnico - tais são alguns dos temas essenciais do campo sociológico de guerra.”¹⁶⁵

Não obstante, Andrade deduziria do discurso perpetrado pelos dirigentes partidários uma total e incompreensível irrelevância perante uma preocupação que visasse mitigar o patente desconhecimento reinante nas cúpulas do partido sobre aquilo que seriam as realidades socio-quotidianas operantes e fulcrais para um mais abrangente conhecimento das dinâmicas actuates numa conjuntura de guerra.

Sobre o discurso de abertura da reunião plenária do Comité Director do MPLA, em Kitexe II, a 28 de Setembro de 1971, perpetrado pelo presidente do partido, Agostinho Neto, que enfatizaria a inexistente preparação ideológica da militância do partido, salientaria Andrade: *“De certo, os passos mais significativos deste discurso constituem a rigorosa constatação das carências ideológicas do movimento. Mas repetimos: descrever as manifestações dos fenómenos é a démarche intelectual inversa de destrinçar as suas raízes.*”¹⁶⁶

Não seria de estranhar, portanto, os frequentes apelos emitidos por Andrade: *“É tempo, com efeito, de submetermos a guerra de libertação nacional, assim como o movimento político que a dirige, a uma análise sociológica concreta com o fim de fornecer as bases ideológicas para uma constante correcção da nossa praxis.*”¹⁶⁷

Subentender-se-á, destas palavras, uma estreiteza patente face a uma ordem conceptual de sociologia participante, ou, pelo menos, a obrigatoriedade de um amplo conhecimento científico das leis sociais que actuariam sobre a luta perpetrada, isto é: embora Andrade fosse bastante peremptório, afirmando a sua não intencionalidade em afirmar continuamente as potencialidades de uma sociologia participante, admitindo, até, os benefícios analíticos fruto de um maior distanciamento temporal, não deixaria de elencar as prerrogativas advindas de um conhecimento adquirido na prática, nem de desmistificar a ideia de que a análise sociológica deveria recair obrigatoriamente sobre

¹⁶⁵ Idem, ibidem.

¹⁶⁶ Idem, idem, p. 4. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04338.005.001#!4>, consultado em Agosto de 2016.

¹⁶⁷ Idem idem, p.7. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04338.005.001#!7>, consultado em Agosto de 2016.

observadores não-engajados; inversamente, enfatizaria as diversas vantagens derivadas de um olhar inerentemente engajado e, porque participante, integralmente conhecedor. *“Il n’est pas dans nos intentions de nous attarder sur la viabilité d’une sociologie participante, permettant aux acteurs sociaux le détachement nécessaire et indispensable pour réfléchir sur leur pratique. Mais l’on ne saurait prétendre que la sociologie des révolutions, mutations dans l’ordre des sociétés et de l’histoire, doit être obligatoirement le fait d’observateurs non engagés dans le processus libérateur. Si la sociologie se fixe pour objectif «l’étude des lois sociales à divers rayons d’action et embrassant des phénomènes sociaux plus ou moins simples», il est clair que ce processus requiert sa connaissance scientifique”*¹⁶⁸

Esta reflexão andradiana encontraria um fortificado respaldo na teórica destrinchada por Amílcar Cabral, que iria influir de forma indubitável sobre a metodologia sociológica desenhada por Andrade. *“Mário Pinto de Andrade apoia a sua análise sociológica sobre a libertação nacional, a guerra e a revolução, nos estudos teóricos de Amílcar Cabral e na experiência histórica da Guiné-Bissau. O sociólogo angolano retoma algumas reflexões teóricas de Amílcar Cabral sobre a luta de libertação nacional, sobretudo as ligadas com: (a) o conceito de praxis como “campo privilegiado da reflexão teórica”, sujeito a adaptações e correcções em função da experiência (...)”*¹⁶⁹

Mário Pinto de Andrade matizaria frequentemente a extrema proficuidade da disciplina sociológica e da sua utilização rumo à construção de uma ideologia passível de guiar um determinado núcleo de agentes que almejassem um mesmo fim; constataria o papel congregador emanado pela parafernália ideológica, definindo-a como uma meditada congregação de premissas, reflexo imediatista das aspirações de um conjunto populacional empenhado num qualquer objectivo colectivo que projectasse na sua abrangência os anseios comuns, tendo como ponto culminar uma integral mutação paradigmática de qualquer mecanismo constitutivo da engrenagem social ou, quiçá, uma

¹⁶⁸ Tr: “Não é nossa intenção demorar sobre a viabilidade duma sociologia participante, permitindo aos actores sociais o distanciamento necessário e indispensável para reflectir sobre a sua prática. Mas não se pode pretender que a sociologia das revoluções, mutações na ordem das sociedades e da história, deva ser obrigatoriamente o facto dos observadores não engajados no processo libertador. Se a sociologia se fixa por objectivo a diversos patamares da acção e abraçando fenómenos sociais mais ou menos simples, é claro que este processo requer o seu conhecimento científico.” in: Mário Pinto de ANDRADE, Amílcar Cabral, *Essai de Biographie Politique*, Paris, Maspero, 1980, p. 105.

¹⁶⁹ Victor KAJIBANGA, *A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade: uma introdução ao estudo da vida e obra do primeiro sociólogo angolano...*, p.161.

globalizante alteração de toda a ordem social vigente. *“Podemos definir a ideologia como um sistema de ideias elaborado teoricamente e traduzindo os interesses e os objectivos de massas (de gente) de importantes grupos sociais. O carácter generalizado dos princípios que ela exprime permite-lhe arrastar grupos inteiros e não indivíduos isolados, isto é, exercer a sua função social. Eis a função da ideologia: definir os objectivos e as tarefas de actividade de grandes grupos sociais, ou de sociedades inteiras, e estimular as acções organizadas das massas em vista da sua realização.”*¹⁷⁰

Segundo Andrade, para que a ideologia progressista pudesse intervir prontamente e em moldes diligentes sobre toda a logística organizacional de uma determinada sociedade, deveria espelhar de forma assaz explícita os laços relacionais e os comportamentos sociais reais ali vislumbrados.

Na sua génese, a metodologia sociológica do marxismo, que influiria retumbantemente sobre a teorética andradiana, partiria duma análise materialista da história, ou, por sua vez, seria uma análise materialista da história que culminaria numa sociologia. Não seria por acaso que Lenine alvitaria à militância revolucionária uma alargada colecta de informações que considerasse todas as distintas secções da sociedade e suas respectivas especificidades de maneira a melhor conceber a realidade local e, consequentemente, melhor definir o processo político de forma a fazer espaiar a sua ideologia; ao retratar eficazmente os processos relacionais sociais reais, a ideologia da revolução exerceria a sua funcionalidade socialmente interventiva e poria a descoberto a relação dialéctica vislumbrada entre o par sociologia-ideologia do marxismo-leninismo.¹⁷¹

Como vimos, o método sociológico de Andrade, tal como o de Cabral, servir-se-ia, acentuadamente, das engrenagens desenvolvidas pela teorética marxista; todavia, o câmbio verificado nas suas asserções, derivado de um notado amadurecimento interpretativo, iria desvelar alguns défices ali existentes aquando da sua utilização num contexto “novo”, cenário de especificidades e dinâmicas comportamentais próprias, ou seja: ao não observar as idiossincrasias africanas, as elucidações inculcadas pela

¹⁷⁰ Mário Pinto de ANDRADE, “Sociologia da guerra e ideologia (Contribuição ao debate sobre a crise actual do MPLA)”..., p. 6. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04338.005.001#16>, consultado em Agosto de 2016.

¹⁷¹ Sobre o assunto em questão, ver: Idem, ibidem.

sociologia “marxiana”¹⁷², raciocionadas para uma ambiência conjuntural europeia, seriam insuficientes no auxílio demandado pela intelectualidade colonizada com o intuito de proceder à construção ideológica, secundando-se da disciplina sociológica elaborada naqueles moldes. Segundo a cachimónia andradiana, não existiria para a luta que conduzisse à libertação uma única estrutura esquemática pré-concebida; contrariamente, ascender ao conjunto de leis universais seria o culminar de um processo que assentaria as suas bases sobre a arrogação de determinadas situações peculiares e concretas, isto é: embora mantivesse a ideia da relevância fulcral das leis de carácter mais universalista, daria pujante preeminência à absorção consciente das realidades concretas do lugar sob análise. *“É uma tese inovadora e um momento de ruptura com a tradição da sociologia marxista, onde aliás se filia o seu pensamento sociológico. Tradicionalmente, a sociologia marxista da revolução faz ênfase ao estudo das leis universais e das regularidades mais gerais. Neste domínio, a ruptura de Mário Pinto de Andrade com a sociologia marxista da revolução é inequívoca (...) Em síntese, a plataforma metodológica de Mário Pinto de Andrade no estudo da luta de libertação nacional, assenta na compreensão do singular e do geral, com vantagem para o primeiro.”*¹⁷³

Sobre o miolo discursivo de Andrade formigariam variadíssimas teses laudatórias que insistiriam na importância das demais revoluções existentes no mundo como fontes de referência e influência para o *modus operandi* espalhado na “África lusa” - é o caso vietnamita e as suas observadas proximidades e óbvias analogias face ao ocorrido na Guiné, por exemplo. Porém, Andrade não se cansaria de acentuar a primordialidade que deveria ser dada às efervescências geo-sociais locais para uma melhor compreensão das reais potencialidades desembocadas da confrontação bélica e que iriam influir directamente sobre a construção ideológica, já que o seu conhecimento permitiria adequar uma ou outra estratégia que fosse deficitária e destituída de uma feição realmente operante de maneira a melhor redireccionar a luta, possibilitando a médio trecho um mais benfazejo desenrolar guerrista. *“O que quer dizer que para atingir a universalidade o capital de conhecimentos deve alimentar-se de dados*

¹⁷² Para uma melhor percepção da relação Marx/Engels e a questão africana, ver: Karl MARX e Friedrich ENGELS, *Sobre o Colonialismo*, Vol. I e II, Lisboa, Estampa, 1978; Edgar VALLES, *África: colonialismo e socialismo*, Lisboa, Seara Nova, 1974; Igor ANDREEV, *Karl Marx, o marxismo e a África*, Moscovo, Nóvosti, 1986;

¹⁷³ Victor KAJIBANGA, *A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade: uma introdução ao estudo da vida e obra do primeiro sociólogo angolano...*, pp. 156-157.

*específicos. As condições do lugar e do momento favoráveis fornecem os correctivos à táctica e mesmo à estratégia.”*¹⁷⁴

Para concluir, e a meu ver, seria evidente o carácter arrivista por detrás da elaboração ideológica; a análise sociológica derivada do esmiuçar dos factos sociais variaria consoante a natureza e os consequentes intuitos do agente interpretativo, e, acto contínuo, tornaria exequível numa mesma conjuntura o espraio de diversas ideologias organicamente distintas que, embora coexistissem, partiriam de realidades diametralmente opostas. Mário Pinto de Andrade sabê-lo-ia, ele estaria ciente da grande volatilidade da análise levada a cabo pela sociologia, o que explicaria a sua matutina invectiva dirigida à ideologia colonialista que preconizava a “salutar” teoria lusotropicalista.¹⁷⁵

4.4. A influência da teoria de Amílcar Cabral na concepção sociológica de Mário Pinto de Andrade

É certa e visível a famigerada admiração exercida por Cabral sobre Andrade; este último apelidaria a sua geração, repetindo-o proficuamente, como a “Geração de Cabral”, por ser Amílcar o mais ilustre dentre eles.¹⁷⁶ Não será de estranhar, portanto, o relevo constante dado por Andrade a Cabral na sua obra.

Na senda da logicidade acima aduzida, Víctor Kajibanga referirá, não poucas vezes, a longitudinal influência operada pelos moldes metodológicos cabralianos sobre Mário Pinto de Andrade; tal incidência perscrutar-se-á, sobretudo, e como já terá sido alvo de inumeráveis menções, na análise sociológica das especificidades dos povos nativos e no conhecimento das realidades que, directa ou indirectamente, influiriam sobre as realidades locais e que levariam, subsequentemente, a um mais alargado conhecimento dos cenários de guerra.

¹⁷⁴ Mário Pinto de ANDRADE, *A Guerra do povo na Guiné-Bissau*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1975, p. 9.

¹⁷⁵ Idem, “Qu’est-ce que le “lusotropicalismo”?”, *Présence Africaine*, Paris, nº4, Out-Nov 1955, pp. 24-35. Disponível em: < <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04330.008.006#!1>>, consultado em Agosto de 2016.

¹⁷⁶ Michel LABAN, *Mário Pinto de Andrade: Uma entrevista dada a Michel Laban...*, p. 69.

Poderíamos elencar uma série de teoremas ideológicos que se reflectiriam tunicamente sobre a formação ideológica cabraliana; também naquilo que concernia à estratégia militar insurreccional, vários casos paradigmáticos espelhar-se-iam sobre a situação levada a cabo na Guiné-Bissau pelas forças do PAIGC: fosse o caso chinês e os respectivos ensinamentos de Mao Tse-Tung, o exemplo cubano ou argelino, fosse o caso vietnamita, todos eles, emaranhados, constituiriam referências óbvias, mormente aquele último¹⁷⁷. *“L’expérience révolutionnaire du Vietnam s’est étroitement apparentée à celle des pays africains qui ont conduit une lutte armée de libération nationale. Par certaines caractéristiques de la société vietnamienne, son ancienne situation coloniale, l’idéologie qui a orienté la lutte de son peuple, enfin, par les conséquences historiques au niveau du rapport de forces international engendré par ses victoires, il est naturel que la théorie et la pratique du Vietminh aient constitué la source principale d’inspiration du project révolutionnaire en Guinée-Bissau.”*¹⁷⁸

Amílcar Cabral assimilaria todo e qualquer assomo susceptível de actuar directamente sobre a mutação da ordem orgânico-social africana, importando, para o efeito, algumas concepções; todavia, convirá notar, Cabral teria repetidamente em conta as indelevelmente enraizadas características do povo africano. *“Eu posso ter a minha opinião sobre vários assuntos, posso ter a minha opinião sobre a forma de organizar a luta, de organizar um partido, opinião que aprendi, por exemplo, na Europa, na Ásia, até mesmo noutros países de África, nos livros, em documentos que li, com alguém que me influenciou. Mas eu não posso pretender organizar um partido, organizar uma luta de acordo com aquilo que tenho na cabeça. Tem de ser de acordo com a realidade concreta da terra.”*¹⁷⁹

Segundo Aristides Pereira, ainda que as influências marxistas fossem evidentes em Cabral, ele não seria comunista. *“A resposta é que não era nem marxista nem um seguidor marxista. Ele utilizava o método de análise marxista, é certo, mas ele tinha a sua convicção própria. (...) Para ele, ter ideologia não era ser comunista, socialista, ou*

¹⁷⁷ António TOMÁS, *O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral...*, pp. 158-159.

¹⁷⁸ Tr: *“A experiência revolucionária do Vietname é estreitamente aparentada com a dos países africanos que conduziram uma luta armada de libertação nacional. Por certas características da sociedade vietnamita, a sua antiga situação colonial, a ideologia que orientou a luta do seu povo, enfim, pelas consequências históricas ao nível da relação de forças internacional engendrada pelas suas vitórias, é natural que a teoria e a prática do Vietminh tenham constituído a fonte principal de inspiração do projecto revolucionário na Guiné-Bissau.”* in: Mário Pinto de ANDRADE, *Amílcar Cabral, Essai de Biographie Politique ...*, p. 97. A este respeito, ver também: Idem, *A Guerra do povo na Guiné-Bissau...*, p. 9-13.

¹⁷⁹ Amílcar CABRAL, *Alguns princípios do partido*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 43.

mesmo capitalista. (...) Ter ideologia para Cabral, era saber o que se queria em determinadas condições da nossa luta ou da nossa vida.”¹⁸⁰

Daquilo que terá sido elencado, conclui-se ser a teorética conceptual andradiana uma circunscrição onde diversificadas ideologias se dissolveriam entre si; daí resultaria um sumo coerentemente esquematizado ao qual se incorporariam os aspectos locais, sem os quais seria inexequível elaborar uma matriz capaz de levar a bom porto a luta pela independência em curso. Andrade enfatizaria reiteradamente a originalidade do pensamento de Cabral. “*Dépouillée de tout dogmatisme, la pensée d’ Amílcar Cabral se caractérise par une constante créativité.*”¹⁸¹

Amílcar encararia a *praxis* enquanto cenário privilegiado para a maturação de meditações teóricas capazes de proceder a relevantes e essenciais mutações. “*Cabral a bâti une théorie politique sur la praxis sociale menée en Guinée-Bissau et aux Îles du Cap-Vert. La formulation des concepts qui deviendront opératoires s’éclaire à partir d’une histoire se faisant dans le fracas des armes. Cet ancrage dans les vivantes réalités, l’exigence intellectuelle de les connaître en profondeur pour dégager les voies du progrès demeurent la préoccupation majeure du secrétaire général du P.A.I.G.C.*”¹⁸²

O conhecimento prático das ocorrências durante as confrontações belicistas prestariam um proeminente auxílio a Amílcar Cabral na compreensão de alguns desvios verificados no seio das populações sob o controle do PAIGC: “*L’explication culturelle de ces déviations réside, pour Cabral, dans le conflit au niveau des mentalités entre la survivance des anciennes superstructures et les idées modernes.*”¹⁸³

O líder do PAIGC procuraria, contudo, açambarcar as condicionantes socio-económicas existentes e, partindo daí, fundamentar os comportamentos desviantes; o estudo daqueles factores visivelmente interventivos e responsáveis pela assunção de

¹⁸⁰ José Vicente LOPES, *Aristides Pereira: minha vida, nossa história*, Praia, Spleen, 2012, p. 172.

¹⁸¹ Tr: “*Despojado de todo o dogmatismo, o pensamento de Amílcar Cabral caracteriza-se por uma constante criatividade.*” in: : Mário Pinto de ANDRADE, *Amílcar Cabral, Essai de Biographie Politique* ..., p. 138.

¹⁸² Tr: “*Cabral construiu uma teoria política sobre a práxis social conduzida na Guiné-Bissau e nas Ilhas de Cabo Verde. A formulação dos conceitos que se tornarão operatórios esclarece-se a partir duma história que se faz no fragor das armas. Esta ancoragem nas realidades vivas, a exigência intelectual de as conhecer em profundidade para disponibilizar as vias do progresso permanecem a preocupação maior do secretário geral do P.A.I.G.C.*” in: Idem, *ibidem*.

¹⁸³ Tr: “*A explicação cultural destes desvios reside, para Cabral, no conflito ao nível das mentalidades entre a sobrevivência de antigas superestruturas e as ideias modernas.*” in: Idem, *idem*, p. 112. E em linha com tal afirmação, ver ainda: Idem, *idem*, pp. 119-120.

alguns problemas fá-lo-iam conhecedor das práticas localizadas e, acto contínuo, ampará-lo-iam na elaboração dum manancial que congregaria, entre outras coisas, os princípios do partido. A respeito do tal manancial, *As palavras de ordem*, diria Mário Pinto de Andrade: *“Répartis en huit chapitres, “Les Mots d’Ordre” sont tout à la fois un clair exposé des principes politiques, un ensemble de directives pour la praxis sociale, une critique des conduits déviantes des responsables et un cadre de référence pour l’explication et la solution des problèmes dans le cours de la guerre. Saisir à chaque moment la réalité dynamique, tirer les leçons des erreurs et des victoires, penser pour agir et agir pour mieux penser - ce ne sont pas là de simples formules frappantes pour les besoins de la rhétorique révolutionnaire, mais l’expression de l’unité dialectique de la pensée et de l’action.”*¹⁸⁴

Amílcar Cabral inculcaria a pertinácia ocasionada por um maior conhecimento das excrescências orgânicas do colonialismo, do neocolonialismo, do imperialismo e, claro está, da natureza intrínseca do colonialismo português¹⁸⁵, para uma mais completa e sagaz construção teórica capaz de solucionar e franquear obstáculos abruptos surgidos em pleno cenário belicoso - algo que também influiria sobre Andrade.

Chamaria a atenção para a necessidade imperial em destrinçar o conceito de imperialismo, de dominação imperialista; dir-nos-ia, na esteira de Lenine, que o capitalismo amadurecido levaria à assunção do imperialismo, que mais não seria do que a concentração enormíssima do capital financeiro em empresas monopolistas dos países capitalistas. Afirma veementemente que o capital financeiro representado pela banca e pelos monopólios enfrentaria um excruciante duelo com o capital de livre concorrência e que, indubitavelmente, aquele sairia vencedor, isto é: o imperialismo.

Este novo faseamento económico existiria, portanto, nos países capitalistas tornados imperialistas, que se debateriam entre si, abertamente ou não, pacificamente ou não, de forma a controlarem um maior número de matérias-primas e mercados, o que, acto contínuo, levá-los-ia à dominação colonial.

¹⁸⁴ Tr: “Repertido em oito capítulo, “Les Mots d’Ordre” é simultaneamente uma clara exposição dos princípios políticos, um conjunto de directivas para a práxis social, uma crítica das condutas desviantes dos responsáveis e um quadro de referência para a explicação e a solução dos problemas no curso da guerra. Aproveitar a cada momento a realidade dinâmica, tirar lições dos erros e das vitórias, pensar para agir e agir para melhor melhor pensar - não são simples formas notáveis para as necessidades da retórica revolucionária, mas a expressão da unidade dialéctica do pensamento e da acção.” in: Idem, idem, pp. 113-114.

¹⁸⁵ Realativamente à problemática em questão, ver: Idem, *A Guerra do povo na Guiné-Bissau ...*, pp. 23-27.

Cabral dá-nos conta, de forma reiterada, das idiossincrasias colonialistas do imperialismo. “ (...) à criação dos monopólios no interior dos países capitalistas corresponde a monopolização das colónias, a conquista das colónias, a sua monopolização pelos países imperialistas.”¹⁸⁶

No que concerne à dominação imperialista e aos consequentes efeitos sobre o complexo social e o processo histórico dos povos dominados, verificaria Cabral a existência de uma dualidade terminológica com efeitos práticos, isto é: se por um lado temos uma dominação directa, onde o poder político e as restantes entidades de administração e segurança são integradas por forças unicamente estrangeiras, estamos perante um colonialismo clássico; por outro lado, se a dominação for indirecta, ou seja, um poder institucional integrado maioritariamente por entidades autóctones que, por sua vez, fariam parte constitutiva da burguesia local - desenvolvida a partir de uma burguesia burocrática - anelada às classes político-económicas dominantes do, ou dos países dominadores, chamar-se-ia neocolonialismo.¹⁸⁷

Amílcar Cabral dá-nos conta do aumento relevante das forças produtivas em países sob a batuta do neocolonialismo, despertando a dinamização social e a consequente conflitualidade entre distintas camadas sociais nativas, criando a sensação ilusória de que o processo histórico teria voltado à sua normalizada via evolutiva: “Essa ilusão é reforçada pela existência de um poder político (Estado Nacional) integrado por elementos nativos. Apenas uma ilusão, porque, na realidade, o enfeudamento da classe “dirigente” do país dominador, limita ou inibe o pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais.”¹⁸⁸ - enquanto que, no que ao colonialismo clássico concerniria, percepcionar-se-ia uma patente suspensão relativamente à evolução desse referido processo.

Haveria, também, um carácter plurívoco face à luta a levar a cabo: a acreditar nas palavras preconizadas pelo dirigente máximo do PAIGC, a luta contra o imperialismo propriamente dito conduzir-se-ia no interior dos próprios países imperialistas; por sua vez, a luta que obstasse a dominação imperialista deveria ser conduzida dentro dos países dominados.

E Portugal era ou não um país imperialista? Amílcar Cabral diz-nos que não.

¹⁸⁶ Amílcar CABRAL, *A Arma da Teoria*, Vol. VII, Bissau, Departamento de Informação Propaganda e Cultura do CC do PAIGC, 1984, p. 52.

¹⁸⁷ Idem idem, pp. 38-39.

¹⁸⁸ Idem, idem, p. 40.

Portugal, segundo o líder africano, seria “um país colonialista atrelado ao imperialismo” e não um país propriamente imperialista. Referiria a precariedade da tessitura económica portuguesa e as suas muitas tibiezas, incompatíveis, portanto, com a infra-estrutura necessária para que um país pudesse ser considerado imperialista.

Portugal manteria os seus territórios africanos, mesmo face às inúmeras investidas perpetradas pelas poderosas potências, pela simples razão de que teria recebido manifesto apoio inglês, já que seria para estes evidente a arrogação no que à exploração das colónias lusas diria respeito - esta situação semi-colonial perpetuar-se-ia muito para além da Conferência de Berlim.

Para Cabral, Portugal não passaria de um polícia da exploração imperialista em África, e não uma potência imperialista propriamente dita; para o efeito, aduziria a realidade factual da empresa económica portuguesa, onde, de forma clara, haveria uma notável penetração de agentes económicos estrangeiros. Relembraria, ainda, que mais de 69% das exportações de Angola e Moçambique destinar-se-iam a países realmente imperialistas, tais como a Inglaterra e os Estados Unidos da América, e não a Portugal.

Portanto, poderemos considerar por dominação imperialista todos os países ou povos não-capitalistas dominados económico-politicamente pelo imperialismo ou por potências não-imperialistas que fossem intermediárias do imperialismo, como, por exemplo, o já mencionado caso português.

O dirigente africanista transmitir-nos-á a premissa chave de que a recusa portuguesa face a uma potencial descolonização se daria devido à auto-consciencialização relativamente ao défice que envolveria as protuberâncias estruturais da sua empresa económica e que, assim sendo, não poderia encetar uma linha operativa neocolonizante em seguida. *“É preciso compreender que Portugal não pode realizar um processo de descolonização porque não pode pretender neocolonizar. É um país bastante atrasado para poder neocolonizar.”*¹⁸⁹

Respalado por Cabral, Mário Pinto de Andrade referiria também, amiúde, a primitividade do complexo colonialista luso.

Vimos, portanto, o capital relevo concedido por Amílcar Cabral ao emparelhamento sistemático do método sociológico para daí extrair os conhecimentos necessários que lhe facultassem os mecanismos cruciais à constituição da sua teórica.

¹⁸⁹ Amílcar CABRAL, *A Arma da Teoria*, Vol.VII..., p. 54.

*“Mais là où agronomes, géographes et autres spécialistes (même politiquement hostiles) ne retiennent que les observations purement scientifiques de l’enquête objective, Cabral fait une saisissante lecture des communautés villageoises. (...) A ses yeux, il ne s’agissait pas seulement de recenser, par exemple, la production agricole de la Guinée coloniale, mais surtout d’approfondir l’analyse des structures socio-économiques, de situer le stade de développement social et culturel, de démonter les mécanismes d’exploitation, bref de connaître la réalité historique de son peuple.”*¹⁹⁰

4.5. A sociologia de um sociólogo militante: Mário Pinto de Andrade e as particularidades dos povos colonizados

A “geração de Cabral”¹⁹¹ faria face às imposições tácitas ou implícitas da avantesma colonial; a ubiquidade colonialista moldaria os homens e os seus objectivos primeiros, fazendo imperar a sua ideologia e a sua matiz pejada por laivos hierarquizantes onde, de forma incontestável, a preponderância social conectar-se-ia com questões de natureza fenotípica. A natural ordem extensiva das coisas perpetrada pela intelectualidade protonacionalista africana em solo sob a alçada lusa, intelectualidade essa legalista e, portanto, desenhada sob as limitações imperiais, seria quebrada por uma nova aglomeração geracional que beberia da mesma fonte que Fanon ou Césaire; o momento candente de ruptura desvelaria um *modus operandi* morfologicamente mais agressivo e organicamente mais informado sobre as diversas formas de conduzir um território sob o jugo colonial à independência. A este respeito, dir-nos-ia Andrade: *“Mas o protonacionalismo, na sua essência, foi produtor de um discurso com uma finalidade ilusória: assumindo-se como negros cultos, no molde*

¹⁹⁰ Tr: *“Onde os agrónomos, geógrafos e outros especialistas (mesmo politicamente hostis) não retêm senão observações puramente científicas da investigação objectiva, Cabral faz uma impressionante leitura das comunidades camponesas. (...) A seus olhos, não se tratava somente de identificar, por exemplo, a produção agrícola da Guiné colonial, mas sobretudo de aprofundar a análise das estruturas socio-económicas, de situar de desenvolvimento social e cultural, de desmontar os mecanismo de exploração, em resumo de conhecer a realidade histórica do seu povo.”* in: Mário Pinto de ANDRADE, *Amílcar Cabral, Essai de Biographie Politique ...*, pp. 67-68.

¹⁹¹ “Uns chamam-lhe a «geração de 50», por causa do movimento da Mensagem, da literatura; eu poderia chamá-la a «geração dos anos 20», porque nós nascemos todos entre 20 e 30, ou então, muito simplesmente, a «geração de Cabral», para me referir ao mais ilustre de nós (...)” in: Michel LABAN, *Mário Pinto de Andrade: Uma entrevista dada a Michel Laban...*, p. 44.

ocidental, sujeitos da nação portuguesa e legalistas, esses ideólogos, por condições históricas conducentes à imaturidade na sua análise, não tinham atingido o grau crítico de compreensão lógica do sistema colonial português. E aí reside, precisamente, o ponto de ruptura que será expresso pela geração que fará a sua entrada na cena da história, nos anos imediatos à segunda guerra mundial.”¹⁹²

Segundo Gramsci, ao intelectual interessado na mutação revolucionária da ordem social competiria a construção de conhecimento tendo em linha de conta o cômputo referente às especificidades do elemento popular; as equações gramscianas seriam seguidas à regra por Mário Pinto de Andrade. O sociólogo angolano embrenhar-se-ia no estudo sociológico sistematizado das populações e elaboraria conhecimento, objectivando, ao invés de asseverações írritas, a demonstração cabal das idiossincrasias dos povos que, embora estivessem sob a alçada colonial, não deixariam de conter em si um processo de visível efervescência socio-cultural, capaz de os situar numa posição de dianteira em simultaneidade face a outras expressões culturais até então julgadas “superiores”, isto é: as de tradição cultural ocidental branca. Andrade alertaria ainda para os potenciais cenários surgidos no seio das sociedades colonizadas derivados da política imperial de assimilação.

Fruto da época e dos contactos estabelecidos em primeiríssimo grau com figuras tutelares do movimento, a teórica sociológica andradiana estaria impregnada por conceitos próximos da ideologia da negritude - próximos no aspecto em que tal conceptualização estaria por detrás da sua consciencialização concernente a muitos dos opróbrios enfrentados pelos povos negros - todavia, e na esteira de Fanon, não deixaria de matizar as debilidades decorrentes dum olhar generalizado sobre as culturas negro-africanas como um todo indivisível, em detrimento das partes possuidoras de uma identidade própria, debilidades que, a breve trecho, poderiam condicionar a boa prossecução das lutas armadas levadas a cabo por diferentes países. “ (...) *as possibilidades duma renascença negro-africana só podem ser encaradas numa situação política de independência nacional. Todas as renovações culturais da história se colocam a prazo mais ou menos longo em termos duma emancipação levada a cabo pelos interessados.*”¹⁹³

¹⁹² Mário Pinto de ANDRADE, *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961...*, p. 186.

¹⁹³ Idem, “Cultura negro-africana e assimilação”..., p. 2. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04306.002.002#12>, consultado em Junho de 2016.

Arremeteria a sua atenção epistemológica à resolução da problemática advinda da assimilação da matriz ocidental pelos povos colonizados e de suas consequências patentes na cultura negro-africana. Andrade depreenderia da relação secular Europa-África um enorme prejuízo para esta última face aos assenhoreamentos levados a cabo pelos europeus, isto é: o poder colonial relegaria para segundo plano as tradições socio-económicas, socio-culturais e linguísticas ali existentes aquando da sua chegada, coagindo-os a uma antagónica mundividência socio-estrutural através do poderio político-militar.

A “salutar” tarefa de fazer chegar aos povos incivilizados a palavra de Cristo e uma cultura pretensamente superior, assimilando-os, levaria à destruturação do organigrama societário - de ressaltar que apenas uma minoritária elite teria acesso às “benesses” propaladas pelas esferas colonialistas. Dir-nos-ia Andrade que a questão da assimilação¹⁹⁴ seria aduzida pela entidade metropolitana como que contendo em si tacitamente um vale que escancararia as portas do superior conhecimento aos negros-africanos assimilados. *“No caso português, a assimilação apresenta-se como uma receita mágica (a única) que permite fazer sair o indígena, o negro-africano, “das trevas da sua ignorância” para entrar no santuário do saber. Uma forma de passagem do não-ser ao ser cultural, para empregar a linguagem de Hegel.”*¹⁹⁵

Confrontando-se com uma série de inquirições emanadas pela possibilidade bicéfala de caminhos a seguir pelos assimilados, indagações essas que se prenderiam com as potenciais reacções daqueles que viveriam uma situação de grande artificialidade, dado o seu desenraizamento e a sua não pertença a parte alguma, ou seja: se, por um lado, um dos caminhos a tomar seria o aprofundamento da sua “pseudo-condição de mestiço cultural”, o outro potencial rumo seria, segundo Mário Pinto de Andrade, a demanda por assomos culturais passadistas que fossem postulado da existência de correntes consciencializadas de afirmação negro-africana subjacentes a práticas individuais ou colectivas, e que se teriam desenvolvido sincronicamente, mas em paralelo, ao método assimilativo. *“Uma tarefa se impõe, a meu ver, no momento histórico que atravessamos, para responder justamente a essas interrogações, que é a*

¹⁹⁴ Idem, Mário Pinto de Andrade, “L' Étudiant Africain et la Civilisation Occidentale”..., pp. 226-229. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04330.008.002>, consultado em Agosto de 2016.

¹⁹⁵ Idem, “Cultura negro-africana e assimilação”..., p. 6. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04306.002.002#16>, consultado em Junho de 2016.

de retomar, esquadrihar no nosso passado as correntes de afirmação, da tomada de consciência, através de atitudes individuais e dos momentos culturais que se foram desenvolvendo, diante do problema da cultura negro-africana e da assimilação.”¹⁹⁶

Andrade centraria o seu estudo sobre o folclore bantu, onde, segundo ele, iria encontrar os dados essenciais explanatórios das singularidades negro-africanas e, mais concretamente, angolanas: ao “esquadrihar no nosso passado as correntes de afirmação” desvelar-se-ia um alargado fluxo vocabular pululante nas línguas negras de África que serviria de base, ao longo dos tempos, ao enraizamento duma úbere literatura oral pejada por lendas, mitos, contos e provérbios, ou seja: o autor dar-se-ia conta do carácter inextirpável de certas tradições africanas que sobreviveriam, ao longo dos séculos, às inúmeras e vãs tentativas de coerção com o intuito último de as anular por parte da agência colonial. *“Ora, temos de concordar necessariamente que nessas civilizações exista também aquela aplicação do espírito às actividades do intelecto que forma a cultura. E o folclore, essa literatura anónima, confirma isto mesmo.*”¹⁹⁷

Andrade refutaria a ideia de que tais manifestações literárias não teriam sido registadas devido ao carácter esotérico assumido pela linguagem escrita no seio das comunidades negro-africanas, advogando, pelo contrário, que a motivação primacial de tal ocorrência se deveria sobretudo às cruezas torpes perpetradas pelas forças do colonialismo. *“Ainsi les cultures africaines, en général Bantoues, ne purent jamais trouver un cadre pour la fixation complete et l’épanouissement d’une littérature écrite moderne. Toutes les formes de création littéraire, émanant des peuples de cette région sont restées au stade oral et maintenues dans une sorte de clandestinité tribale.*”¹⁹⁸

O memorialismo colectivo preservaria o “capital literário negro-africano”, auxiliando aqueles que, numa incessante demanda identitária, buscariam as raízes de uma autenticidade que lhes teria sido sonegada pela colonização, levando-os à elaboração de uma série de obras frontalmente inspiradas nos folclores negros do continente. Todavia e concomitantemente “ (...) a alguns que vêm enriquecendo a

¹⁹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁷ Idem, “Folk-lore. O folclore na cultura bantu”, 1950, p. 2. Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04336.009.014#12>>, consultado em Setembro de 2016.

¹⁹⁸ Tr: “ Por isso é que as culturas africanas, em geral Bantus, não puderam nunca encontrar um cadre para a fixação completa e o desabrochamento duma literatura escrita moderna. Todas as formas de criação literária emanadas destes povos desta região permanecem no estado oral e mantidas na clandestinidade tribal.” in: Idem, “Litterature et nationalisme en angola”, *Présence Africaine*, Paris, nº41, Julh-Set, 1962, pp. 95. Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04356.009.007#13>>, consultado em Setembro de 2016.

literatura africana com obras directamente inspiradas do folclore negro (...) uma nova literatura de circunstância - em particular uma poesia - surgiu escrita nas línguas europeias.”¹⁹⁹

Esta poesia seria ela também uma emanção directa da busca pelos caracteres da mundividência negra; fosse de expressão lusófona, anglo-saxónica ou gaulesa, orientar-se-ia num único e mesmíssimo caminho; um caminho que visasse gritar as especificidades negras e respectiva ufanía, bem como a condenação dos opróbrios perniciosos praticados de forma useira e vezeira pela metrópole colonialista - no caso específico português, desmascarar-se-ia a inconsistência do discurso oficial que preconizaria uma política dinâmica e eficiente marcada por cinco séculos de saudável assimilação cultural e espiritual. *“De expressão inglesa, francesa ou portuguesa, os novos poetas negro-africanos orientam-se no sentido duma pesquisa literária “autenticamente negra” duma reivindicação do orgulho escandaloso da qualidade do ser negro. Todos, com maior ou menos felicidade, se alimentam dum só tema: a noite da opressão colonial.*”²⁰⁰

Como temos visto, o colonialismo estaria por detrás da obliteração estendida da história negro-africana, bem como da relegação dos seus actores para segundo plano e da errónea propagação da ideia de serem aquelas sociedades inorgânicas e, portanto, destituídas de manifestações culturais próprias. *“Nações europeias na sua pressa injustificada de criar a tal assimilação, têm destruído sistematicamente o fundo cultural de que a África Negra era e é possuidora. Além disso, outras, num atentado contra a história, forçam a incorporação de povos no coro dos que são lusíadas e que os seus antepassados foram à Índia.*”²⁰¹

Ainda que, por vezes, a oratória da metrópole se fizesse acompanhar por uma aceitação de determinadas peculiaridades dos cenários seculares negros já existentes, ou propalasse a constituição de um agrupamento em estado assimilativo passível de atingir um recrudescido grau cultural, a emancipação da verdadeira cultura local só se daria em plena liberdade, isto é: *“ (...) la cultura descansa necesariamente sobre instituciones*

¹⁹⁹ Idem, “Cultura negro-africana e assimilação”..., p. 8. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04306.002.002#18>, consultado em Junho de 2016.

²⁰⁰ Idem, Ibidem.

²⁰¹ Idem, “Folk-lore. O folclore na cultura bantu”..., p. 2. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04336.009.014#12>, consultado em Setembro de 2016.

sociales y políticas que se da un pueblo en plena libertad. En una palabra, la cultura tiene relaciones profundamente antinómicas con el colonialismo.”²⁰²

Socorrendo-se do método sociológico, Mário Pinto de Andrade açambarcaria um avolumado conjunto informativo relativamente às idiossincrasias culturais negras de África que o dotaria de conhecimentos que o transformariam num dos intelectuais africanos mais proeminentes do período em análise. Iremos ver, sequentemente, como é que a mesma metodologia serviria para destrinçar as particularidades inimigas e, em simultâneo, auxiliado num melhor conhecimento das realidades sociais nativas.

Acima de tudo, o que importará reter adiante será o relevo andradiano posto na disciplina sociológica, dado o sumo informacional daí derivado, que seria susceptível de melhor e mais exequívelmente auxiliar os demais líderes africanos activamente empenhados na confrontação bélica então em curso. Na esteira de Amílcar Cabral, a analítica sociológica de Mário Pinto de Andrade concernente à luta pela libertação nacional espraia o seu percurso.

A premência da absorção parcial por parte de Andrade, ou ansiadamente parcial, das componentes morfológicas que formulariam as especificidades das comunidades negras participantes na guerra, prender-se-ia com o facto de que a compreensão dessas referidas componentes ajudaria a mitigar alguns obstáculos quotidianos emergidos durante a mencionada confrontação e que poderiam condicionar em parte a boa prossecução da mesma. Daí a extrema preeminência por ele atribuída à conceptualização de *praxis*, cenário propício à meditação teórica e, consequentemente, sujeito a correcções decorrentes da experiência que, por sua vez, auxiliariam na desobstrução de determinados impedimentos de ordem étnica ou social ocorridos ao nível nuclear dos agrupamentos que fariam face às forças coloniais. Sobre o tema em questão, dir-nos-ia Andrade: *“Umas das razões da nossa incapacidade de prevenir os conflitos de ordem social e étnica (transformados em conflitos políticos) surgidos no interior dos nossos grupos reside na carência fundamental da nossa própria sociologia de guerra. Reagindo empiricamente face ao desenrolar dos acontecimentos, adaptando-se segundo as circunstâncias, procurando soluções às manifestações dos fenómenos,*

²⁰² Tr: “ (...) a cultura descansa necessariamente sobre instituições sociais e políticas que se dá a um povo em plena liberdade. Numa palavra, a cultura tem uma relação extremamente dicotómica com o colonialismo.” in: Idem, “Cultura y Lucha Armada”..., p. 1. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10197.007.008>, consultado em Julho de 2016.

não conseguimos ainda articular uma reflexão coerente - uma teoria - sobre o curso da nossa praxis.”²⁰³

Embora houvesse uma patente e óbvia heteronomia relativamente a uma inenarrável conjunção multiarticulada de matrizes de orientação de guerra de guerrilha, Andrade estaria cónscio das insuficiências daí derivadas; segundo ele, peculiaridades intrínsecas ao corpo orgânico das sociedades africanas deveriam ser levadas sumamente em linha de conta: *“Convém (...) prestar uma atenção primordial ao grau de enraizamento dos homens nas suas sociedades, à formação e modelamento da sua mentalidade, às consequências do impacto da colonização sobre o equilíbrio bio-social para compreender profundamente as mutações de comportamento no quadro da guerra.*”²⁰⁴

Assim sendo, Mário Pinto de Andrade estribaria retrospectivamente a génese dos problemas vindouros com os quais a luta pela libertação se depararia; recuando temporalmente aos primórdios da luta - os vespertinos ataques de 1961 - determinaria o quadro sociológico composicional dos agrupamentos intervenientes nessa primeira vaga. Tratar-se-iam, sobremaneira, de elementos desembocados das camadas proletarizadas e lumpen-proletarizadas de Luanda e, também, de alguns trabalhadores agrícolas provenientes das plantações coloniais, bem como de outros elementos rurais; convirá, ainda, alertar-nos-ia Andrade, não olvidar os “membros” constitutivos da denominada “pequena burguesia”, a quem se imputaria o papel de ideólogos e inspiradores do “rebentamento” da acção directa. Relativamente à análise comportamental avaliadora de determinadas práticas perpetradas por alguns dos actores do campesinato, o sociólogo angolano descortinaria aí certos comportamentos desvirtuantes: *“Colocados em postos de responsabilidade que permitem duma maneira ou doutra a manipulação dos bens financeiros ou materiais da colectividade (...) foram-se afirmando como um grupo de interesses, com as suas regras próprias, seu*

²⁰³ Idem, “Sociologia da guerra e ideologia (Contribuição ao debate sobre a crise actual do MPLA)”..., p. 10. Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04338.005.001#!10>>, consultado em Agosto de 2016.

²⁰⁴ Idem, idem, p. 11. Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04338.005.001#!11>>, consultado em Agosto de 2016.

código social e a gestão dos bens da colectividade tornou-se um negócio coberto pela cumplicidade política.”²⁰⁵

A verossimilhança do estudo sociológico andradiano franquear-nos-á matutidamente a compreensão das protuberâncias perniciosas exaladas pelo tribalismo: o estado colonial manietaria as debilidades estruturais vislumbradas entre a natividade das colónias, para que delas melhor pudesse usufruir; dessa maneira, o colonialismo teria suscitado um elevado grau de conflitualidade entre as diferentes etnias, consoante os seus interesses conjunturais.²⁰⁶

Portanto, o colonialismo, ao estar ciente das vantagens provindas das divisões internas de tribalismo, motivá-lo-ia, dando-lhe incentivos, procedendo, a título de exemplo, ao reconhecimento de determinadas etnias como verdadeiras entidades específicas dotadas de características intrínsecas; tal reconhecimento por parte das forças metropolitanas ajudaria a explicar, pelo menos em parte, o surgimento de partidos políticos de “vocação tribalista” e, conseqüentemente, as impetuosas dissensões entre eles em busca de primazia social e política.

Andrade n  deixaria de mencionar a promiscuidade advinda dos laivos tribalistas crivados na política: *“Os métodos de combinação entre etnias para a composição de direcções de partidos, sindicatos ou governos, as dosagens de influências e de equilíbrios, o princípio das coopta  es aos cargos de responsabilidade (...) Os grupos étnicos constituem, essencialmente, manifestações de oportunismo político.*”²⁰⁷

Ainda respaldado pelas reflexões teóricas de Amílcar Cabral - aquelas referentes à ideia premente de melhor conhecer as características que assentariam sobre a colonização portuguesa e, mais generalizadamente, sobre o colonialismo, de forma a melhor pelej -lo-, Mário Pinto de Andrade consertaria a sua teorética sociológica objectivando um mais abrangente conhecimento que lhe permitisse a arrogac o de

²⁰⁵ Idem, idem, p. 10. Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04338.005.001#!10>>, consultado em Agosto de 2016.

²⁰⁶ António de Spínola seguiria esta lógica do “dividir para reinar” na Guiné-Bissau, ver: Otelos Saraiva de CARVALHO, *Alvorada em Abril, Lisboa*, Livraria Bertrand, 1977, pp. 65-71.

²⁰⁷ Mário Pinto de Andrade, “Sociologia da guerra e ideologia (Contribuição ao debate sobre a crise actual do MPLA)”..., p. 15. Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04338.005.001#!15>>, consultado em Agosto de 2016.

certas valências para que, *à posteriori*, mais expeditamente destrinçassem algumas das peias coagidas pela colonização.

Andrade, enquanto prefaciador da edição portuguesa da obra de Aimé Césaire, *Discurso sobre o Colonialismo*, deixaria bem patente a sua opinião concernente ao fenómeno do colonialismo; desocultaria da escuridão as fundações que sustentariam a ideologia colonial: antes de mais, seria o colonialismo amplamente maniqueísta, isto é: dum lado, a civilização, a cultura metropolitana europeia e branca, do outro, as “trevas”, os negros e a sua não-cultura, a quem os primeiros deveriam resguardar e cultivar, trazendo-os para a luz civilizacional. Tal quadro conceptual enraizar-se-ia sobre as diversas esferas sociais e para a sua concretização teria, de forma assaz indubitável, contribuído uma política de construção ideológica que arremessaria armas na direcção duma total desumanização e desarticulação do negro e das suas qualidades específicas maturadas ao longo de séculos duma história própria, longe das influências europeias colonialistas. Sobre o colonialismo, Andrade matizaria dois aspectos essenciais da sua essência: “ (...) o de um «regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas que tem a sua origem na violência e só se sustém pela violência», e o de uma «forma moderna de pilhagem». Sendo o genocídio a forma normal, o colonialismo é portador de racismo. E é nesta gigantesca catarsis colectiva que o colonialismo desciviliza simultaneamente o colonizador e o colonizado.”²⁰⁸

Em colaboração com Marc Ollivier, publicaria Andrade em 1971 uma obra que congregaria esmiuçadamente a análise socio-económica angolana, *La Guerre en Angola. Étude Socio-Économique*. O livro referir-se-ia à conjuntura colonial da situação angolana da seguinte maneira: Angola seria uma colónia de povoamento e, concomitantemente, uma colónia exportadora de produtos primários para o mundo capitalista.²⁰⁹ Asseveraria, ainda, Andrade, que aquela caracterização da situação angolana enquanto colónia, visaria a obtenção contingente de determinados objectivos consentâneos com a estratégia traçada pela hierarquia colonial: “*Em primeiro lugar, visa o desenvolvimento do «poder branco», através do alargamento da presença da população branca em todas as actividades socioeconómicas e políticas da colónia. O*

²⁰⁸ Mário Pinto de ANDRADE, “Prefácio”, in Aimé Césaire, *Discurso sobre o colonialismo...*, p. 7.

²⁰⁹ Ver: Mário Pinto de ANDRADE e OLLIVIER, Marc, *A Guerra em Angola*, Lisboa, Seara Nova, 1974, pp. 17-96.

segundo objectivo é a exploração dos recursos minerais e desenvolvimento da indústria extractiva pelas potências metropolitanas.”²¹⁰

Ainda que por vezes titubeante, a confrontação belicista levada a cabo pelas forças de libertação danificaria a estrutura sobre a qual repousaria até aí impunemente o imperialismo: *“Enfim, as lutas de libertação nacional dos povos colonizados ou neocolonizados ameaçam as bases fundamentais do imperialismo dos monopólios atacando os lucros enormes que eles retiram da pilhagem das riquezas naturais através do mundo inteiro, e no domínio das permutas internacionais.*”²¹¹

Ainda relativamente à ideologia colonial, trataria Andrade de a desmistificar, mormente naquilo que concerniria à teorética lusotropicalista: segundo o sociólogo em menção, a génese da lusotropicalidade prender-se-ia com a necessidade portuguesa de responder às debilidades da sua colonização - tal como Cabral, Andrade prescreveria assiduamente o carácter primitivo do colonialismo português - reificando uma série de considerações sobre a sua suposta e singularizada benfazeja maneira de colonizar. Entre outras coisas, diria Andrade sobre a teoria freyriana: *“É a recusa de encarar o funcionamento do aparelho colonial como sendo uma empresa de exploração económica dirigida por um poder político que determina a fraqueza da sua teoria sociológica.”*

Conhecedor das premissas cabralianas sobre a índole constitutiva do colonialismo português e de como este teria despoletado a confrontação armada, diria Andrade: *“Foram as condições históricas, alienantes e subjugadoras, do colonialismo clássico que desencadearam a guerra do povo em África, e particularmente na Guiné-Bissau. Precisemos: o colonialismo clássico mais anacrónico e mais retrógrado, orientado por uma ideologia de domínio explicitada concretamente num racismo primitivo, o colonialismo português.*”²¹²

Portanto, e para concluir, a oratória desenvolvida por Mário Pinto de Andrade explanaria de forma totalizante as particularidades telúricas de Angola em particular, e as feições humanamente desfasadas do colonialismo em geral, ecoando preponderantemente na formulação sociológica dos termos de guerra de libertação e, acto contínuo, desconstruindo alguns dos sofismas sonoramente preconizados pelas forças colonialistas.

²¹⁰ Victor KAJIBANGA, *A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade: uma introdução ao estudo da vida e obra do primeiro sociólogo angolano...*, p. 91.

²¹¹ Mário Pinto de ANDRADE e Marc OLLIVIER, *A Guerra em Angola...*, pp. 11-12.

²¹² Mário Pinto de ANDRADE, *A Guerra do povo na Guiné-Bissau ...*, p. 15.

5. Conclusão

O presente trabalho auxiliará aqueles que pretendam descodificar na teleologia da ciência social para o período em análise uma postura bicéfala: se, por um lado, teria endossado as hostes produtoras do discurso colonialista, por outro respaldaria, encaminhando metodologicamente a teorética que suportaria muitas das reivindicações destoantes daquela argumentação primeva que matizaria, indelevelmente, a ciência social nas suas primeiras décadas.

O despertar africano ocorrido no pós II-Guerra far-se-ia acompanhar por uma recrudescente ânsia de fazer obstar aos axiomas ocidentais as até então desvalorizadas especificidades negras, capazes de efectuar a transição do “papel” atribuído ao actor negro no decorrer textual dos estudos científico-sociais nascentes, ou outros, isto é: de simples apetrecho idiossincraticamente descivilizado, destituído de uma reconhecida valorização cognitiva a quem se atribuiria uma índole altamente dúbia, passaria a peça portadora das mais diversas, maviosas e singulares características passíveis de os situar como seres históricos dignos de configurar a pirâmide onde se circunscreveriam as demais manifestações culturais provenientes de variadíssimas partes do globo; a este respeito, e aquando da publicação da sua primeira antologia poética, no sentido de recolocar equiparavelmente as expressões artísticas negras face às demais demonstrações provenientes de outras partes do globo, diria Mário Pinto de Andrade: *“Este caderno (...) não se destina pois, aos que em matéria de poesia apenas sabem esquadrinhar os exercícios formais ou àqueles que, para iludir os seus preconceitos e o seu racismo, nos acusam de racismo (...) Destina-se fundamentalmente aos que sabem encontrar-se reflectidos nesta poesia e aos que (...) entendem que os negros exercitam também os seus timbres particulares para cantar na grande sinfonia humana.”*²¹³

Assim sendo, a outrora ciência manifestamente colocada à mercê das gulodices colonialistas, bem como a sua metodologia, posicionar-se-iam, de momento, ao serviço das “penas” contrárias àquele processo desumanizante responsável pela coisificação de culturas riquíssimas com intuitos visivelmente promíscuos.

Mas, embora os emaranhados metodológicos científico-sociais emanados pelas academias ocidentais tenham servido de cânone à intelectualidade do terceiro mundo,

²¹³ Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro (org.), *Poesia negra de expressão portuguesa*, Linda-a-Velha, África Editora, 1982, p. 52.

tal não redundaria obrigatoriamente em teses conclusivas cegamente sequazes daquelas propostas pela escola ocidental; muito pelo contrário. Pese embora os pressupostos da ciência social tenham calcorreado um trilho de notória volubilidade ao longo dos anos relativamente ao seu conteúdo final, marcado por uma notória mitigação da sua componente mais racista, muitas das teses propaladas, que encerrariam em si veladas pantomimas, como aquela da antropologia clássica que denominaria o fenómeno colonial como um simplificado processo de aculturação, seriam sujeitas a exauríveis escrutínios por parte dos estudiosos oriundos de países que vivenciavam, ou vivenciaram, a verdadeira realidade da natureza colonial. *“É bem verdade, como o tinha sublinhado Malinowski, que há um aspecto “selectivo” da aculturação. Mas de modo algum se trata de um processo mecânico de adaptação recíproca de cultura indígena e da cultura ocidental. É o colonizador, são os colonos que seleccionam os elementos a conceder, e isto porque a suposta modernização se baseia na dominação. Não é por acaso que um dos que insistiu na desigualdade colonial, no aspecto ilusório e mistificador da aculturação foi o antilhense Aimé Césaire; que um dos que brandiu com mais violência a noção de terceiro mundo contra a da Europa foi Frantz Fanon, originário das Antilhas.”*²¹⁴

À ausência de uma ideologia que açambarcasse as preocupações africanas responderiam os interessados com a criação de uma série de novos modelos ideológicos susceptíveis de irmanar em si um conjunto racionalizado de questões passíveis de verosimilmente redesenhar as suas estruturações socio-económicas no quadro das ciências sociais. A negritude, a título de exemplo, ao valorizar fragorosamente as intencionalmente olvidadas - pelas obras ocidentais - manifestações culturais negro-africanas, contribuiria de forma irrevogável para a organização e posterior esmiuçamento com cunho científico das seculares e até então pouco conhecidas tradições negras; segundo Sartre, apenas e só a negritude obliteraria os tolhimentos da colonização e reencaminharia o negro rumo à salvação: *“A negritude é o tantã longínquo nas ruas nocturnas de Dacar, são os gritos vodus que saem de um respiradouro haitiano e deslizam ao rés da calçada, é esta máscara conguesa mas*

²¹⁴Gerard LECLERC, *Crítica da antropologia : ensaio acerca da história do africanismo...*, p. 163.

também este poema de Césaire (...) A negritude, para empregar a linguagem heideggeriana, é o ser-no-mundo do negro.”²¹⁵

Mário Pinto de Andrade, entre outros, exploraria as malhas possibilitadas pela negritude; embrenhar-se-ia no estudo detalhado das ocorrências literárias negras ao longo da história e, em 1953, publicaria a primeira *Antologia de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. A sua exponencial compreensão concernente a este tema dotá-lo-ia do necessário arcabouço que o tornaria vulnerável à percepção dos reais opróbrios impostos pelos colonialismo aos negros: dir-nos-ia Andrade que a colonização, ao pretender criá-los à sua imagem, faria nascer “(...) o desenraizado, sem quaisquer tradições autênticas, quer europeias quer africanas. Um tipo de homem, de novo marginal e transitório que se diluiu na mentalidade europeia, pressentindo vagamente as suas origens africanas.”²¹⁶

Andrade abordaria ainda a incapacidade por parte daqueles desenraizados em realmente compreenderem a poesia mais abertamente fundeada na complexidade social africana e redigida em idioma nativo, encarando-a como algo distante e incompreensível. Contudo, a nova ideologia negra, a negritude, ajudaria a escancarar a porta do auto-conhecimento, franqueando um novo rumo que encheria de possibilidades profícuas a ciência social; acto contínuo, esse crescendo de conhecimento por ela descortinado ataviaria os negros de uma gradual noção de si mesmos, passível de finalmente os desarticular da cultura europeia e, conseqüentemente, fazê-los direccionar em unísono as suas valências (poesia, pintura, música, ordenamento político-económico, etc...) à causa comum: a revalorização dos valores perdidos e durante séculos sonogados dos negros. “Entretanto, abre-se um novo caminho de reconquista dos valores perdidos. O negro-africano ocidentalizado, “consumidor de civilização branca”, exprime uma atitude num movimento formalmente cultural - a “negritude”. (...) Surge um novo negro entre as duas guerras, consciente dos problemas da sua particular alienação (...) reivindica o seu lugar nos quadros da vida económica, social e política. Sinceramente interessado na preparação duma síntese de civilização, dum justo e equilibrado diálogo Europa-África (...)”²¹⁷

²¹⁵ Jean Paul SARTRE, *Reflexões sobre a questão judaica ; Orfeu negro : reflexões sobre o racismo...*, pp. 130-131.

²¹⁶ Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro (org.), *Poesia negra de expressão portuguesa...*, p. 48.

²¹⁷ Idem, *ibidem*.

Ao sugerir ao ser negro uma nova e orgulhosa forma de estar, a negritude revelaria ao investigador de forma latente um novo objecto de estudo - as especificidades negras -, e, apesar de todas as exiguidades estruturais existentes, auxiliaria a desembaraçar do caminho os obstáculos que até então tolheriam a investigação e, sequentemente, favorecer a génese de novas matrizes, sínteses e discursos.

Todavia, e como também já tivemos oportunidade de conferir, a generalização que a negritude faria relativamente às problemáticas negras revelaria a sua não consentaneidade e os seus impeditivos face a novas inquirições surgidas com o despoletar das lutas de libertação nacional que demandariam rápidas e renovadas soluções; a premência de valorizar as distintas partes de África, não a reduzindo a um todo imóvel e uniforme, afastaria grande parte da intelectualidade negra daquele “movimento ideológico”. Seria bem visível a tónica posta por Mário Pinto de Andrade nas diferentes partes do continente, ao divisionar por países a nova antologia poética de 1958. *“Ao organizar a Antologia por países, e lendo todos os poemas, descobre-se uma metodologia que orienta esta decisão de dar protagonismo a África nas suas partes -as então colónias portuguesas. Cada país é tratado independentemente do outro (como se já estivesse realmente independente) e o conjunto de textos desse país, o conjunto seleccionado pelo autor, não é arbitrário. No seu todo, faz um retrato físico-social do espaço tratado.”*²¹⁸

A ciência social acudiria na auto-reformulação da imagética negra e africana; um maior e mais alargado conhecimento auxiliaria certos investigadores africanistas em matéria de desconstrução e posterior reconstrução de ideologias provenientes do continente europeu que, com evidente resiliência, poder-se-iam tornar de matizada utilidade para a crescente afirmação negro-africana e, mais alargadamente, terceiro-mundista. É certo e sabido o quão a teórica marxista teria influído sobre muitos dos movimentos formados com o intuito de deitar abaixo os muitos séculos de dominação estrangeira; porém, e em nada despiciendo, o mencionado recrescido auto-conhecimento potenciado pela ciência social aparelharia muitos daqueles estudiosos de munições teóricas capazes de os fazer reformular o conteúdo daquelas teorias, de forma a adaptá-las às quotidianas realidades de África. Mário Pinto de Andrade atestaria tal ordem factual ao asseverar na sua obra biográfica sobre Cabral que este último introduziria

²¹⁸ Rosa Sil MONTEIRO, C.E.I., *Celeiro do Sonho: Geração da Mensagem...*, pp. 132-133.

pequenas modificações a algumas teses marxianas; dir-nos-ia Andrade que uma das celebrizadas proposições constitutiva do *Manifesto Comunista*, aquela que advogaria que a história, na sua integralidade, do mais remoto passado aos dias de hoje, mais não seria do que a história da luta de classes, deveria sofrer, segundo as mundividências cabralianas, uma pequena mas imensamente relevante adição: “*Ele (Amílcar Cabral) estima que convém alargar esta tese e de lhe dar um campo de aplicação mais vasto: “tendo conta das características essenciais de certos povos colonizados, ou seja, dominados pelo imperialismo.”*”²¹⁹

Desta forma, e ainda mais sublinhadamente e assumidamente, figuras de proa como Senghor redesenhariam o arquétipo de sociedade marxista tendo em conta os peculiares eflúvios provenientes dos organigramas societários de África, daqui resultando, de forma quase imediatista, a assunção de uma nova ideologia que ali se corporizaria mais e mais, o socialismo africano; aliás, diria Senghor que o socialismo africano mais não seria do que um marxismo corrigido.²²⁰

Elucidamos, também, o papel preponderante da ciência social na justificação tácita ou patente do colonialismo; e como teria servido, relativamente ao caso colonial português, como suporte que culminaria na criação de uma ideologia passível de fundamentar a penetração lusa em África, isto é: a teoria lusotropicalista desenvolvida pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre com o óbvio e oportunista beneplácito estatal.²²¹

Enfim, como vimos, os estudos científico-sociais andradianos e de outros autores desacreditariam o descaramento contido naquelas teses portadoras duma vã e falsa mensagem que cravaria sobre o colonialismo luso o selo de “santa colonização”.

Jean Copans explicitaria, sumariamente, as ocorrências cambiais verificadas na epistemologia das ciências sociais naquilo que concerniria à iconografia relativa aos

²¹⁹ Mário Pinto de ANDRADE, *Amílcar Cabral, Essai de Biographie Politique ...*, pp. 146-147.

²²⁰ Para uma melhor noção daquilo que seriam as bases do socialismo africano, ver: C. M. J BARTELS e R. BENÍTEZ-SERRANO, *Senghor y el socialismo africano*, Algorta, Zero, 1970; Eduardo dos SANTOS, *Socialismo africano*, Lisboa, Europa-América, 1971; Igor ANDREEV, *Karl Marx, o marxismo e a África...*, pp. 44-55.

²²¹ Aconselho a visualização de um discurso nitidamente laudatório das qualidades colonizadoras portuguesas; discurso um quanto paradoxal, não fosse ele proferido por uma das figuras negras mais proeminentes do século XX (ainda que, e como tão bem se sabe, ele mantivesse uma excelente relação com as autoridades portuguesas na Guiné), Léopold Sédar SENGHOR, *Lusitanidade e negritude*, Lisboa, Academia das Ciências, 1975.

estudos africanos, isto a partir dos anos 60²²²; a independência de uma significativa quotização daqueles países de África traria ao de cima uma renovada e especializada ordem analítica derivada da assunção de novos objectos de estudo: o aglomerado conceptual pululante na nascente circunscrição teórica (uma economia de mercado mundial, as confrontações bélicas perpetrada entre colonizadores e colonizados, a proliferação de exacerbada abrangência do imperialismo) faria penetrar uma terminologia manifestamente marxista na construção discursiva daquelas ciências.

Lobrigar-se-ia o carácter exponencial do surgimento de diversificados objectos de investigação pluridisciplinares que, de certa forma, desconstruiriam o vetusto axioma referente à metodologia individualista e de monodisciplinaridade caracterizadora das ciências sociais até então. *“Constata-se hoje um desenvolvimento quantitativo e qualitativo das investigações de «campo». Por um lado assiste-se a uma multiplicação, é certo que relativa, das investigações colectivas e interdisciplinares; por outro lado, surgem novos temas de investigação por razões simultaneamente teóricas, ideológicas e práticas, como o estudo e o registo das tradições orais para fins históricos, literários ou linguísticos, ou ainda o estudo das trocas e da produção económica ao nível nacional e da aldeia. (...) a remodelação dos temas, segundo novas perspectivas teóricas, põe em causa a divisão tradicional das disciplinas entre si.”*²²³

Em 1970, laconicamente, Copans asseveraria que os estudos africanos sofreriam as mais directas consequências do imperialismo mundial e, subsequentemente, uma patente manipulação por parte do Ocidente; a seu ver, haveria um compadrio tácito entre a situação acima mencionada e as altas hierarquias políticas africanas. A solução passível de contornar o problema exposto passaria por uma expedita e prontificada rectificação e redefinição do conglomerado conceptual da ciência social e posterior questionamento da integralidade estrutural da mesma ciência, de forma a tornar possível a obtenção de uma extensa consciencialização capaz de facilitar o desenho de caminhos distintos potencializadores de teóricas alternativas que permitissem apreender o objecto na sua totalidade, destituído de manietações promíscuas de selo ocidental.²²⁴

Restar-me-á, ainda, fazer referência à contribuição dos trabalhos pós-colonialistas à evolução epistemológica da oratória matizada pela ciência social.

²²²Jean COPANS, *Críticas e políticas da antropologia...*, p. 100.

²²³ Idem, idem, p. 104.

²²⁴ Idem, idem, pp. 106-107.

Desconstruir a ideia materializada em inúmeras obras por diversos autores, referente aos opostos *West/Rest*, constituiria a grande tarefa a levar a cabo pelo pós-colonialismo; advogando os moldes de acentuada permanência do binarismo mencionado, que teria a sua génese justificada aquando do desdobramento da dominação colonial, o binómio *West/Rest* manter-se-ia mesmo após a obliteração do fenómeno colonialista com o intuito de direccionar selectivamente o conhecimento e os intervencionismos políticos, perpetuando, assim, a falsa ideia de superioridade ocidental. *“A tarefa que os autores pós-coloniais atribuem a si é imodesta. Cabe, primeiro, mostrar que a polaridade Rest/West constrói, no plano discursivo, e legítima, no âmbito político, uma relação assimétrica irreversível entre o Ocidente e seu outro, conferindo ao primeiro um tipo de superioridade que não é circunstancial histórica e referida a um campo específico - material, tecnológico, etc. Trata-se da atribuição de uma condição de superioridade que é ontológica e total, imutável, essencializada, uma vez que ela faz parte da própria constituição lógica e semântica dos termos da relação.”*²²⁵

A sociologia do subdesenvolvimento e a sua constância na persistência de uma idealizada conceptualização de um “outro” inferior, destituído de caracteres civilizacionais, incorreria sob a crítica pós-colonialista que, dessa e doutras formas, beliscaria a morfologia constituinte dos estudos científico-sociais.²²⁶

Uma das obras fundadoras daquela perspectiva pós-colonizante teria sido o já clássico *Orientalismo*, de Edward Said; esta obra reflectiria o objectivo pós-colonialista de desconstruir os binarismos existentes em algumas escolas científicas, descodificando a insalubridade acima elencada derivada dessa visão bidimensional. Said denunciaria a opinativa culta derivada de um certo academismo que corroboraria a imagem mediatizada e propagandeada do “outro” inferior criada pela imaginação popular e, consequentemente, colectivamente consciencializada. Sobre Berger, o orientalismo do pós-guerra e o papel do intervencionismo americano sobre essa ramificação da ciência social, diria Said: *“Berger é um exemplo da atitude académica em relação ao Oriente islâmico, exemplo de como uma perspectiva culta pode apoiar as caricaturas que são*

²²⁵ Sérgio COSTA, “Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 21, nº 60, Fev. 2006, p. 120. Tajfel também fala da necessidade de pôr termo à oposição “nós-eles” em: Henri TAJFEL, *Grupos Humanos e Categorias Sociais: estudos em psicologia social...*, p. 389.

²²⁶ Para uma mais elucidada compreensão da forma como os estudos pós-coloniais alvejariam o “calcanhar de Aquiles” da sociologia, ver: Sérgio COSTA, “Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial”..., p. 129. O autor irá propor uma série de aproximações possíveis entre os estudos pós-coloniais e as ciências sociais: Idem, idem, pp. 129-131.

propagadas pela cultura popular. Contudo, Berger representa também a transformação mais corrente do orientalismo: a sua conversão, passando de disciplina fundamentalmente filológica e apreensão vagamente geral do Oriente, para uma especialidade das ciências sociais. O orientalista já não tenta dominar em primeiro lugar as línguas esotéricas do Oriente; ou a qualquer outro lugar. É este o contributo especificamente americano para a história do orietalismo (...)”²²⁷

Penso que com a presente investigação terei demonstrado os dois gumes da faca despontada pela ciência social; arma de arremesso dos advogados do colonialismo serviria, todavia, como brasão defensivo e, posteriormente, arma de ataque daqueles que se posicionariam do lado inverso da barricada. Julgo ainda de extremada relevância as questões que aqui levanto, bem como o aproveitamento de algumas das conclusões atingidas de forma a destrinçar muitos dos emaranhados que ainda hoje emergem no seio daquelas ciências.

Urge repensar de forma integral a estrutura científico-social: metodologicamente, epistemologicamente e conceptualmente; urge reequacionar a construção da sua história factual e cronológica de forma a torná-la mais abrangente e menos localizada no espaço - a veemência incisiva colocada num determinado número de obras de “x” autores, os famigerados “textos clássicos” e fundadores, branquearia uma imensidão de textos daqueles contemporâneos. “ (...) *no mesmo período que Durkheim e seus colegas estavam construindo o olhar imperial dentro da sua sociologia, outros cientistas sociais franceses empreenderam com intelectuais do mundo islâmico diálogo sobre a modernidade, colonialismo e cultura, Na mesma geração, Du Bois mudou o foco sobre as relações raciais dentro dos Estados Unidos para uma perspectiva fortemente internacionalista, com atenção particular para África. Na primeira metade do século XX, intelectuais negros africanos como Sol Plaatje e Jomo Kenyatta dialogaram com a metrópole por meio das ciências sociais, assim como das lutas políticas. O mainstream da sociologia metropolitana fez pouco uso destes contactos, mas essa outra história também é real e hoje precisamos construir a partir dela.*”²²⁸

As ciências sociais precisam de ser pensadas e repensadas a partir do seu núcleo; pequenas e mitigadas alterações externas serão insuficientes para que seja possível uma

²²⁷ Edward W. SAID, *Orientalismo: representações ocidentais do oriente*, Lisboa, Cotovia, 2013, p. 342.

²²⁸ Raewyn CONNELL, “O Império e a criação de uma Ciência Social”..., p. 331.

mutação orgânica a fundo passível de as reescrever. Quando falo em “mutações orgânicas” refiro-me a mutações essencialistas, isto é: da ordem mais profunda da essência da ciência social; a título de exemplo e para concluir, e suportando-me em Foucault, fica o aviso: a epistemologia e metodologia das ciências sociais e a sua busca ontológica têm sido ao longo dos tempos um objecto amplamente debatido e polemista; sobre a antropologia pós-Kantiana, por exemplo, e segundo o autor francês, recairia uma confusão nítida entre o empírico e o transcendental. O pensamento foucaultiano acentuaria as dissemelhanças perscrutadas entre a filosofia da antropologia preconizada por Kant e as posteriores, como o positivismo, a dialéctica ou a fenomenologia; Foucault diria que o discurso antropológico nascente e desenvolvido ao longo do século XIX conferiria valor transcendental aos conhecimentos empíricos. *“O positivismo, na sua versão behaviorista, confere valor transcendental ao conteúdo empírico da natureza; a dialéctica, na sua formulação hegeliana, atribui forma transcendental à perspectiva empírica da história. Tanto na região da natureza como no domínio da história, o campo transcendental aloja-se ao lado do empírico”*²²⁹

Segundo Foucault, a ordem analítica que concederia valências transcendentais ao objecto estudado, ou, por sua vez, ao sujeito constituinte, faria vislumbrar no homem laivos de plurivalência empírico-transcendental, destituídos de qualquer análise às condicionantes apriorísticas do conhecimento. Kant, por sua vez, propalara a premência de uma empresa crítica prévia, que tivesse em conta uma série de factores, relativamente ao conhecimento em torno do objecto estudado para se chegar à condição ontológica fundamental, isto é: da teórica crítica para a transcendental. Ou seja: *“Tais noções permitem uma tripartição conceitual irreduzível no pensamento de Kant e que a filosofia posterior ignorou: a pesquisa pelas condições a priori do conhecimento; as sínteses originárias das formas concretas da existência; e as estruturas fundamentais da existência no mundo.”*²³⁰

Dir-nos-ia Foucault que as confusões semânticas em redor do duplo empirismo-transcendental não partiriam da arguência kantiana que, inversamente, jamais teria elevado, nem sequer paliativamente, a condição empírica do homem rumo ao transcendentalismo, contrariamente àquilo levado a cabo pelos que lhe seguiram.

²²⁹ César CANDIOTTO, “Michel Foucault e o problema da antropologia”, *Revista Philosophica*, Valparaíso, vol. 29, Jan-Junho 2006, p. 2.

²³⁰ Idem, idem, p. 12.

A crítica de Foucault à antropologia, patentemente visível em *As Palavras e as Coisas*, uma crítica pungente à falsa ideia de que o homem seria a génese a partir do qual se justificaria o conhecimento, é, todavia, uma invectiva lançada às premissas que de certa forma têm ataviado galhardamente a epistemologia dominante da antropologia ao longo da história da disciplina. O homem, segundo ele, seria um ser fragmentado e não absoluto, surgido de uma invenção recente e em eminente desaparecimento, isto é: a fragmentação do homem como um ser cognoscente disperso desvelaria a intrínseca provisoriedade e precariedade do objecto da antropologia. *“A todos os que pretendem ainda falar do homem, do seu reino ou da sua libertação, a todos os que formulam ainda questões sobre o que é o homem na sua essência, a todos os que querem partir dele para ter cesso à verdade, a todos aqueles, em contrapartida, que reconduzem todo o conhecimento às verdades do próprio homem, a todos os que não se propõem formalizar sem antropologizar, que não pretendem mitologizar sem desmistificar, que não querem pensar sem pensar logo que é o homem que pensa, a todas essas formas de reflexão canhestras e torcidas, não se pode senão opor um riso filosófico - quer dizer, em certa medida, silencioso.”*²³¹

Para finalizar, convirá recordar a importância do estudo das temáticas aqui elencadas, dada a contemporaneidade do assunto. A actual conjuntura política assiste ao renascimento desenfreado de discursos amplamente populistas e perigosamente racistas; a falsa concepção do “eles-nós”, portando o “nós” uma forte carga pejorativa, assenhora-se de algumas matrizes ideológicas que compõem os programas políticos de partidos em franca ascensão no mundo ocidental e que, subtilmente, têm moldado colectivamente as consciências. Mais do que nunca, caberá à ciência social um papel de forte intervenção, de forma a regular os impactos daquele discurso na colectividade humana; urgirá, portanto, que os cientistas sociais façam perpetuar na memória dos povos as drásticas consequências advindas daquelas premissas.

²³¹ Michel FOUCAULT, *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, Lisboa, Edições 70, 1991, p. 380.

6. Bibliografia

6.1. Fontes

6.1.1. Arquivo Mário Pinto de Andrade

ANDRADE, Mário Pinto de, "Folk-lore. O folclore na cultura bantu", 1950, pp. 1-11. Disponível em: < <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04336.009.014#!1> >, consultado em Setembro de 2016.

ANDRADE, Mário Pinto de, "L' Étudiant Africain et la Civilisation Occidentale", Les Étudiants Noirs dans le Monde, Paris, Présence Africaine, 1953, pp. 226-229. Disponível em: < <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04330.008.002> >, consultado em Agosto de 2016.

ANDRADE, Mário Pinto de, "Qu'est-ce que le "lusotropicalismo"?", Présence Africaine, Paris, nº4, Out-Nov 1955, pp. 24-35. Disponível em: < <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04330.008.006#!1>>, consultado em Agosto de 2016.

ANDRADE, Mário Pinto de, "Cultura negro-africana e assimilação", Paris, 1958, pp. 1-10. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04306.002.002#!1>, consultado em Junho de 2016.

ANDRADE, Mário Pinto de, "Litterature et nationalisme en angola", *Présence Africaine*, Paris, nº41, Julh-Set, 1962, pp. 91-99. Disponível em: < <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04356.009.007>>, consultado em Setembro de 2016.

ANDRADE, Mário Pinto de, "Cultura y Lucha Armada", Congresso Cultural de Havana – Painel Cultura e Independência Nacional, 1968, pp. 1-4. Disponível em: < <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10197.007.008>>, consultado em Julho de 2016.

ANDRADE, Mário Pinto de, "AFRIQUE- LES GUERRILLEROS, LE PORTUGAL ET L'AFRIQUE DU SUD", *Politique Aujourd'hui*, s.n., 1969, pp. 151-159. Disponível em: < <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04357.008.001#!1>>, consultado em Setembro de 2016.

ANDRADE, Mário Pinto de, “Sociologia da guerra e ideologia do movimento de libertação nacional, manuscrito”, 1971, pp. 1-23. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04333.009.001#!1>>, consultado em Agosto de 2016.

ANDRADE, Mário Pinto de, “Sociologia da guerra e ideologia (Contribuição ao debate sobre a crise actual do MPLA)”, 1971, pp. 1-37. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04333.009.001#!1>>, consultado em Agosto de 2016.

ANDRADE, Mário Pinto de, "Formação e papel do intelectual africano: o exemplo de Amílcar Cabral", Palestra no Instituto Amílcar Cabral Mário Pinto de Andrade", Praia, 1988, pp. 1-14. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04358.005.008>, consultado em Abril de 2016.

6.1.2. Outras

ANDRADE, Mário Pinto de, “Prefácio”, in Aimé Césaire, *Discurso sobre o colonialismo*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1978, pp. 5-11.

CABRAL, Amílcar, *Alguns princípios do partido*, Lisboa, Seara Nova, 1974.

CABRAL, Amílcar, *A Arma da Teoria*, Vol. VII-VIII, Bissau, Departamento de Informação Propaganda e Cultura do CC do PAIGC, 1984.

CÉSAIRE, Aimé, *Discurso Sobre o Colonialismo*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1978.

FANON, Frantz, *Os Condenados da Terra*, Lisboa, Ulisseia, 1961.

MONDLANE, Eduardo, *Lutar por Moçambique*, Lisboa, Sá da Costa, 1975.

MONDLANE, Eduardo; **MACHEL**, Samora, *A Frelimo e a revolução em Moçambique*, Lisboa, Maria da Fonte, 1975.

SARTRE, Jean Paul, “Prefácio”, in Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra*, ..., pp. 7-30.

SENGHOR, Léopold Sédar, *Lusitanidade e negritude*, Lisboa, Academia das Ciências, 1975.

6.2. Obras especializadas, artigos ou textos em obras colectivas e memórias

ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império, 1808-1975*, Porto, Afrontamento, 2000.

AMARAL, Isabel Maria, “A medicina tropical e o império português em África: diálogo entre política, ciência e misticismo (1887-1935)”, in Maria Paula Diogo e Isabel Amaral Dias (Coord. de), *A Outra face do império: ciência, tecnologia e medicina (sécs. XIX-XX)*, Lisboa, Colibri, p.134-136.

ANDRADE, Mário Pinto de; OLLIVIER, Marc, *A Guerra em Angola*, Lisboa, Seara Nova, 1974.

ANDRADE, Mário Pinto de, *A Guerra do povo na Guiné-Bissau*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1975.

ANDRADE, Mário Pinto de; TENREIRO, Francisco José (org.), *Poesia negra de expressão portuguesa*, Linda-a-Velha, África Editora, 1982.

ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*, Lisboa, D. Quixote, 1997.

ANDREEV, Igor, *Karl Marx, o marxismo e a África*, Moscovo, Nóvosti, 1986.

ÁGOAS, Frederico, “Estado, Universidade e Ciências Sociais: a introdução da sociologia na Escola Superior Colonial (1952-1972)” in Miguel Bandeira Jerónimo (Coord. de), *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições*, Lisboa, Ed. 70, 2012, pp. 317-348.

BALANDIER, Georges, *Antropologia Política*, Lisboa, Presença, 1980.

BALANDIER, *Sentido e Poder*, Mangualde, Pedago, 2014.

BARTELS, C. M. J.; **BENÍTEZ-SERRANO**, R., *Senghor y el socialismo africano*, Algorta, Zero, 1970.

BENEDICT, Ruth, *El hombre y la cultura*, Buenos Aires, CEAL, 1971.

- BITTENCOURT**, Marcelo, *Estamos Juntos: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*, Vol. I e II, Luanda, Ed. Kilombelombe, 2008, Paris, Ed. Etc., 1975.
- BOURDIEU**, Pierre, *Questions de sociologie*, Paris, Les Éditions de minuit, 1984.
- CARRILHO**, Maria, *Sociologia da Negritude*, Lisboa, Edições 70, 1976.
- CARVALHO**, Otelio Saraiva de, *Alvorada em Abril*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977.
- CASTELO**, Cláudia, “Ciência, estado, e desenvolvimento no colonialismo português tardio” in Miguel Bandeira Jerónimo (Coor. de), *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições*, Lisboa, Ed. 70, 2012, pp. 349-388.
- CASTRO**, Celso, *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*, Rio de Janeiro, Zahar Editor, 2005.
- COPANS**, Jean, *Críticas e políticas da antropologia*, Lisboa, Edições 70, 1981.
- COPANS**, Jean; **TORNAY**, S.; **GODELLIER**, M.; **CLÉMENT**, Backés, *Antropologia. Ciência das Sociedades Primitivas?*, Lisboa, edições 70, 2015.
- CREHAN**, Kate, Gramsci, *Cultura e Antropologia*, Lisboa, Campo de Comunicação, 2004.
- DIOP**, Cheikh Anta, *A Unidade Cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica*, Luanda, Ed. Mulemba, 2014.
- DU BOIS**, W. E. B., *The souls of black folk*, New York, W. W. Norton, 1999.
- DURKHEIM**, Émile, *Da Divisão do Trabalho Social*, São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- EVANS-PRITCHARD**, E.E., *História do Pensamento Antropológico*, Lisboa, edições 70, 1981.
- FONSECA**, Maria Nazareth, “Mário Pinto de Andrade e a questão das literaturas nacionais”, in Laura Cavalcante Padilha e Inocência Mata, *Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política...*, pp. 71-86.
- FOUCAULT**, Michel, *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, Lisboa, Edições 70, 1991, p. 380.
- FREYRE**, Gilberto, *Casa grande e senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, 1974.

- GALO**, Donato, *O saber português: antropologia e colonialismo*, Lisboa, Heptágono, 1988.
- GIDDENS**, Anthony, *Sociologia*, Lisboa, Fund. Cal. Gulbenkian, 2009.
- GOULD**, Sthephen Jay, *O Polegar do Panda: reflexões sobre história natural*, Lisboa, Gradiva, 1986.
- GRAMSCI**, António, *A formação dos intelectuais*, Amadora, Ed. Fronteira, 1976.
- GRIAULE**, Marcel, *Les Grands Explorateurs*, Paris, PUF, 1946.
- GRIAULE**, Marcel, *Arts de l' Afrique Noire*, Paris, Éd. du Chêne, 1947.
- GRIAULE**, Marcel, *El método de la etnografía*, Buenos Aires, Editorial Nova, 1969.
- HOLTON**, J. Robert, “Teoria Social Clássica”, in Bryan S. Turner (Coord. de), *Teoria Social*, in Bryan S. Turner (Coord. de), *Teoria Social*, Miraflores, Difel, 2002, pp. 23-50.
- KAJIBANGA**, Víctor, *A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade: uma introdução ao estudo da vida e obra do primeiro sociólogo angolano*, Luanda, Instituto Nacional das Indústrias Culturais, 2000.
- KENYATTA**, Jomo, *Facing Mount Kenya*, London, Secker and Warburg, 1938.
- KIERNAN**, Victor, *The Lords of Human Kind: European attitudes towards the outsider world in the imperial age*, Londres, Weindefeld and Nicolson, 1969.
- LABAN**, Michel, *Mário Pinto de Andrade: Uma entrevista dada a Michel Laban*, Lisboa, Sá da Costa, 1997.
- LACROIX**, Bernard, *Durkheim et le politique*, Montreal, Presse de l' université, 1981.
- LEAF**, Murray, *Uma história da antropologia*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- LECLERC**, Gerard, *Crítica da antropologia: ensaio acerca da história do africanismo*, Lisboa, Estampa, 1973.
- LÉVI-STRAUSS**, Claude, *Anthropologie structural*, Paris, PLON, 1958.
- LOPES**, Carlos, “Bibi, o intelectual orgânico”, in Laura Cavalcante Padilha e Inocência **MATA**, *Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política*, Lisboa, Colibri, 2000, pp. 33-36.

LOPES, José Vicente, *Aristides Pereira: minha vida, nossa história*, Praia, Spleen, 2012, p. 172.

LUKES, Steven, *Émile Durkheim: his life and work: a historical and critical study*, London, Penguin Books, 1981.

MACEDO, Marta, “Império do Cacau” in Miguel Bandeira Jerónimo (Coor. de), *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições*, Lisboa, Edições 70, 2012, pp. 289-316.

MACIONIS, John J.; **PLUMMER**, Ken, *Sociología*. Madrid, Prentice Hall, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw, *Une théorie scientifique de la culture*, Paris, Maspero, 1968.

MARX, Karl; **ENGELS**, Friedrich, *Sobre o Colonialismo*, Vol. I e II, Lisboa, Estampa, 1978;

MIRANDA, Joana, *A Identidade Nacional do Mito ao Sentido Estratégico*, Lisboa, Celta Editora, 2002.

MONTEIRO, Rosa Sil, *C.E.I., Celeiro do Sonho: Geração da Mensagem*, Braga, U.M., 2001.

MORGAN, Lewis H., *A Sociedade Primitiva*, Vol. 1, Lisboa, Ed. Presença, 1980.

NEVES, Fernando, *Negritude, Independência, Revolução*, Paris, & Etc, 1975.

OUTHWAITE, William, “A filosofia da Ciência Social”, in Bryan S. Turner (Coord. de), *Teoria Social*, Miraflores, Difel, 2002, p. 83-110.

PEREIRA, Aristides, “10º Aniversário do passamento de Mário Pintos de Andrade”, in Laura Cavalcante Padilha e Inocência Mata, *Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política*, Lisboa, Colibri, 2000, p. 43-46.

ROQUE, Ricardo, *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*, Lisboa, ICS, 2001.

ROSAS, Fernando, *Salazar, a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China, 2012, pp. 221-235;

ROSAS, Fernando (Coord. de), “O Estado Novo – 1926-1974”, Vol. VII de *História de Portugal*, (dir.) José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 419-501;

ROSA, Fernando (Coord. de), “Portugal e o Estado Novo – 1926-1960”, Vol. XII de *Nova História de Portugal*, (dir.) Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Presença, 1992, pp. 55-77 e 378-390.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Um Discurso sobre as Ciências*, Lisboa, Afrontamento, 1987, pp. 34-40.

SAID, Edward W., *Orientalismo: representações ocidentais do oriente*, Lisboa, Cotovia, 2013.

SANTOS, Eduardo dos, *Socialismo africano*, Lisboa, Europa-América, 1971.

SANTOS, Eduardo dos, *A Negritude e a luta pela independência na África Portuguesa*, Lisboa, Minerva, 1975.

SARTRE, Jean Paul, *Reflexões sobre a questão judaica ; Orfeu negro : reflexões sobre o racismo*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1965.

SPENGLER, Oswald, *Decadência do Ocidente*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

TAJFEL, Henri, *Grupos Humanos e Categorias Sociais: estudos em psicologia social*, Vol. 2, Lisboa, Livros Horizonte, 1983.

THERBORN, Goran, “Teoria Crítica e o Legado Marxista do Século XX”, in Bryan S. Turner (Coord. de), *Teoria Social*, Miraflores, Difel, 2002, pp. 51-81.

VALLES, Edgar, *África: colonialismo e socialismo*, Lisboa, Seara Nova, 1974;

WEBER, Max, *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1979.

ZAHAR, Renate, *Colonialismo e Alienação: contribuição para a teoria política de Frantz Fanon*, Lisboa, Ulmeiro, 1976.

6.3. Artigos em revistas e dissertações

CABECINHAS, Rosa, “Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias”, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, 2002.

CANDIOTTO, César, “Michel Foucault e o problema da antropologia”, *Revista Philosophica*, Valparaíso, vol. 29, Jan-Junho 2006, pp. 183-196.

CASTELO, Cláudia, “O modo português de estar no mundo: o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, 1933-1961”, Tese de Mestrado, FCSH, 1996.

CONNELL, Raewyn, “O Império e a criação de uma Ciência Social, Contemporânea”, *Revista de Sociologia da UFSCar.*, São Carlos, vol. 2, nº 2, Jul-Dez 2012, pp. 309-336.

COSTA, Sérgio, “Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 21, nº 60, Fev. 2006, pp. 117-134.

CUNHA, Manuela, “A natureza da raça”, Rep. sdum.uminho, 2000, pp. 1-15.
Disponível em: <
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5245/3/A%20natureza%20da%20ra%C3%A7a.pdf>>, consultado em Março de 2016.

NASCIMENTO, Augusto, “Escravidão, trabalho forçado, e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX: sujeição e ética laboral”, *Africana Studia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nº7, 2004, pp. 183-217.

PEREIRA, Rui Mateus, “Conhecer para dominar: o desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959”, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL, 2005.

SANSONE, Lívio, “Eduardo Mondlane and the social sciences”, *Vibrant Brazilian Anthropology*, Brasília, v. 10, nº 2, Julh.-Dez. 2013, pp. 73-111.

SIBEUD, Emmanuelle, “Les sciences sociales à l’épreuve de la situation coloniale”, *Revue d’histoire des sciences humaines*, nº 10 (2004), p.3.

ZAMPARONI, Valdemir, “Da escravidão ao trabalho forçado: teorias e práticas”, *Africana Studia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nº7, 2004, pp. 299-325.

6.4. Biografias

ANDRADE, Mário Pinto de, Amílcar Cabral, *Essai de Biographie Politique*, Paris, Maspero, 1980.

CHABAL, Patrick, *Amílcar Cabral, Revolutionary Leadership and people's War*, London, Cambridge University Press, 1983.

SOARES SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral (1924-1973), Vida e morte de um revolucionário africano*, Lisboa, Vega, 2011.

TOMÁS, António, *Fazedor de Utopias*, Lisboa, Tinta da China, 2007.